



**Universidade de Évora**

Departamento de História

**FORMAÇÃO DO UTILIZADOR DA BIBLIOTECA ESCOLAR:  
PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA INTEGRAR NO PROGRAMA CURRICULAR DA  
DISCIPLINA DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**Ana Cristina de Lemos Ferreira**

Dissertação de Mestrado em Arquivos,  
Bibliotecas e Ciência da Informação,  
apresentada à Universidade de Évora. Esta  
dissertação não inclui as críticas e sugestões  
feitas pelo júri.

Orientador:

**Professor Doutor Francisco Vaz**



# Universidade de Évora

Departamento de História

## FORMAÇÃO DO UTILIZADOR DA BIBLIOTECA ESCOLAR: PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA INTEGRAR NO PROGRAMA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ana Cristina de Lemos Ferreira

Dissertação de Mestrado em Arquivos,  
Bibliotecas e Ciência da Informação,  
apresentada à Universidade de Évora. Esta  
dissertação não inclui as críticas e sugestões  
feitas pelo júri.



160469

Orientador:

**Professor Doutor Francisco Vaz**

**À memória do meu pai ...**

## **Agradecimentos**

Ao concretizar um anseio, seja ele qual for, acarreta consigo um conjunto de experiências e, necessariamente, de emoções e sentimentos cujo envolvimento pode marcar, a nossa essência, para o resto da vida. Expressar o apreço, o carinho, a gratidão, enfim, uma série de sentimentos e vontades para com todos de quem pude receber ajuda, num acto de trabalho tão valorativo, não deixa de ser, para mim, verdadeiramente comovente. Tantos contribuíram para o meu enriquecimento. Não bastando os preâmbulos, quero agradecer ao Professor Doutor Francisco Vaz, por todo o apoio prestado, pelo contributo para o meu enriquecimento e, claro, pelos conselhos.

Ao Valter, pelo carinho, respeito e amor que sempre me dedicou e à minha mãe, também pelo amor, pela paciência, e atenção que sempre teve...

Pela forma entusiasta com que se dispuseram a ajudar, sem os quais não seria possível realizar este trabalho, agradeço à minha sobrinha Andreia, à minha irmã Alice e aos meus irmãos Tó, Marinho, Eduardo e Fernando, bem como às suas famílias.

À Dr<sup>a</sup> Elisa Cerveira, à Dr<sup>a</sup> Adelaide Gil e ao Dr. Maranhão Peixoto, excelentes profissionais, quero agradecer pelo contributo e pela disponibilidade em “aturar-me” sempre que necessário esclarecer algumas questões mais específicas.

Carinhosamente, agradeço aos meus colegas do mestrado, ao Fernando, à Elizabeth, à Fernanda, à Susana e ao Miguel pelo apoio e pelas palavras de incentivo prestados mutuamente.

Ao Mestre José Calçada, Sociólogo, quero agradecer os conselhos e o apoio na revisão do texto.

Por fim, embora os agradecimentos não finalizem nunca, quero também registar a minha gratidão à D. Fernanda, da Livraria Lusitânia, pelo carinho, dedicação e esforço em conseguir-me toda a documentação necessária, ao Dr. Aristides Sousa e ao meu primo Zé Augusto, pelas palavras de incentivo que revelou antes de partir...

**Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar: proposta de conteúdos a integrar no programa curricular da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação**

É sabido que quando trabalhamos em conjunto para um mesmo objectivo, os resultados e o sucesso são sempre maiores do que se trabalharmos sozinhos. Assim, se os bibliotecários e os professores trabalharem em conjunto para um mesmo propósito, os alunos poderão atingir níveis mais elevados de aprendizagem e competências.

O objectivo deste estudo consiste em demonstrar a importância das Bibliotecas Escolares e da Formação de Utilizadores, a partir das directrizes estabelecidas pelo Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Escolares e propor um programa a integrar nos conteúdos curriculares da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos estabelecimentos de ensino portugueses.

Após o resultado da análise dos dados recolhidos num questionário efectuado a alunos do 9º e 10º anos de escolaridade (visto serem os únicos anos lectivos para os quais existe programa curricular para a disciplina TIC), das escolas do concelho de Esposende, pretende-se, não só, demonstrar o funcionamento das bibliotecas escolares do concelho, mas também identificar as dificuldades do aluno na pesquisa e tratamento de dados e justificar a necessidade constante da Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar.

Os objectivos do programa proposto são, não só, fomentar o interesse pela pesquisa, bem como levar à descoberta e inovação à luz das necessidades da sociedade em que hoje vivemos. Deste modo podemos fazer face aos desafios que nos são impostos. Podemos, ainda, promover e desenvolver as capacidades e aptidões do aluno para pesquisar, seleccionar,

tratar, produzir e difundir informação, fornecendo-lhe competências e apetências para o dia a dia, não só no percurso da sua vida académica como também na preparação para a vida em sociedade, tornando-o numa pessoa autónoma ao longo da vida.

**Palavras-chave:**

Biblioteca escolar, formação do utilizador, sociedade da informação, conhecimento, aprendizagem, tecnologias da informação e comunicação.

**ABSTRACT**

**User's Education in School libraries: Proposal of contents to integrate the curricular program of the Technologies of Information and Communication discipline.**

Is known that if we work together for the same purpose, the results and success will be bigger than if we work alone. Therefore if librarians and teachers work together, students may reach much higher levels of knowledge and competencies. The aim of this study consists of showing the importance of School Libraries and the User's Education, through the directories pointed out by Unesco Manifesto about School Libraries and to propose a program to became part of curricular methods of Communication and Information Technology subject (TIC) in Portuguese schools.

After the result of the dates obtained by the questionnaire made to the 9th and 10th grade students (because these are the only school years which have in its program the TIC subject), in the schools of Esposende municipality, we intend to, not only, show how the school libraries work in this municipality, but also, to identify the students difficulties on the research and treatment of the dates and justify the constant need of the School Library User's Education.

The main program aims will be, not only to develop the research, discovery and innovation interest throughout the society needs on which we live on and, then, to face its challenge, but only to promote and develop the students capacity to search, select, take care of, produce and diffuse information, by giving him competencies and abilities to use day by day, not only in his academic life way, as well as preparing to life in society, in order to became an autonomous person throughout his life.

**Key words:**

School libraries, user's education, information society, knowledge, learning, communication and information technology.

	Pág.
Índice de imagens	9
Índice de tabelas	10
Índice de gráficos	11
Índice de quadros	12
Índice de abreviaturas	13
Introdução	15
Estado da arte	21
Justificação e intenções do trabalho	25
Metodologia da investigação	27
Capítulo I	
1 – As Bibliotecas Escolares em Portugal	35
1.1 – O programa da Rede de Bibliotecas Escolares	41
1.1.1 – Escolas integradas na RBE	49
2 - As Bibliotecas Escolares e a Sociedade da Informação	
2.1 – Implementação de medidas políticas para a Sociedade da Informação	50
2.2 – O papel das Bibliotecas Escolares na Sociedade da Informação	56
3 – As Bibliotecas Escolares como centro de recursos educativos	61
Capítulo II	
1 – As T.I.C. no Sistema de Ensino Português	67
2 – O programa curricular da disciplina TIC para o 9º e 10º ano	
2.1 – Análise e comentários	68
3 – Avaliação da necessidade de formação do utilizador da Biblioteca Escolar nas escolas	
3.1 – Questionário: elaboração e justificação	73
3.2 – Contextualização do questionário	
3.2.1 – Breve caracterização do concelho de Esposende	74
3.2.2 – Caracterização sócio-económica do concelho de Esposende	76
3.2.2 – Caracterização da população escolar	78
3.2.3 – As Bibliotecas Escolares no concelho de Esposende	80

---

4 – Apresentação da análise de dados	
4.1 – Caracterização dos inquiridos	82
4.2 – Respostas ao inquérito por questionário	84
5 – Entrevistas aos Professores da disciplina T.I.C.	93
5 – Conclusões sobre a necessidade de formação do utilizador das bibliotecas escolares	95
Capítulo III	
1 – Proposta de orientações metodológicas para a formação do utilizador da biblioteca escolar, a integrar no programa curricular da disciplina TIC	97
1.1 – Objectivos gerais	108
1.2 – Sugestões metodológicas gerais	109
1.3 – Competências essenciais	110
1.4 – Visão geral dos conteúdos	110
1.5 – Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar: proposta a integrar no programa da disciplina TIC. Objectivos, conteúdos programáticos e sugestões metodológicas	112
Conclusão	121
Bibliografia	125
Anexo A – Inquérito	139
Anexo B – Entrevistas	140
Anexo C – Ficha “Em busca do tesouro perdido...”	148
Anexo D – Glossário para a Biblioteca Escolar	150
Anexo E – Manifesto da Biblioteca Escolar	165
Anexo F - Carta de direitos das Bibliotecas Escolares e outras Unidades Documentais nas Escolas Portuguesas	171
Anexo G – Carta de direitos do Aluno na Era da Informação	175

**ÍNDICE DE IMAGENS**

	<b>Pág.</b>
1 - Mapa do concelho de Esposende	74

**ÍNDICE DE TABELAS**

	<b>Pág.</b>
1 – Distribuição e crescimento da população residente por freguesias	76


**ÍNDICE DE GRÁFICOS**

	Pág.
1. Escolas integradas na Rede de Bibliotecas Escolares	50
2. Caracterização da população segundo o grupo etário	77
3. Caracterização da população escolar segundo os graus de ensino	78
4. Distribuição da população escolar	82
5. Sexo dos inquiridos e Frequência Relativa quanto ao sexo	83
6. Histograma de idades	83
7. Inquiridos por freguesia	85
8. Frequência dos inquiridos na biblioteca escolar	85
9. Actividades dos inquiridos na biblioteca escolar	85
10. Graus de dificuldade dos inquiridos em encontrar informação	86
11. Grau de dificuldade dos inquiridos em compreender informação	87
12. Como localizam a informação	87
13. Fontes de informação que a biblioteca escolar ajuda os inquiridos a encontrar	88
14. Ajuda da Biblioteca Escolar no uso das fontes de informação	89
15. Ajuda a disciplina TIC no uso das fontes de informação	89
16. Ajuda da Biblioteca Escolar para encontrar informação	89
17. Ajuda da disciplina TIC para encontrar informação	89
18. Ajuda da Biblioteca Escolar nos passos a dar para encontrar Informação	90
19. Ajuda da disciplina TIC nos passos a dar para encontrar informação	90
20. Ajuda de alguma disciplina na organização do trabalho	90
21. Disciplinas que ajudam na organização do trabalho	90
22. Disciplina que ajuda a seleccionar e organizar melhor a informação	91
23. Importância em pesquisar, seleccionar, compreender, tratar e difundir a informação	92
24. Necessidade dos inquiridos relativamente à formação do utilizador	93

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
1 . Modelo de competências de informação de Marland	100
2 . Modelo de tarefas e competências do Big 6	101
3 . Potencialidades do computador com aplicações no contexto do Big 6	104
4 . Potencialidades da Internet com aplicações no contexto do Big 6	105

**INDICE DE ABREVIATURAS**

<b>BE</b>	<b>Biblioteca escolar</b>
<b>BEs</b>	<b>Bibliotecas Escolares</b>
<b>CDI</b>	<b>Centro de Documentação e Informação</b>
<b>CEB</b>	<b>Ciclo do Ensino Básico</b>
<b>CRE</b>	<b>Centro de recursos Educativos</b>
<b>DREN</b>	<b>Direcção Regional de Educação do Norte</b>
<b>EA</b>	<b>Estudo acompanhado</b>
<b>EB</b>	<b>Ensino Básico</b>
<b>GIASE</b>	<b>Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo</b>
<b>GRBE</b>	<b>Gabinete da rede de Bibliotecas Escolares</b>
<b>IFLA</b>	<b>International Federation of Library Associations and Institutions</b>
<b>MC</b>	<b>Ministério da Cultura</b>
<b>MCT</b>	<b>Ministério da Ciência e Tecnologia</b>
<b>ME</b>	<b>Ministério da Educação</b>
<b>OELMA</b>	<b>Ohio Educational Library Media Association</b>
<b>PIB</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>QCA</b>	<b>Quadro Comunitário de Apoio</b>
<b>RBE</b>	<b>Rede de bibliotecas escolares</b>
<b>SABE</b>	<b>Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares</b>
<b>TIC</b>	<b>Tecnologias da informação e comunicação</b>
<b>EU</b>	<b>União Europeia</b>
<b>UNESCO</b>	<b>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</b>



*“Aprender é cada vez menos memorizar conhecimentos e cada vez mais preparar-se para os saber encontrar, avaliar e utilizar. A capacidade de actualização passa a ser uma ferramenta essencial ao indivíduo se quer sobreviver numa sociedade de verdades relativas e efémeras. Neste contexto, a biblioteca escolar é central no processo educativo...”*

*Calixto, José António, 1996*

## INTRODUÇÃO

A importância actual da Informação tem crescido rapidamente sendo considerada, por alguns, o “petróleo” do séc. XXI. Marian Koren, na sua comunicação na Conferência Internacional Comemorativa do Bicentenário da Biblioteca Pública de Évora, subordinada ao tema “Bibliotecas para a vida: Literacia, Conhecimento, Cidadania” refere que “civilisations who take democracy seriously know that a country’s prosperity depends on open access to information and public discussion by informed citizens”<sup>1</sup>, o que quer dizer que a evolução, a todos os níveis, de um país depende cada vez mais de cidadãos informados e com competências a nível da informação.

Termos como *e-learning*, *e-books*, biblioteca virtual, *Internet*, entre outros, fazem agora parte do nosso quotidiano, onde “the potential of virtual Access is that you can integrate the access to information in every day activities, literally speaking we have info at our fingertips”<sup>2</sup>, como refere Jens Thorhauhe, na referida conferência. Consultar o *e-mail*, trocar mensagens, consultar listas, fazer compras a partir de casa, verificar multas de trânsito, movimentar contas bancárias, consultar jornais electrónicos, ir para o *Messenger*, pesquisar, estudar, entre outras, são actividades que, actualmente, fazem parte do quotidiano do mundo inteiro. Rapidamente nos adaptamos a esses movimentos e passamos – em geral e sem uma percepção clara e sem grandes questões – a viver na chamada Sociedade da Informação e

<sup>1</sup> Koren, Marian – Access to libraries of all ages for people of all ages to right to information [em linha]. 2005. Disponível em URL: [www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27\\_out05/conferencia.htm](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27_out05/conferencia.htm) . Pág.2.

<sup>2</sup> Thorhauhe, Jens – Lifelong learning and promotion of reading and literacy [em linha]. 2005. Disponível em URL: [www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm). Pág.1.

Conhecimento, numa nova era em que a informação flui a velocidades vertiginosas e em quantidades que há bem poucos anos eram inimagináveis, assumindo valores sociais e económicos fundamentais.

A rápida evolução das tecnologias ao serviço da informação e do conhecimento vieram revolucionar a comunicação e a aprendizagem entre os homens permitindo a quem produz, compreende, detém e transmite informação e conhecimento, um “domínio” e independência numa sociedade cada vez mais emergente, evitando, assim, a info-exclusão.

Para aceder, pesquisar, tratar e compreender informação, que cada vez é mais volumosa e nos é apresentada das mais diversas formas e nos mais variados suportes, é necessário confrontarmo-nos, não só com entraves a nível físico e tecnológico, como também com a nossa capacidade humana de assimilar grandes quantidades de dados informativos. Mais do que a capacidade de aceder à informação, actualmente, é perceber o que é significativo e o que é dispensável num universo quase infindável.

Vivemos numa sociedade na qual, como refere Chris Batt, na sua comunicação, na conferência anteriormente referida, “much as been written about the journey towards the knowledge society; how life will be different and what will be the drivers of society when easy access to information and knowledge is at the very heart of the lives of every citizen. Countries around the world are striving to lead the knowledge economy “race”, creating industries and infrastructure that manage, synthesise and add value to knowledge on a world stage”<sup>3</sup>, um raciocínio que aponta uma sociedade civilizada, moderna, onde entendemos o quanto as tecnologias e a informação se tornaram indispensáveis num quotidiano em as pessoas “não podem” existir à margem deste sistema.

Devemos reflectir no tipo de sociedade que é aqui referida, as chamadas sociedades evoluídas, porque, infelizmente, a maior parte da população mundial nunca contactou com as chamadas novas tecnologias. Como menciona António Pina Falcão, “a imagem da realidade que nos foi dada conhecer através do relatório preliminar do Estudo Nacional de Literacia, torna-se ainda mais preocupante no contexto de uma emergente Sociedade de

---

<sup>3</sup> BATT, Chris – Investing in Knowledge [em linha]. 2005. Disponível em URL: [www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm). Pág.1.

informação. É bem verdade que (até 1996) 50% da população mundial nunca utilizou um telefone e que 80% nunca manejou uma calculadora e que, por consequência, falar de Sociedade Global de Informação significa, provavelmente ainda nas próximas décadas, fazer referência principalmente aos países desenvolvidos onde anteriormente surgiram sociedades industriais e a alguns outros que registaram recentemente elevadíssimos índices de desenvolvimento económico e social”.<sup>4</sup>

\*  
\*   \*   \*

Se, até cerca de meados do séc. XX havia pouca informação e era relativamente difícil ter-lhe acesso, hoje em dia há “excesso” e com facilidade se chega a esta. O problema surge quando há necessidade de reduzir a complexidade que se torna seleccioná-la e por vezes compreendê-la, não descurando a fiabilidade da mesma. De referir aqui que a informação e os meios de comunicação detêm tal importância na actualidade, que quase se podem considerar uma “arma”, dada velocidade a que esta se transmite numa sociedade cada vez mais global. É perfeitamente possível a mesma informação chegar, quase ao mesmo tempo, aos “quatro cantos do mundo”.

Emerge, nas escolas, a necessidade aos recursos de informação e, por conseguinte, a dificuldade em pesquisá-la, seleccioná-la, compreendê-la e tratá-la. É importante que o aluno pesquise a informação, mas é imprescindível que ele a saiba pesquisar. José António Calixto, chama-nos a atenção para reflectirmos sobre “o aumento exponencial da informação disponível e das potencialidades dos mecanismos para o seu armazenamento e recuperação tornou clara a necessidade de alargar o conceito tradicional de formação de utilizadores, incluindo agora outras competências”<sup>5</sup>. Refere ainda que este alargamento origina “uma complexidade acrescida do trabalho das bibliotecas e dos seus profissionais, pois a questão da literacia da informação situa-se na intersecção de dois campos profissionais: o educacional e o da informação”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> FALCÃO, António Pina - Intervenção de abertura. *Cadernos BAD*. 1996. Pág.10.

<sup>5</sup> CALIXTO, José António – Literacia da Informação: um desafio para as bibliotecas. 2004. Pág.1.

<sup>6</sup> CALIXTO, cit.5, p.2.

O Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento revela, nos dados disponibilizados pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) que, num inquérito realizado em 2002 à população portuguesa (amostragem de 3001 indivíduos), relativamente à utilização das tecnologias da informação e comunicação que, dos inquiridos entre os 15 e os 64 anos, 45% são utilizadores regulares do computador, 37% têm computador, 30% são utilizadores regulares da Internet e 17% tem ligação à Internet em casa. A grande percentagem dos utilizadores do computador aprendeu sozinho, cerca de 63%, 20% através de formação (emprego, universidade, cursos, etc.) e 16% aprendeu com amigos e/ou família. Pudemos também aferir que dos 15 aos 19 anos, cerca de 84% dos inquiridos são utilizadores regulares do computador, de referir, ainda que, sem precisar, a maior parte da população portuguesa utiliza a Internet com fins lúdicos, havendo uma percentagem pequena que a utiliza com fins de trabalho e/ou estudo.

O presente estudo parte da observação destas realidades, considerando que, actualmente, uma grande parte dos alunos revela bastantes dificuldades na pesquisa e organização da informação. Quando são induzidos a fazer um trabalho de investigação proposto pelo professor, com materiais já seleccionados, a maior parte deles consegue executar a tarefa com alguma facilidade, isto porque, muitas vezes, limitam-se a copiar na íntegra os textos, esquemas, imagens, etc. das fontes de informação. Demonstram grandes dificuldades na organização e estruturação de uma síntese coerente da informação.

Será, então, necessário que os alunos tenham alguma formação que os auxilie a ultrapassar estas dificuldades? Pode, neste contexto, a Biblioteca Escolar e a Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar ter a missão de apoiar e ensinar métodos e estratégias para ultrapassar essas dificuldades? E, ainda, formar cidadãos aptos “para a vida”, na chamada Sociedade da Informação? Consideramos que há, de facto, uma necessidade premente de Formação de Utilizadores da Biblioteca Escolar, não só para auxiliar os alunos, mas também os professores no desempenho da sua função de criar meios de aquisição de conhecimento.

Este estudo pretende ser um contributo com orientações metodológicas para um Programa de Formação de Utilizadores da Biblioteca Escolar, que

podem ser integradas nos conteúdos da disciplina TIC. Isto porque temos consciência que, não basta um professor bibliotecário querer formar os utilizadores da sua biblioteca escolar, para ser levado em consideração, é necessário que faça parte do programa curricular de uma disciplina. Só assim esta formação poderá ter o seu real valor e ser encarada com mais importância e utilidade em todas as escolas deste país.

\*  
\*      \*

O estudo que aqui é apresentado compreende três grandes capítulos, havendo uma relação estreita entre eles, de forma a enquadrar, justificar e sugerir um programa de apoio ao conhecimento e à aprendizagem.

Numa primeira parte, uma breve abordagem à história das bibliotecas escolares em Portugal e à Sociedade da Informação torna-se imperativa, bem como o papel das bibliotecas escolares numa sociedade em constante evolução e permanente “revolução” a nível da informação e da comunicação. É o enquadramento do assunto principal, a formação de utilizadores da biblioteca escolar. É desenvolvido também aqui a importância das bibliotecas escolares como centro de recursos educativos e, como contempla a Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>7</sup>, como o “prolongamento da sala de aula”, quer a nível da interdisciplinaridade quer a nível da transdisciplinaridade, tendo, sempre, em vista dotar o aluno de capacidades e competências de informação, não só enquanto estudante, mas como cidadão e na preparação para a vida activa, na sociedade moderna.

É feita, nesta parte, referência ao programa da Rede de Bibliotecas Escolares, os seus objectivos, os princípios e fundamentos nos quais assenta, bem como a menção às escolas integradas, no ano lectivo de 2004/2005, na rede de Bibliotecas Escolares, a nível nacional e a representação do investimento efectuado a este nível.

O segundo capítulo desenvolve-se a justificação das questões propostas neste trabalho, começando com a apresentação do programa curricular da disciplina TIC para o 9º e 10º anos, que poderá vir a ser alargado a outros anos lectivos. Seguidamente é elaborada uma análise, do ponto de vista de

---

<sup>7</sup> Lei 46/86, de 14 de Outubro, pág [3].

profissional da informação, e posteriormente terá lugar a referência à necessidade de inserção, neste programa, de uma componente de formação do utilizador da biblioteca escolar como um complemento dos objectivos desta disciplina.

Após a justificação do inquérito por questionário efectuado a 33,33% da população escolar do concelho de Esposende a frequentar o 9º e 10º anos de escolaridade, é elaborada a contextualização do mesmo, com uma breve caracterização do concelho. Faz-se a caracterização da população escolar e a referência às bibliotecas escolares existentes, bem como as respectivas condições de funcionamento e prestação de serviços. Posteriormente é feita a caracterização dos inquiridos e a devida apresentação da análise dos dados recolhidos através do referido inquérito e a avaliação real, das necessidades de formação destes utilizadores de bibliotecas escolares.

No terceiro e último capítulo são abordados e comentados os diferentes modelos de competências de informação, designados, por alguns autores como modelos de literacia da informação, como recurso ao ensino/aprendizagem das matérias curriculares, os quais serviram de apoio à nossa proposta de formação do utilizador da biblioteca escolar. Finalmente, é apresentada a proposta de orientações para um programa de formação do utilizador da biblioteca escolar, a integrar nos conteúdos curriculares da disciplina TIC, com os respectivos objectivos, conteúdos programáticos, sugestões metodológicas bem como o número de aulas que consideramos necessário leccionar.

Em suma, este trabalho tem como objectivos gerais: **identificar** as dificuldades de pesquisa e tratamento da informação nos indivíduos a frequentar o 9º ano do ensino básico e o 10º ano do ensino secundário - para tal foram recolhidas amostras representativas nas escolas do concelho de Esposende e submetidas a tratamento estatístico para nos demonstrar e realidade deste concelho - e **propor** um programa de orientações para a formação de utilizadores da Biblioteca Escolar com conteúdos programáticos e sugestões metodológicas para coadjuvar a concretizar os objectivos propostos e ser uma mais valia no enriquecimento, a todos os níveis, da população escolar.

## Estado da arte

No campo de estudo das bibliotecas escolares podemos referir que, após a década de 90 a esta parte, tem-se verificando-se que o que mais tem proliferado são os artigos e as páginas da *Internet* a divulgar uma biblioteca escolar específica bem como os serviços e actividades que cada uma desenvolve dentro da sua comunidade. A este nível, consideramos ter ainda como referências principais e essenciais, os estudos e testemunhos de José António Calixto e Lino Moreira da Silva. José António Calixto, com a obra “A Biblioteca Escolar e a Sociedade da Informação” (1996), faz uma abordagem significativa e, do nosso ponto de vista, extremamente importante, ao papel das bibliotecas escolares na sociedade da informação e no sistema educativo. Faz, ainda, menção a uma série de questões relacionadas com organização, gestão e dinamização da biblioteca escolar. Quanto às obras de Lino Moreira da Silva, não só com “Bibliotecas escolares: um contributo para a sua justificação e dinamização”, mas também “Bibliotecas escolares e construção do sucesso educativo” (2002), merecem ser citadas pelo contributo que representam, para a organização e dinamização das bibliotecas escolares.

Ainda durante esta a década foram dados a conhecer dois estudos sobre bibliotecas escolares do 2º, 3º ciclo e secundário, nomeadamente a tese de mestrado de Isilda Garraio (1994) que aborda a situação actual e perspectivas para as bibliotecas escolares envolvendo as escolas do distrito de Portalegre e, em 1998, Eloy Rodrigues publicou um estudo sobre a “Rede de Bibliotecas Escolares do Porto”.

Em 1996, nos dias 4 e 5 de Janeiro, realizou-se o 1º Encontro Nacional sobre Documentação e Informação na Escola, organizado pela Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD), na Fundação Calouste Gulbenkian, que contou com a participação de mais de 600 pessoas e donde resultou a constituição de uma comissão que, junto do governo e dos vários ministérios, iria promover o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares.

No início do séc. XXI, torna-se imperioso fazer alusão às quatro teses de mestrado, apresentadas em Lisboa, Évora, Braga e Aveiro, respectivamente, abordando a temática das bibliotecas escolares, sendo elas a de Marta Paula

Fernandes Mota Alves (2000) sobre a intervenção da “Biblioteca Escolar no processo de ensino-aprendizagem” e que entretanto também publicou, em 2000, um artigo sobre “Biblioteca escolar, tecnologias da informação e currículo”, a de Artur Dagge (2004), sobre as “Bibliotecas escolares e o papel do bibliotecário”, traçando o perfil do bibliotecário escolar e dando a conhecer a realidade das bibliotecas das escolas básicas do 2º e 3º ciclos e secundárias pertencentes à Direcção Regional de Educação do Alentejo, a de José Alves Barroco (2004) sobre “As bibliotecas escolares e a formação de leitores, uma tese no âmbito das Ciências da Educação que alerta para o facto da alfabetização não ser suficiente na Sociedade da Informação e propõe uma série de actividades de dinamização das bibliotecas escolares e, finalmente a de Margarida Amélia Correia Bairrão do Vale Marques (2003), sob o título “O contributo da biblioteca escolar para o ensino aprendizagem. Impacto e perspectivas futuras face à sociedade da informação”, onde disponibiliza um série de materiais e fichas para apoio na gestão da informação nas bibliotecas escolares.

Em 2004, Ana Maria de Campos Pessanha de Meneses publica o seu contributo para esta temática “A biblioteca escolar nas novas práticas educativas face à Sociedade da Informação: um estudo empírico no concelho de Viseu.

Durante o ano de 2005, foram realizadas, na Trofa, as 1ªs Jornadas de Trabalho sobre Bibliotecas Escolares: Formação da Comunidade, onde salientamos as seguintes intervenções: a de Manuela Barreto Nunes sobre o papel das bibliotecas escolares na formação da comunidade educativa, a de Carla Tavares sobre as bibliotecas escolares: o seu conceito e a sua realidade e a de António Regedor que abordou as bibliotecas escolares como uma nova realidade na sociedade portuguesa. Os exemplos de bibliotecas escolares nos concelhos da Maia, Guimarães, Oliveira de Azeméis, Viana do Castelo, Trofa e Braga foram abordados como exemplo, fazendo referência ao desenvolvimento das bibliotecas escolares nestes concelhos.

Em 25 de Setembro de 2006, foi realizado, em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, um Seminário Internacional sobre Bibliotecas Escolares onde foram abordadas temáticas como a importância do bibliotecário escolar, o impacto e importância das bibliotecas escolares no sucesso educativo. A

apresentação de investigações de diferentes profissionais quer da área da informação quer da área da educação, conduzidas em diferentes países que aqui foram partilhadas e discutidas. E, finalmente, referir também a oportunidade para discutir e fundamentar o perfil profissional do bibliotecário escolar.

Relativamente à Formação de Utilizadores da Biblioteca Escolar, após pesquisa exaustiva, podemos dizer que, a nível nacional, pouca bibliografia foi publicada. No entanto, podemos referir o trabalho de Fátima Sequeira, não especificamente sobre formação de utilizadores, mas sobre formação de leitores que nos aponta vários métodos de promoção da leitura e do conhecimento, e a intervenção de Maria Isabel de Sá Pereira e Maria João Castro nas Jornadas acima referidas, esta sobre a formação de utilizadores, um artigo, no nosso entender, sintético, mas com algumas estratégias de formação.

Finalmente, o *site* do Ministério da Educação sobre a Rede de Bibliotecas Escolares, é o recurso mais completo sobre a realidade das bibliotecas escolares do nosso país. Para além disso, disponibiliza uma série de material, que considerámos de grande importância e extremamente rico, a nível informacional, de apoio na gestão e dinamização destas bibliotecas.

A nível internacional, é do conhecimento comum que os nórdicos são reconhecidos como tendo o melhor sistema de bibliotecas escolares, no entanto, quer nos Estados Unidos, na Austrália quer na Inglaterra, cada vez mais tem surgido novas referências e exemplos práticos, não só a nível de gestão, organização e dinamização de bibliotecas escolares, mas também a nível do “teaching information skills in schools” como indispensável ao desenvolvimento académico dos alunos e futuros cidadãos. Apresentamos como referências essenciais o artigo da Associação Americana de Bibliotecas sobre “Improving literacy through school libraries” (2000); o contributo de James Carey com a obra “Library skills, information skills and information literacy: implications for teaching and learning”, (2004). Também a obra de Michele Lonsdale com o título “Impact of school libraries on student achievement achievement: a review of the research” (2006) que é basicamente um estudo da Associação das Bibliotecas Escolares Australianas sobre esta temática; Nancy Pickering Thomas com a obra “Information literacy and

information skills instruction: applying research to practice in the school library media centre” (2004) apontando como indispensáveis das competências informacionais e, finalmente, a obra de Joie Taylor sobre bibliotecas escolares e literacia da informação, “Information literacy and School library media centre” (2006).

*“A vida nas sociedades de hoje exige de todos e cada um uma capacidade de se adaptar, transmitir e processar dados, disseminados num espaço cada vez mais global e mais facilmente acessível, transformando-os em informação e em saberes pertinentes, capazes de tornar inteligíveis os diversos cenários e trajectórias de evolução possível nos percursos pessoais e colectivos. A sociedade da informação exige novos conhecimentos e novas práticas, obriga a um esforço de aprendizagem permanente...”*

*Ministério da Ciência e Tecnologia., 1997*

## JUSTIFICAÇÃO E INTENÇÕES DO TRABALHO

Durante alguns anos, em contacto directo com utilizadores de uma biblioteca municipal, onde, a maior parte eram estudantes, constatámos a dificuldade que estes demonstravam quando tinham que pesquisar qualquer assunto. Para um simples trabalho escolar, muitas vezes, até o simples gesto de consultar um dicionário ou uma enciclopédia, tornava-se moroso e infrutífero. A maior parte dos alunos revelava grandes dificuldades, não só no acto da pesquisa, como também no tratamento e organização da informação. Consideramos importante realizar um estudo que ambicionasse, não só demonstrar a importância e a necessidade de dotar os alunos de competências e apetências a nível da aprendizagem, como também sugerisse um plano de apoio ao professor e/ou bibliotecário escolar no desempenho das suas funções, que o ajudasse a fornecer as competências informacionais desejadas. Tudo isto quer numa aprendizagem intencional, na medida em que o aluno vai ser orientado na aquisição de novos conhecimentos, quer numa aprendizagem não intencional, através de actividades de ócio e lazer - neste contexto, a aprendizagem intencional apresenta um papel mais relevante, não só no complemento e apoio de actividades curriculares, como também com intenção de desenvolver o desejo de uma aprendizagem não intencional.

É inquestionável o papel que as bibliotecas escolares não só podem, como devem, desempenhar na aprendizagem dos alunos, quer a nível



curricular, quer a nível de preparação para a vida. A proposta de integrar no programa curricular da disciplina Tecnologias da Informação e Comunicação de uma parte de orientações metodológicas para a Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar tem a ver, não só com a necessidade que hoje em dia se verifica a nível de competências da informação, mas também com a consciência de que um plano de formação só terá a importância merecida se fizer parte de um programa curricular. A proposta de integração de orientações para a formação do utilizador da Biblioteca Escolar no programa curricular da disciplina T.I.C., insere-se nos objectivos da mesma, tendo esta disciplina não só a componente de informática, o hardware e o software, como também uma componente da informação e comunicação.

Propomos um programa com os seguintes objectivos gerais:

- ✓ aumentar os conhecimentos dos alunos, passando por diversas experiências de aprendizagem;
- ✓ criar mecanismos que desenvolvam a autonomia do aluno e uma atitude de investigação constante;
- ✓ saber documentar-se;
- ✓ desenvolver o espírito crítico para interagir e tornar-se um agente de transformação, para que sejam dotados de métodos de estudo e investigação autónoma;
- ✓ utilizar e aplicar esses métodos não só a nível académico como também no dia a dia.

## 1 – Metodologia da investigação

O vocábulo *método* deriva do grego (μετα + οδος) que quer dizer *caminho* ou *direcção* para um *objectivo*. Podemos designar o método como um conjunto de procedimentos lógicos inerentes a qualquer investigação, como o caminho, processo ou plano, escolhido pelo investigador para chegar a um determinado objectivo ou fim. Como o método está intimamente ligado à metodologia, isto é, à busca do método mais adequado a seguir, esta não é nada mais, nada menos, que a doutrina do método, um plano concertado das operações a efectuar tendo em vista um propósito específico.

A investigação é o instrumento cujo objectivo é tornar conhecido ao ser humano algo que até à data era desconhecido, no sentido de fazer avançar o conhecimento e tornar mais adequadas as ideias, os pensamentos e as orientações do conhecimento, para fazer avançar o mundo em que vivemos.

O percurso desta investigação, baseou-se, no essencial, nos procedimentos sugeridos por Umberto Eco<sup>8</sup> e Judith Bell<sup>9</sup>, não descurando os aconselhamentos de Raymond Quivy e Luc Van Campenhout<sup>10</sup>.

A tarefa inicial consistiu na reflexão e formulação do problema de partida para este estudo, representado nas seguintes questões:

- Com a quantidade de informação que, hoje em dia, nos é apresentada, quais as reais dificuldades dos alunos em: pesquisá-la, compreendê-la, tratá-la e difundi-la?
- Que contributo pode dar a biblioteca escolar e os profissionais da informação para diminuir estas dificuldades?

<sup>8</sup> ECO, Umberto - Como se faz uma tese em ciências humanas. 1988.

<sup>9</sup> BELL, Judith - Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação. 2004

<sup>10</sup> QUIVY, Raymond, VAN CAMPENHOUDT, Luc - Manual de investigação em ciências sociais. 2003.

Tendo consciência que, quer o estudante, quer mais tarde o cidadão comum, revela grandes lacunas a nível da literacia a informação, consideramos que seria de extremo interesse para os professores que leccionam a disciplina T.I.C. sugerir algumas orientações metodológicas que o ajudassem na planificação das aulas e exposição dos conteúdos programáticos de um programa curricular.

Realizamos pesquisa bibliográfica que intuímos de essenciais, algumas das quais sugeridas pelo orientador, Professor Doutor Francisco Vaz e que nos pareceram pertinentes no âmbito das bibliotecas escolares, da formação de utilizadores da biblioteca escolar e da utilização das tecnologias da informação no nosso país. Foi produzido um esquema de trabalho, onde se referencia a devida reflexão sobre as diversas abordagens do problema enunciado.

Como enquadramento do objecto do nosso estudo fez-se, no primeiro capítulo, uma breve perspectiva histórica das bibliotecas escolares, desde a formação da nação até à época actual.

A partir de 1996, o Governo, através do Ministério da Educação, e com o apoio de alguns parceiros como o Ministério da Cultura, Câmaras Municipais, entres outros – como por exemplo: associações - implanta o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares como recurso indispensável à formação do aluno. Fizemos uma incursão pelos objectivos e funcionamento deste Programa, tecendo algumas considerações que nos pareceram pertinentes, bem como uma breve referência aos resultados que este programa tem apresentando, considerando o número de bibliotecas escolares existentes actualmente no nosso país.

Posteriormente consideramos importante referir as medidas políticas no contexto da Sociedade da Informação, quer a nível nacional, quer ao nível da União Europeia, ainda contextualizar e enquadrar as bibliotecas escolares nesta mesma Sociedade.

Actualmente, quer ao nível da interdisciplinaridade, quer a nível da transdisciplinaridade, a função da biblioteca escolar ganha cada vez mais importante como agente dinâmico no ensino/aprendizagem, daí a necessidade de abordá-la como **centro de recursos educativos**, não só para os alunos, como também para os docentes de qualquer disciplina.

Na etapa seguinte do nosso trabalho, primeiramente fizemos uma abordagem às T.I.C. no sistema de ensino português, fazendo referência a uma série de medidas governamentais, no sentido de proporcionar a todos o acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Seguidamente apresentámos o programa curricular existente para a disciplina TIC, para o 9º e 10º anos, ao qual fizemos uma análise dos conteúdos a leccionar e tecemos alguns comentários. Analisar este programa tornou-se imperioso, na medida em que uma das intenções deste estudo é a proposta de orientações metodológicas para a formação do utilizador da biblioteca escolar, a integrar nos conteúdos do programa curricular da referida disciplina, visto considerarmos que será nos conteúdos desta disciplina que melhor se enquadra a nossa proposta de formação.

### **1.1 – Análise documental**

As técnicas documentais são um auxiliar precioso na investigação, permitindo uma apropriação rápida e credível, desde que baseada em órgãos de emissão fiáveis, de uma grande quantidade de informação diversificada, a qual o investigador pode manobrar e cruzar, no sentido do objecto e exigências da sua pesquisa. Optamos por dar relevo às técnicas de análise documental aplicadas a várias fontes, utilizando as possibilidades fornecidas por dados oficiais e fontes estatísticas que expressam a realidade do acesso e utilização da informação e das tecnologias da informação.

A pesquisa e recolha de documentação centrou-se, essencialmente, nas bibliotecas da Universidade de Évora, Faculdade de Letras do Porto, Biblioteca Geral da Universidade do Minho, Biblioteca da Universidade de Aveiro e em *websites* sobre o tema.

A análise desta documentação diversa permitiu-nos inferir algumas orientações para a proposta da Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar.

## 1.2 - Hipóteses de trabalho

A hipótese é uma ideia que guia a investigação e que permite que as posições teóricas de base. Está na génese da investigação e admite que seja posta à prova. Sendo a hipótese uma orientação e não uma explicação, formulamos as seguintes como guia de trabalho:

a) Podemos formar os alunos para que estes não sintam dificuldades na elaboração de um trabalho científico;

b) A Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar tem a importante missão de ensinar métodos e estratégias para ultrapassar dificuldades informacionais;

c) Através da formação do Utilizador da Biblioteca Escolar podemos formar cidadãos aptos para a vida, com capacidades e competências informacionais, na chamada Sociedade da Informação.

## 1.3 – Avaliação das necessidades

Antes da elaboração do inquérito por questionário, privilegiamos, num primeiro momento a observação, pois só deste modo poderíamos formular devidamente as questões para estas captarem os dados necessários à nossa investigação. Seguidamente, para a avaliação das necessidades de formação do utilizador, foi realizado um inquérito por questionário, baseado no princípio que “as respostas têm maior validade se os inquiridos não conhecerem as razões pelas quais a pergunta é feita”<sup>11</sup>, no qual as perguntas foram elaboradas com o intuito de demonstrar não só as actividades mais desenvolvidas nas bibliotecas escolares, como também demonstrar as dificuldades dos alunos no acesso, compreensão e tratamento da informação, como se relacionam com estas dificuldades e quais as ajudas que têm a este nível. Este inquérito por questionário foi elaborado com a devida atenção para que os inquiridos interpretassem as perguntas nos termos pretendidos, e não se verificar enviesamento, tendo em conta se eram questões de algum modo

---

<sup>11</sup> FODDY, William – Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. 1996. p. 14.

perturbadoras, se eram de fácil compreensão, se eram fastidiosas e se os alunos queriam falar mais sobre o assunto. Verificamos, no entanto, alguma falta de interesse por parte de alguns inquiridos, não estando motivados para responder com a seriedade necessária para a avaliação deste estudo.

### **1.3.1 – Constituição da amostra**

Escolhemos o concelho de Esposende como local privilegiado para a nossa pesquisa tendo em conta as características culturais e sócio-económicas que este concelho apresenta. Como objecto de estudo, elegemos os alunos a frequentar o 9º e 10º anos de escolaridade das várias escolas como o mais indicado para a nossa pretensão.

Após a validação do inquérito por questionário pelo orientador Professor Doutor Francisco Vaz, o mesmo teve que ser submetido a apreciação do Concelho Executivo de cada estabelecimento de ensino, nomeadamente da Escola Básica 2,3 de Apúlia, Escola Básica 2,3/S de Forjães, Escola Preparatória António Correia de Oliveira e Escola Secundária Henrique Medina. O inquérito por questionário não foi realizado na Escola Profissional de Esposende, visto esta não possuir, na altura da recolha de dados, biblioteca escolar.

Com base em informações prestadas pelos Presidentes dos Conselhos Executivos das Escolas da nossa amostra, referentes ao número de alunos a frequentar o 9º e 10º anos, inicialmente foi projectada uma amostra de 275 indivíduos, abrangendo 50% da totalidade dos alunos a frequentar estes graus de ensino do universo escolar do concelho de Esposende. No entanto, constrangimentos diversos impediram que o número de alunos observado fosse a totalidade, atingindo só cerca de 185 alunos. Os motivos adjacentes a estes impedimentos foram: falta de adesão de alguns professores, encarregados de educação que não autorizaram, falta de interesse por parte dos alunos (questionários que não permitiram o seu tratamento), abandono escolar e alunos que se encontravam doentes.

### **1.3.2 – Caracterização do concelho de Esposende**

Fizemos uma breve caracterização do concelho e do meio onde foram efectuados os questionários, quer a nível demográfico que a nível sócio-económico através da apresentação de dados que nos permite verificar a heterogeneidade existente no concelho a nível da distribuição e crescimento da população residente por freguesias. A caracterização da população escolar neste concelho, bem como a caracterização das bibliotecas escolares existentes foram também objecto de estudo. Seguidamente, pareceu-nos apropriado apresentar os resultados do inquérito efectuado.

### **1.3.3 – Análise de dados empíricos**

A experiência pessoal informa-nos quão complexo é o trabalho de campo tendo em conta as situações imprevisíveis com que o investigador se pode deparar. Desde comportamentos desajustados, a falta de elementos até ao caos de informação quase impossível de analisar. A planificação deste estudo da caso iniciou-se através de uma observação directa, em que foram recolhidas informações, sem nos dirigirmos aos sujeitos da amostra.

Os procedimentos estatísticos foram os seguintes: média, histograma, frequência relativa e valores percentílicos. O estudo do comportamento dos resultados fez-se a partir da análise e correlação quantitativa. A etapa seguinte incidu na análise dos dados recolhidos e no seu tratamento quantitativo e qualitativo, o que nos permitiu tirar algumas ilações de relação de causa/efeito nas respostas dos alunos, pertinentes para a resolução do problema proposto. Esta informação tornou-se fundamental na medida em que serviu de orientação para nossa proposta de formação do utilizador da biblioteca escolar. Lembramos que, para muitas crianças, a escola constitui a única oportunidade de acesso às tecnologias da informação. Para terminar este estudo de caso, foi solicitado às escolas (objectos deste estudo), dados físicos, estatísticos e de funcionamento de cada biblioteca escolar, tarefa essa que se tornou um pouco

difícil, devido à falta de elementos que cada estabelecimento de ensino possuía. Consideramos como muito produtiva a visita à coordenadora da Rede de Bibliotecas Escolares da Direcção Regional de Educação do Norte, Dr<sup>a</sup> Carla Tavares, que nos forneceu, para além de informação pertinente sobre o funcionamento das bibliotecas escolares, dados quantitativos relativos à implementação da Rede de Bibliotecas Escolares quer a nível nacional, quer a nível da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), relevantes para a nossa pesquisa.

#### **1.4 - A entrevista**

Finalmente, procedendo a uma observação indirecta e tendo em conta que “ao longo dos anos, os investigadores tornam-se cada vez mais confiantes na informação verbal e esta tendência não apresenta quaisquer sinais de inversão. Apesar dos procedimentos utilizados na recolha de informação verbal não serem nem melhores nem piores dos que têm sido usados para recolher outros tipos de informação (por exemplo, procedimentos de observação, medidas não obstrutivas de fenómenos físicos), ainda vale a pena desenvolver no sentido de beneficiar a sua fidelidade e validade.”<sup>12</sup> A atitude que se assumiu neste trabalho relativamente às entrevista a realizar aos professores das disciplina TIC, nas escolas dos discentes questionados e após definir como tópicos principais a preparação que os professores têm no que concerne a leccionação da disciplina em questão, quais as dificuldades que reconhecem no aluno a nível informacional e se são desenvolvidas acções para colmatar as dificuldades dos discentes a este nível. Tentamos interpretar e analisar melhor a realidade constante nas nossas escolas para podermos definir com maior objectividade e coerência a proposta presente neste trabalho. Por motivos de natureza epistemológica e metodológica, cada um dos entrevistados teve acesso ao registo escrito da entrevista para fazer as alterações que considerasse necessárias, tendo sido elucidado que esta entrevista tinha como

---

<sup>12</sup> FODDY, William – Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. 1996. p.209.

finalidade ser objecto de estudo para um trabalho académico e foi lhes garantido o anonimato.

### **1.5 - Proposta de trabalho**

Antes da proposta de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar, são apontados e analisados alguns modelos de literacia de informação, como apoio e base integrante da nossa proposta. Para esta proposta de **Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar**, tivemos em conta as necessidades dos alunos nesta área, formulamos os objectivos e, só depois, apontamos os conteúdos. Depois da organização dos conteúdos, apresentámos as sugestões metodológicas que entendemos serem as mais indicadas para a aprendizagem dos mesmos, só então foram organizados esses conteúdos. O programa apresentado segue as mesmas linhas estruturais do Programa Curricular para a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação para o 9º e 10º anos, visto ser o nosso objectivo integrar a nossa proposta nesse programa.

Como anexo e material de apoio à formação do utilizador da biblioteca escolar, consideramos de suma importância a realização de um Glossário da Biblioteca Escolar, com os termos mais utilizados no universo do acesso à informação.

*“É absurdo tentar resolver os problemas de educação dando às pessoas só o acesso à informação, da mesma forma que não se resolve o problema da habitação dando às pessoas os tijolos...” É preciso educar e treinar os homens para que possam atingir objectivos...*

*Adaptação livre da citação de Diana Laurillard, 2002*

## CAPÍTULO I

### 1 - As Bibliotecas Escolares em Portugal

Quando falamos das bibliotecas escolares em Portugal, temos, necessariamente que fazer referência à história do ensino em Portugal. Segundo Rómulo de Carvalho<sup>13</sup>, antes dos fins do séc. XI, são muito poucas as notícias sobre a existência de escolas no que seria o futuro território português, mas é razoável considerarmos que tenham existido algumas escolas, tendo em conta o elevado número de mosteiros que entretanto se fundaram. Muitas ordens religiosas edificaram mosteiros, mas foi a partir do séc. X que algumas os começaram a edificar em território português. No entanto, foi no séc. XII que apareceram aqueles que são considerados os mais importantes na história do ensino em Portugal. Através da Ordem dos Cónegos Regentes de Santo Agostinho, apareceu o mosteiro da Ordem de Santa Cruz de Coimbra e com a Ordem de Cister, de S. Bernardo, aparece o Mosteiro de Alcobaça. Embora não haja dados que nos revelem o fundo bibliográfico de cada um destes mosteiros, há dados que apontam para a existência, na biblioteca do mosteiro, de material largamente suficiente para explorar todos os assuntos incluídos nos programas curriculares da época. Segundo Rómulo de Carvalho<sup>14</sup>, do mosteiro de Santa Cruz, chegaram até nós cerca de 136 códices, redigidos em épocas diferentes que vão desde o séc. XII até ao séc. XVIII. O mosteiro de Alcobaça

<sup>13</sup> CARVALHO, Rómulo – História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 2001. 962p.

<sup>14</sup> CARVALHO, cit.11, p.237.

também possuía, para estudo e consulta, uma rica biblioteca de códices, dos quais chegaram até nós cerca de 7 do séc. XII e 71 do séc. XIII, 48 do séc XIV, entre outros. A universidade apareceu, em Portugal, durante o séc. XIII. É também durante os séculos XIII e XIV que aparecem as escolas nas Sés Catedrais e Colegiadas, onde continuava a decorrer o ensino regular.

Foi a partir do séc. XV e no início do séc XVI, com os “Estatutos Manuelinos” e, ainda, mais tarde com a reforma pedagógica de D. João III, que houve, no nosso país, um grande progresso ao nível do ensino, até pelos numerosos colégios que apareceram durante este século. Como exemplo temos: o Colégio de Espírito Santo (1541), Colégio de Jesus, da Companhia de Jesus (1542), o Colégio da Graça (1543), entre outros, no entanto, não encontramos referências que nos permitissem comprovar as bibliotecas escolares destas instituições.

A Companhia de Jesus, em Portugal, dominou o panorama pedagógico durante o séc. XVII. “Os jesuítas sempre se apresentaram como homens com invulgares qualidades de estudo, dados à meditação e à polémica, ansiosos, certamente por conhecerem as novidades do pensamento quanto mais não fosse para exercitarem a sua capacidade de réplica e porem à prova a segurança dos seus princípios”<sup>15</sup>. Normalmente, todo esse saber ficava arrecadado para sua congeminação privada, para colóquios reservados entre os parceiros de mais intimidade, mas quase nunca era utilizado para comunicação nas aulas.

Quando D. João V faleceu, em 1750, o país encontrava-se numa grave situação económica apesar da riqueza em ouro, diamantes e pedras preciosas que chegavam do Brasil, a governação era precária. É então que o sucessor, D. José, criou, no seu reinado, um Gabinete Ministerial composto por três Secretários de Estado: Negócios do Reino, Negócios do Ultramar e Marinha, e Negócios Estrangeiros e de Guerra. Embora as questões de ensino estivessem ligadas aos negócios do Reino, é de Sebastião José de Carvalho e Melo que recebeu o título de Conde de Oeiras (1759) e mais tarde de Marquês de Pombal (1770), o responsável pelos Negócios Estrangeiros e de Guerra, que conquistou a confiança total do rei. Embora os primeiros anos da governação

---

<sup>15</sup> CARVALHO, Rómulo – História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 2001. Pág.359.

do Marquês de Pombal fossem dedicados a assuntos comerciais, passados nove anos da sua governação e da tomada de decisão de expulsão da Companhia de Jesus, vê-se obrigado a pensar no ensino, após cerca de duzentos anos de actividade pedagógica dos jesuítas. Cinco meses após a expulsão dos jesuítas é publicado um alvará que data de 28 de Junho de 1759, como a primeira providência de socorrer a situação escolar em que o país se encontrava. Neste alvará é imposta uma nova metodologia de ensino para as chamadas Escolas Menores, assim denominadas em oposição às Escolas Maiores destinadas aos estudos superiores. No entanto o acesso à educação não era para todos. Entendia-se que havia três grupos: o povo, a classe média e a nobreza. Só a classe média e a nobreza tinham acesso ao ensino. A educação dos meninos nobres, foi tema particular nesta altura e é criado, em Lisboa, em 1761 o Colégio Real dos Nobres. Segundo relatos que chegaram até nós, nas Escolas Menores não estavam previstas bibliotecas, mas, por outro lado, o Colégio Real dos Nobres era dotado de uma biblioteca muito rica.

Foi, no entanto, com Passos Manuel (1836) que o ensino sofreu as maiores reformas, quer o ensino primário, quer o ensino secundário com a criação de liceus onde prevê que cada liceu tenha uma biblioteca, que serviria para professores e alunos e onde, um professor, nomeado pelo Conselho, seria bibliotecário e teria um oficial às suas ordens.

Passados alguns anos, em 1852, por um decreto de Fontes Pereira de Melo, foi instituído o ensino técnico industrial em Lisboa e no Porto. Estes estabelecimentos possuíam uma biblioteca especializada em assuntos técnicos.

Durante o séc. XIX e o séc. XX, o ensino foi palco de muitas outras reformas, quer com Rodrigues Sampaio entre 1872 e 1878, quer posteriormente, ao nível do ensino primário e superior, em 1901 e do ensino secundário em 1904. Durante o período da I República, de 1910 a 1926, as principais medidas foram a resolução de problemas que já eram tradicionais no ensino português, nomeadamente o analfabetismo, o insuficiente número de escolas primárias, a deficiente preparação pedagógica e científica dos professores desse grau de ensino e a sua mísera situação económica. No entanto na reforma da instrução primária prevista no Decreto de 29 de Março de 1911, aponta para uma série de alterações, onde as escolas iriam ser

instaladas em edifícios próprios, no entanto, não estavam previstas bibliotecas escolares. Nessa altura, também a nível do ensino superior houve profundas alterações com a criação das universidades de Lisboa e Porto, deixando, os legisladores republicanos, escassas alterações para o ensino secundário.

Já na governação de António de Oliveira Salazar outras reformas sucederam ao nível do ensino primário, secundário e técnico, nomeadamente na criação de novas escolas, estando previsto em algumas destas um espaço para as bibliotecas escolares.

É, no entanto, com Pires de Lima, na pasta da Educação Nacional que aparece, em 1948, a obrigatoriedade de bibliotecas nas escolas correspondentes ao 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, através de uma “orientação governamental”<sup>16</sup>, como refere Lino Moreira da Silva (2000). Três anos mais tarde, em 1951, aparece uma Circular que especifica os grupos disciplinares a que deveriam pertencer os professores responsáveis, nomeadamente do 8º, 9º e 10º grupos, aos chamados grupos das letras, e onde concedia duas horas semanais para o desempenho do cargo. As bibliotecas escolares de então eram muito diferentes das que hoje conhecemos. Os espaços eram mais soturnos criando um ambiente de silêncio e solenidade, mas embora os livros não estivessem em livre acesso, como relata José António Calixto, “já não estavam fechados a cadeado nem protegidos com severas maldições, como acontecia na Idade Média”<sup>17</sup>.

No respeitante às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, até então, nunca foi previsto um espaço para a biblioteca escolar.

Posteriormente, com a Lei nº 19-A/87, de 13 de Junho, o Estado Português reconhece a importância das bibliotecas escolares, no seu artigo 4º, quando refere que serão criadas, em todos os estabelecimentos de ensino que ainda não as possuam e acrescenta que serão implementadas medidas no sentido de assegurar a permanente actualização e o enriquecimento bibliográfico de todas as bibliotecas escolares. Refere ainda, noutro ponto que as bibliotecas escolares serão apetrechadas com livros indispensáveis ao desenvolvimento cultural e ao ensino-aprendizagem da língua materna e adequadas às idades dos alunos, cabendo ao Ministério da Educação e Cultura

---

<sup>16</sup> SILVA, Lino Moreira da – Bibliotecas Escolares: um contributo para a sua justificação, organização e dinamização. 2000. Pág. 86.

<sup>17</sup> CALIXTO, José António - A biblioteca escolar e a sociedade da informação. 1996. Pág 26.

criar condições de acesso e de orientação dos alunos relativamente à leitura. Depreendemos daqui que estas directrizes se aplicam a todos os níveis de ensino. Pensamos que tais pretensões nunca foram realizadas visto que, até à implementação do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, no ano de 1996, em muitas escolas do país, o espaço reservado para a biblioteca escolar era uma sala qualquer, com algumas prateleiras onde se pudessem arrumar os livros. Raramente as escolas disponibilizavam verba para a aquisição de livros, o que fazia com que a maior parte dos documentos existentes nas bibliotecas escolares fossem os manuais escolares e alguns livros, quase todos oferecidos pelas editoras.

Entretanto e antes da implementação do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário lança, em 1990, o Subprograma Desenvolvimento da Mediatecas Escolares com base no Manifesto da Unesco sobre Mediatecas escolares e tendo como principais objectivos: i) satisfazer as necessidades de informação de professores e alunos; ii) apoiar os programas de ensino e aprendizagem propiciando mudanças nas práticas educativas; iii) assegurar o acesso dos alunos e dos professores a um vasto leque de recursos e de serviços; iv) fomentar nos jovens o gosto pela leitura o que, entre outras coisas, significa habituá-los a frequentar as bibliotecas, seja para divertimento, informação ou estudo.

Contudo este programa não funcionou da maneira esperada, como referem Maria João Amante e Adão Carvalho (1992) que, no âmbito deste Subprograma, foram realizados dois concursos: o concurso 5/90 e o concurso 15/90. O primeiro contemplou cerca de 70 escolas que apresentaram projectos para a criação de mediatecas escolares e às quais foram atribuídas verbas. Estas, sem qualquer tipo de orientação e aconselhamento criaram, à sua maneira, a Mediateca Escolar no próprio estabelecimento de ensino. O segundo concurso não correu tão bem na atribuição de verbas, visto terem ocorrido algumas objecções por parte da Contabilidade Pública na transferência de verbas do Ministério da Educação para as Escolas, ficando a cargo do Gabinete de Estudos e Planeamento, que actuou como gestor financeiro do PRODEP a função de enviar o dinheiro do projecto ao parceiro social que o poderia receber, a autarquia. Para além dos inconvenientes destes procedimentos, muitas das 170 escolas contempladas neste concurso, não

viram a sua verba desbloqueada. Maria João Amante e Adão Carvalho (1992) referem ainda que, segundo informação da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, o facto de não haver linhas orientadoras na atribuição de verbas aos projectos escolares, fez com que a maior parte das escolas contempladas se situassem no litoral e junto de grandes centros urbanos, “o que contribuiu para acentuar as assimetrias regionais”<sup>18</sup>. Tentaram, então inverter esta situação e abrir concursos, ainda no âmbito deste Subprograma, que contemplasse essencialmente as escolas do interior do país. Isto não aconteceu, tendo o Ministério da Educação posto termo a este Subprograma e criar quatro programas, correspondendo cada um deles a uma componente específica:

- O Programa *Mercúrio* (coordenado pelo Instituto de Inovação Educacional) correspondia à atribuição de material audiovisual;
- O Programa *Minerva* (coordenado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento) correspondia à atribuição de material informático;
- O Programa *Biblos* (coordenado pela Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário) correspondia à atribuição de livros;
- O Programa *Laboratorius* (coordenado pela Direcção-Geral de Administração Escolar) correspondia à atribuição de material de laboratório.

Com a criação destes programas, cada escola deveria apresentar a sua candidatura aos diversos programas conforme as necessidades do estabelecimento de ensino.

Tais medidas não se tornaram muito eficazes na medida em que, só a partir de 1996, com a implementação do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) é que começaram a verificar-se melhorias consideráveis, num número já razoável de bibliotecas escolares e a todos os níveis de ensino, inclusive no 1º Ciclo do Ensino Básico, quer a nível de condições físicas e técnicas, quer ao nível do fundo documental.

---

<sup>18</sup> AMANTE, Maria João; Carvalho, Adão - Bibliotecas, mediatecas escolares em tempo de reforma e de escola cultural. 1992. pág. 605.

## 1.1 - O programa da Rede de Bibliotecas Escolares

Com o programa da Rede de Bibliotecas Escolares<sup>19</sup>, lançado em 1996, o Ministério da Educação, tem como principal objectivo “a instalação de bibliotecas escolares em escolas de todos os níveis de ensino concebidas como centros multimédia, disponibilizando aos utilizadores recursos necessários à leitura, ao acesso, utilização e produção da informação em diferentes suportes, desempenhando um papel central na aquisição e desenvolvimentos de competências de informação e na formação de leitores”<sup>20</sup>. Através de duas modalidades, a candidatura nacional e a candidatura concelhia, o Ministério da Educação, pretende intervir a nível nacional para o desenvolvimento e implementação destes recursos educativos traçando sempre linhas de orientação técnica e funcional. A candidatura concelhia é destinada às escolas dos vários níveis de ensino que pertencem a uma área escolhida mediante critérios predefinidos de acordo com uma política de implementação deste recurso. A escola apresenta a candidatura para o desenvolvimento da respectiva biblioteca escolar e, após a aprovação, é celebrado um acordo com o Ministério da Educação, a Direcção Regional de Educação a que esta pertence, a Câmara Municipal, a Biblioteca Pública e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares formalizando assim o apoio entre as partes. A candidatura nacional é dirigida também às escolas dos vários níveis, que não pertençam às áreas geográficas abrangidas pelas candidaturas concelhias e que desenvolvem actividades relevantes na gestão e organização das bibliotecas escolares, havendo necessidade de as reconhecer e estimular.

Antes do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, as bibliotecas das escolas, eram, quase sempre, um depósito dos manuais escolares e de algumas obras de referência, um espaço onde se poderia realizar algum trabalho individual ou em grupo, mas era um ambiente com o qual poucos se identificavam e poucos recorriam. Com o passar dos tempos e, normalmente, por iniciativa de professores interessados, algumas bibliotecas foram

---

<sup>19</sup> Despacho conjunto nº 43 ME/MC/95 de 29 de Dezembro, Despacho nº5 ME/MC/96 de 9 de Janeiro, Despacho conjunto nº184 ME/MC/96 de 6 de Agosto e Despacho conjunto nº616 ME/MC/98 de 3 de Setembro.

<sup>20</sup> Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares. 1996.Pág. 64.

transformadas em Centros de Recursos Educativos (CRE), Mediatecas, Centros de Documentação e Informação (CDI), não correspondendo o conceito a uma realidade determinada, mas a uma realidade arbitrária para dinamizar e recriar a biblioteca escolar.

As novas bibliotecas escolares, como é referido na obra editada pelo Ministério da Educação “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares”, “devem constituir recursos básicos do processo educativo, sendo-lhes atribuído papel central em domínios tão importantes como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências de informação e o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística”<sup>21</sup>, pretendendo, deste modo, ser uma mais valia na comunidade escolar, ambicionando colmatar uma série de carências que a população escolar demonstra a nível das competências da informação.

De acordo com este projecto, os objectivos essenciais da biblioteca escolar, como um núcleo na organização pedagógica da escola, são os seguintes:

- possibilitar uma utilização plena dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo mínimo documental que seja adequado às necessidades e realidade da escola em que se insere;
- permitir a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos documentais, organizados e classificados em função de diferentes temas;
- desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação, tais como: seleccionar, analisar, criticar e utilizar documentos; desenvolver um trabalho de pesquisa ou estudo, individualmente ou em grupo, solicitado pelo professor ou de sua própria iniciativa; produzir sínteses informativas em diferentes suportes;
- formar leitores e estimular o interesse pela ciência, a arte e a cultura;
- ajudar os professores nas planificações e na diversificação das situações de aprendizagem.

Objectivos esses que irão facilitar, não só as tarefas diárias dos docentes, como também a aprendizagem aos alunos.

---

<sup>21</sup> Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares: relatório síntese. 1997. Pág. 7.

Entretanto, e para atingir estes objectivos, de forma satisfatória, será necessário um conjunto de condições mínimas, como por exemplo:

- Uma equipa composta por professores e pessoal técnico com formação especializada neste domínio que garanta o funcionamento da mesma, não só a nível de serviços, mas também na coordenação de tarefas, só assim se pode garantir o bom funcionamento da equipa;
  
- Instalações com o mínimo de condições ou seja, o espaço a ela destinado deve ser amplo, de fácil acesso, agradável e principalmente bem iluminado. Normalmente as instalações para as bibliotecas escolares não são de raiz pelo que é necessário adaptar uma ou mais salas às novas funções. Assim, estas devem permitir a circulação fácil e respeitar as regras de segurança quer nas instalações quer no mobiliário. Deve também ter espaços ajustados à função que lhes é destinada, nomeadamente zona de atendimento, zona de tratamento técnico, sala de leitura, visionamento e audição, sala de trabalho, e outras, e que estas não interfiram de forma a alterar o bom funcionamento de cada um dos serviços se estes estiverem no mesmo espaço físico. No que diz respeito à área a atribuir à biblioteca escolar e aos vários espaços a ela afectos tomaram-se como referência os princípios gerais estabelecidos pela UNESCO, ajustados à nossa realidade; podendo frequentar a biblioteca, ao mesmo tempo cerca de 10% da população escolar. É a população escolar que vai definir a tipologia e o fundo documental mínimo de cada biblioteca. Se é uma BE1 (< 200 alunos) prevê cerca de 1.150 suportes escritos e 350 suportes de outro tipo (audiovisuais, informáticos, etc.); uma BE2 (201-500 alunos) prevê cerca de 2.625 suportes escritos e 875 suportes de outro tipo; uma BE3 (501-1000 alunos) prevê cerca de 5.625 suportes escritos e 1.875 suportes de outro tipo e uma BE4 (> 1000 alunos) prevê cerca de 7.500 suportes escritos e 2.500

suportes de outro tipo. De referir que no cálculo destes recursos não se incluem os manuais escolares nem os documentos produzidos na própria escola. A tipologia acima referenciada serve também como orientação técnica, funcional e orçamental;

- Adotar uma política documental ajustada à população e ao percurso escolar, no contexto sócio-económico em que se insere a fim de definir estratégias para rentabilizar todos os recursos que a biblioteca escolar pode oferecer;
  
- A biblioteca escolar deve ser dotada de um orçamento próprio com o intuito de permitir uma melhor gestão dos recursos e do fundo tendo em conta todo e qualquer material (livros, publicações periódicas, dossiers temáticos, diapositivos, CDs, CD-ROM, Internet, bases de dados on-line, jogos, fotografias, cartazes, etc.) que contribua para o processo de ensino/aprendizagem e para o desenvolvimento cultural da realidade em que está inserida, bem como poder rentabilizar também receitas próprias, geradas por serviços prestados, e mesmos por doações ou mecenato. O programa da RBE define como principais critérios na definição do fundo documental inicial, baseados em normas internacionais adaptadas à realidade portuguesa, como sendo um conjunto de documentos igual ao número de alunos da escola multiplicado por dez. O material impresso deve constituir cerca de 75% deste fundo não sendo aqui considerados os títulos correspondentes a manuais escolares. No entanto, para além do investimento no fundo documental inicial é necessário que o orçamento seja continuamente revisto e actualizado, colmatando sempre as novas necessidades.

Ainda, de acordo com o programa “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares”, do Ministério da Educação<sup>22</sup>, há a necessidade de colaboração das

---

<sup>22</sup> Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares. 1996. Pág. 63-65.

partes intervenientes no acordo celebrado, tendo cada um dos parceiros competências diferentes.

Ao Ministério da Educação compete, basicamente, a coordenação geral do programa promovendo a articulação entre todos os serviços envolvidos no projecto, aprovar as bases para transformação das bibliotecas escolares e as linhas de orientação técnica e funcional e divulgá-las entre as escolas, financiar não só as obras necessárias de adaptação, como também o equipamento e o fundo documental e supervisionar e avaliar os resultados do Programa Rede de Bibliotecas Escolares.

Ao Ministério da Cultura compete também participar no financiamento com a criação dos SABE (Serviço de Apoios às Bibliotecas Escolares) nas bibliotecas municipais da rede de leitura pública para que seja sempre prevista a valência de apoio às bibliotecas escolares, quer no que respeita ao espaço, quer aos recursos humanos, divulgar informação necessária e manter actualizadas todas as bibliotecas escolares.

Às Câmaras Municipais, parceiro indispensável neste projecto, compete-lhes também financiar as obras de adaptação em edifícios do 1º ciclo do Ensino Básico, criando as condições mínimas de funcionamento para as bibliotecas escolares e integrar os SABE.

É importante criar condições favoráveis à instalação das bibliotecas escolares para que estas funcionem na sua plenitude e tenham índices de sucesso nos seus objectivos, daí a importância das Câmaras Municipais.

Também as Bibliotecas Municipais, normalmente um serviço dependente das Câmaras Municipais, através do SABE, têm tarefas indispensáveis, quer no apoio técnico, quer o recurso a actividades que promovam as bibliotecas escolares e o seu funcionamento, são tarefas que contribuem para um bom funcionamento das bibliotecas escolares e que estão a cargo deste serviço.

Também as instituições de Formação podem ser parceiras neste programa, proporcionando meios, promovendo e organizando a formação de professores e técnicos, hoje em dia, técnicos profissionais de biblioteca e documentação e das equipas da biblioteca, nos domínios requeridos.

De todos estes parceiros, o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares e a Câmara Municipal são os que desempenham o papel de colaboração mais

significativo na execução do programa, principalmente nas bibliotecas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Neste sentido, o Ministério da Educação, aponta, como principais condições de instalação e funcionamento, para o exercício e a realização dos objectivos da biblioteca escolar as seguintes:

- Uma equipa educativa com responsabilidades a nível da coordenação dos serviços prestados pela biblioteca, assegurando as tarefas necessárias para o bom funcionamento da mesma. Há, ainda, a necessidade de professores interessados no projecto pedagógico, professores bibliotecários, e técnicos com formação especializada na área;
- Instalações adequadas a nível de iluminação, espaço e segurança;
- Espaços especializados, construídos de raiz ou adaptados às diversas funções que possam ser realizadas na biblioteca escolar;
- Uma política documental e de aquisição ajustada à população escolar onde está inserida;
- Uma dotação orçamental própria, bem como receitas que possam ser geradas pelo serviço.

A Biblioteca Escolar tende e deve ser um espaço onde os alunos “se sintam num ambiente que lhes pertence e se habituem a considerar o livro e a informação como necessidades do dia-a-dia e como fontes de prazer e de desenvolvimento pessoal”<sup>23</sup>; tenham acesso à informação e ao conhecimento, através de grande diversidade documentos e tecnologias de informação; possam descobrir e cultivar o prazer de ler; possam aceder à informação recorrendo a fontes documentais disponíveis nos mais variados tipos de suportes; possam estudar e encontrar com facilidade a informação de que necessitam; se habituem a seleccionar e gerir informação para realizarem

---

<sup>23</sup> Lançar a rede de bibliotecas escolares: relatório síntese. 1997. Lisboa: Ministério da Educação. Pág 8.

actividades curriculares; adquiram competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e produzam documentos em suportes e linguagens diversificadas.

Por outro lado, deverá também ser um espaço onde os professores se sintam num ambiente que lhes pertence e possam tomar iniciativas próprias para o desenvolvimento da mesma e participar na sua animação, actualização e enriquecimento; possam encontrar, informação diversificada, como apoio à actividade docente e possam requisitar livros e outros documentos nos mais variados tipos de suportes para as actividades da sala de aula; e ainda onde possam recolher “sugestões, ideias e materiais que os inspirem e apoiem no seu trabalho docente e no ajustamento aos alunos e às turmas; possam recorrer ao professor bibliotecário, ao técnico-adjunto de biblioteca e documentação ou a outros professores da equipa para debater modalidades de incentivar nos alunos o prazer de ler e a aprendizagem centrada na procura autónoma de informação; possam encaminhar os seus alunos para que ali realizem actividades de estudo ou de ocupação de tempos livres”<sup>24</sup>.

Em síntese podemos dizer que o programa pretende dotar estas bibliotecas de um fundo mínimo de carácter geral e de meios e recursos técnicos e tecnológicos visando permitir o acesso às diversas fontes de Informação e à possibilidade de tratamento da mesma.

É do conhecimento geral que já muitas escolas, através de candidaturas concelhias ou candidaturas nacionais, foram contempladas com bibliotecas novas e com os fundos mínimos de carácter geral e de meios e recursos tecnológicos e informáticos necessários para fazer frente as exigências primárias de cada estabelecimento de ensino, permitindo, assim, o acesso às diversas fontes de informação da comunidade escolar. Pensamos que o problema que ainda perdura nas bibliotecas escolares continua a ser a falta de pessoal especializado, o que vai fazer com que os objectivos não sejam, na sua grande parte, atingidos.

O programa da RBE prevê que, para assegurar as suas funções, a biblioteca escolar deve ser gerida por uma “equipa educativa com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projectos, da gestão da informação e das ciências documentais, e constituída por um

---

<sup>24</sup> Lançar a rede de bibliotecas escolares: relatório síntese. cit.21, pág. 9.

professor bibliotecário outros professores e técnico(s) adjunto(s) de biblioteca e documentação”<sup>25</sup>, o que na realidade não acontece. O Decreto-Lei 515/99, de 24 de Novembro, no artigo 20º, prevê, nos quadros das escolas um técnico superior de biblioteca e documentação e um técnico profissional de biblioteca e documentação, mas não temos conhecimento de nenhuma escola que tenha estes profissionais no seu quadro de pessoal. Normalmente o professor coordenador da biblioteca é um professor que, por gosto e/ou curiosidade, se dedicou à organização da biblioteca escolar, com o tempo que lhe dedica como complemento de horário.

Embora, actualmente, já haja alguma formação direccionada a professores que sejam ou pretendam ser coordenadores da biblioteca escolar, o que acontece é que a maior parte destes só exerce funções na biblioteca escolar para preencher horário e não sabe se no próximo ano lectivo continuará naquela escola, nem mesmo com aquela tarefa (ainda que com a alteração do regime do Concurso de Professores, podendo estes ser colocados por um período de três anos, esta condição é para os efectivos ou para os que efectivam nesse ano, numa determinada área pedagógica, não se aplicando aos contratados, sendo estes que muitas vezes ficam com a coordenação das bibliotecas escolares). No que diz respeito ao técnico-adjunto de biblioteca, até onde temos conhecimento, pura e simplesmente não existe nenhum, em qualquer quadro de escola. Normalmente, na Biblioteca escolar está um funcionário administrativo que vai tentando organizar a biblioteca e mesmo este, no ano seguinte, pode não ter essa função. Tendo em conta estas carências a nível de pessoal profissionalizado, é difícil atingir os objectivos propostos pelo programa. Para além disso, embora a escola tenha que entregar aos serviços centrais, nomeadamente às direcções regionais, um relatório de actividades da biblioteca escolar no final de cada ano lectivo, este relatório não obedece a nenhum critério específico, ficando ao juízo do professor coordenador enunciar os aspectos que considera mais relevantes, deixando de referenciar, muitas vezes, aspectos estatísticos importantes que permitissem extrair conclusões quer a nível de investimentos, quer a nível de revisão de políticas, estratégias e objectivos.

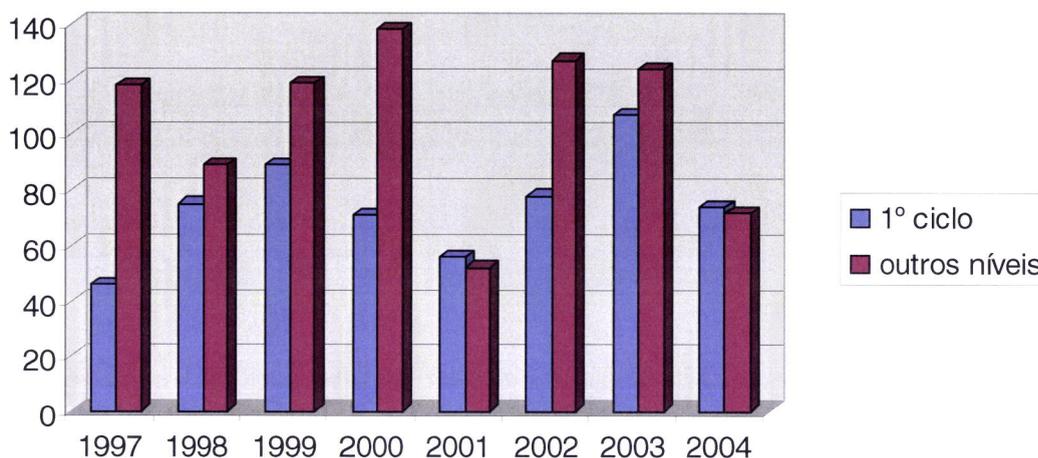
---

<sup>25</sup> Lançar a rede de bibliotecas escolares. 1996. Pág.18.

No entanto, para acabar com esta carência está previsto, no contrato programa entre o Ministério da Educação e as Câmaras Municipais, a colaboração das Bibliotecas Municipais através da criação de um serviço, já anteriormente referido, o SABE que dará o apoio técnico necessário no domínio da organização e gestão documental e mesmo no próprio funcionamento da biblioteca escolar, apoio este que, na realidade, na maior parte delas não se verifica, até porque, muitas vezes, as próprias bibliotecas municipais não dispõem de pessoal técnico suficiente para cooperar com as bibliotecas escolares.

### **1.1.1- Escolas integradas na Rede de Bibliotecas Escolares**

Quase uma década passada desde a implementação da Rede de Bibliotecas Escolares no nosso país, podemos referir que o projecto tem caminhado lentamente para o sucesso, tendo em consideração que, muitas vezes, deparar-se com grandes dificuldades de implementação. No ano de 1997 estavam integradas 46 escolas do 1º Ciclo e 118 de outros níveis na Rede de Bibliotecas Escolares. Em 1998 o total de escolas foi o mesmo do ano anterior embora tenham sido integradas 75 de 1º Ciclo e 89 de outros níveis verificando-se um aumento de integração de escolas do 1º Ciclo. No ano de 1999 continuou o crescimento quer a nível do 1º Ciclo com 89 escolas e de outros níveis com 119. O ano de 2000 trouxe menos escolas do 1º Ciclo, 71, mas mais de outros níveis, 138 sendo o total idêntico ao do ano anterior. No ano de 2001 é que se verificou um decréscimo considerável, cerca de 47% no total das integrações, tendo o 1º ciclo integrado 56 escolas e outros níveis 52. Se no ano de 2001 houve um decréscimo considerável, foi recuperado pelas integrações de 2002 com 78 do 1º Ciclo e 127 de outros níveis. 2003 foi o ano em que mais escolas foram integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, num total de 231, com 107 para o 1º ciclo e 124 para outros níveis. Em 2004 já só 74 escolas do 1º Ciclo e 74 de outros níveis integraram a RBE. Desde 1997 a 2004 integraram um total de 1435 escolas sendo estas 596 do 1º Ciclo e 839 de outros níveis perfazendo um investimento total de 25.331,827€.

**Gráfico 1****Escolas Intergradadas na Rede de Bibliotecas Escolares**

DREN, 2005

**2 – As bibliotecas escolares e a Sociedade da Informação****2.1 – Implementação de medidas políticas para a Sociedade da Informação**

Com o desenvolvimento da Sociedade da Informação foram definidos princípios e medidas concretas a nível nacional e comunitário com o objectivo de aproveitar as oportunidades sugeridas. As duas componentes políticas principais da estratégia comunitária para a Sociedade da Informação começam a ser desenvolvidas a partir de meados dos anos 80:

1 – As actividades de investigação e desenvolvimento no domínio das TIC tiveram início em 1984 com o programa ESPRIT (European Strategic Programme for Research and Development in Information Technologies), imediatamente seguido em 1986, por programas de aplicações telemáticas especializadas (transportes, saúde e ensino à distância) e pelo programa RACE (tecnologias avançadas de telecomunicações).

2 – A política das telecomunicações foi lançada em 1987, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Livro Verde sobre a liberalização das telecomunicações. Os três grandes objectivos então estabelecidos, ainda se mantêm inteiramente válidos: primeiro liberalizar os segmentos de mercado

sujeitos a monopólio; segundo, harmonizar o sector das telecomunicações na Europa através de regras e normas comuns; terceiro, aplicar estritamente as regras da concorrência aos segmentos liberalizados do mercado para evitar acordos entre as duas partes em prejuízo de uma terceira, abusos de posição dominante e criação de posições dominantes.

As novas tecnologias da informação e das telecomunicações estabeleceram as bases para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e aplicações. A liberalização das telecomunicações é o principal vector da difusão e implementação generalizada destes novos produtos, serviços e aplicações. Um exemplo notável da interacção de investigação em TIC e regulamentação das telecomunicações são as comunicações móveis digitais.

O lançamento de uma política europeia coerente e global no domínio da Sociedade da Informação ocorreu em 1994, na sequência do Livro Branco sobre “Crescimento, Competitividade e Emprego – Os desafios e pistas para entrar no séc. XXI”, publicado pela Comissão europeia aquando da presidência de Jacques Delors, em 1993. O Livro Branco sublinhava a importância da Sociedade da Informação como a chave para o futuro crescimento económico, a competitividade, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida para todos os europeus. Na sequência do Livro Branco, um grupo de alto nível para a Sociedade da Informação produziu um relatório intitulado “A Europa e a Sociedade da Informação”. Este relatório apresentava recomendações sobre o modo da União Europeia contribuir para o estabelecimento de um quadro regulamentar, tecnológico e social favorável à Sociedade da Informação. Foi esta a base de adopção, em Junho de 1994, do primeiro plano de acção da EU para a Sociedade da Informação, “A Via Europeia para a Sociedade da Informação”. Os principais objectivos do plano de acção eram acelerar a plena liberalização dos serviços e infra-estruturas das telecomunicações, reforçar e orientar os programas de investigação em TIC e, ainda, incorporar a nova dimensão “Sociedade da Informação” em todas as políticas comunitárias. Em 1996, foi adoptada uma versão do plano de acção.

Apesar do êxito desta fase inicial, tornou-se claro, em 1999, que a política comunitária para a Sociedade da Informação necessitava de um novo dinamismo e de novas perspectivas que reflectissem o actual contexto. Na verdade, naquela altura, a Sociedade da Informação já não era uma visão, mas

cada vez mais uma realidade, ilustrada pelo rápido crescimento da Internet e a rápida emergência da economia baseada no conhecimento. Além disso, era necessária uma maior coordenação entre as políticas dos Estados-membros, neste domínio. Com esse objectivo, foi adoptada, em Dezembro de 1999, uma comunicação intitulada “eEuropa - uma Sociedade da Informação para todos”. A iniciática eEuropa foi bem acolhida pelo Conselho Europeu que, em Março de 2000, fixou o objectivo estratégico da União para a década seguinte: tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo. Para alcançar este objectivo, o Conselho Europeu pediu à Comissão que elaborasse um plano de acção eEuropa, que foi adoptado em Junho de 2000 na Cimeira da Feira. O plano de acção eEuropa 2000 identifica uma série de metas fundamentais a alcançar pelos estados-membros até final de 2002. A implementação do plano de acção assenta na avaliação comparativa dos progressos nacionais realizados na prossecução dos objectivos do eEuropa. O plano de acção eEuropa abrange onze linhas de acção agrupadas em três prioridades: proporcionar uma Internet mais barata, mais rápida e mais segura; investir nas pessoas e nas qualificações e estimular o uso da Internet.

A nível nacional, a prioridade da Sociedade da Informação insere-se na estratégia de médio prazo, iniciada em 1995, para o desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesa. A prioridade estratégica atribuída ao desenvolvimento da Sociedade da Informação foi consagrada no Programa do XIV Governo Constitucional, apresentada no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social e confirmada no Plano de Desenvolvimento Regional que enquadra o Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III).

Desde logo, o programa do XIV Governo Constitucional define como grande aposta, a Sociedade da Informação. Deste programa de Governo destacamos os seguintes objectivos:

- ✓ Promover a generalização do uso da Internet estimulando a criação de condições orientadas para a oferta maciça de produtos adaptados ao mercado familiar, de modo a multiplicar por 4 o número de computadores com ligação à *internet* existentes nos lares portugueses;
- ✓ Estender o Programa Cidades Digitais a todo o país;

- ✓ Aprovar e executar um programa que conduza à multiplicação dos conteúdos portugueses na *Internet* por mil;
- ✓ Promover a disponibilidade através da *Internet* de toda a informação publicada por entidades públicas;
- ✓ Lançar e executar o Primeiro Plano Nacional das Auto-estradas da Informação, estimulando a oferta, a interconexão, o uso e a regulação de redes de banda larga, garantindo-se o pleno desenvolvimento e aproveitamento deste sistema fundamental para o futuro do país.

Em 1997, foi elaborado e editado pela Missão para a Sociedade da Informação, criada por Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96 de 21 de Março de 1996, da qual faziam parte um conjunto de peritos, o Livro Verde para a Sociedade da Informação, um documento principalmente político, que contém uma compilação das preocupações e intenções do governo em relação à implementação da Sociedade da Informação em Portugal. Este documento foi elaborado por uma equipa de vinte pessoas – três peritos (professores) e dezassete representantes de diversos órgãos do Governo – e presidida por um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. Pretende ser uma reflexão estratégica da Sociedade da Informação em Portugal, numa perspectiva centrada nos múltiplos domínios da vida colectiva e da organização do Estado, subordinada a preocupações com o estímulo da criatividade, inovação, capacidade de realização, equilíbrio social, democratização e com os indivíduos que apresentam deficiências físicas ou mentais. Possui, ainda, um carácter estratégico e não operacional. São apresentados onze temas, nos quais são destacados projectos nacionais já concluídos ou em andamento, que representam as acções temáticas abordadas dentro do Programa para a Sociedade da Informação em Portugal. Todos eles têm a mesma estrutura básica: abordagem e discussão do assunto; listagem de exemplos do que já está a ser feito e proposta de medidas.

Uma das virtudes e originalidade do Livro Verde para a Sociedade da Informação, em Portugal, são a sua permanente preocupação pelas questões sociais, dedicando dois dos seus onze capítulos à democraticidade e às implicações sociais da Sociedade da Informação, onde são tratados aspectos

relativos à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar social dos cidadãos, da info-alfabetização e da info-exclusão, da privacidade e protecção dos direitos individuais, da protecção dos menores e dos socialmente desfavorecidos.

O Livro Verde parte do princípio geral que a Sociedade da Informação tem que ser uma sociedade para todos, mais igualitária e acessível. A democratização da sociedade do futuro passa pela possibilidade da grande maioria da população ter acesso às tecnologias da informação e pela capacidade real de as utilizar, caso contrário, as tecnologias da informação podem tornar-se um poderoso factor de exclusão social.

Recentemente, a nível da União Europeia (UE), e tendo consciência da importância económica que a Sociedade da Informação representa (sendo este um sector responsável por cerca de 8% do PIB da UE, que contribuiu com 40% para o crescimento da produtividade europeia, e que emprega actualmente 6% da sua população activa<sup>26</sup>), foi lançada a iniciativa “i2010 - Sociedade de Informação europeia para o crescimento e emprego”, com os seguintes objectivos: flexibilizar o mercado das telecomunicações e dos meios de comunicação social; promover o investimento em investigação e desenvolvimento necessário à criação de novo conhecimento e garantir a sua apropriação social mobilizando a Sociedade da Informação em todos os sectores da sociedade.

Em Portugal, como um desafio às exigências da Sociedade da Informação a nível global, uma das apostas estratégicas dos XVII Governo Constitucional, para promover o desenvolvimento sustentado em Portugal é o Plano Tecnológico.

A realidade da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal, segundo o relatório da Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico<sup>27</sup>, pode caracterizar-se pela baixa taxa de penetração da Internet relativamente à média Europeia, particularmente associadas a níveis de info-exclusão significativos na população com idade superior a 25 anos e com níveis de instrução inferiores ao 9º ano de escolaridade. Outro dos aspectos

---

<sup>26</sup> Portugal. Ministério da Ciência e Tecnologia. Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico – Sociedade do Conhecimento [em linha]. 2005. Pág.3.

<sup>27</sup> Portugal. Ministério da Ciência e Tecnologia. Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico – Sociedade do Conhecimento [em linha]. 2005. Pág.5.

será a fraca penetração de computadores pessoais nos agregados familiares. Em termos de utilização, vulgarmente recorre-se à Internet apenas para usufruir de serviços básicos como o correio electrónico e poucos ao comércio electrónico. Para além das funcionalidades do correio electrónico, a generalidade dos portugueses não reconhece outros benefícios ligados ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

O Plano Tecnológico pretende ser um plano de acção para levar à prática um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, apreensão, e utilização do conhecimento, como “alavanca” para transformar Portugal numa economia dinâmica e capaz de se afirmar na economia global.

Passamos a referir os objectivos e as estratégias das áreas que têm a ver mais directamente com o nosso objecto de estudo: a área do conhecimento e a área da tecnologia. Na área do *Conhecimento* e da qualificação dos recursos humanos, o Plano pretende dirigir acções com orientações estratégicas específicas, das quais salientamos as seguintes: aumentar as qualificações e competências da população activa e a aprendizagem ao longo da vida; reforçar e valorizar o ensino técnico e profissional e a aquisição de competências em TIC e a promoção de uma cultura empreendedora. Ao nível das *Tecnologias* e da generalização do acesso à Internet e às tecnologias de informação, o projecto “Ligar Portugal” e as iniciativas a ele associadas, pretende promover uma cidadania moderna, garantir a competitividade do mercado nacional de telecomunicações, promover a utilização das tecnologias da informação e comunicação pelo tecido empresarial e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico em colaboração internacional.

## **2.2 - O papel das Bibliotecas Escolares na Sociedade da Informação**

Em Portugal e, certamente, no resto da Europa o papel da escola e do professor tem vindo a alterar-se a adaptar-se às exigências de uma sociedade que se vem modificando ao longo dos tempos. Ana Maria Pessoa, refere que, no nosso país, essas mudanças, que se pretendiam “já antes e logo após o 25

de Abril, nem sempre tem sido fácil executar”<sup>28</sup>. Mudanças essas que ambicionavam e ambicionam que os alunos “sejam mais autónomos; procurem, utilizem, produzam informação quer a partir dos conhecimentos que já possuem, quer através de uma atitude investigativa constante; desenvolvam o espírito crítico e sejam intervenientes”<sup>29</sup> e que os docentes deixem de ser o recurso educativo para passarem a ser um recurso, entre outros; levem os alunos a centrar mais os esforços num processo de aprendizagem mais ligado aos processos de pesquisa do que à reprodução de conhecimentos; que sejam “menos gestores de espaços de ensino e mais organizadores de espaços de aprendizagem; sejam o reflexo da heterogeneidade da sociedade na escola; mediadores entre os alunos e a terrível quantidade de informação que circula; conheçam e usem instrumentos de investigação e olhem a sua prática como algo possível de ser avaliado constantemente, etc.”<sup>30</sup>

No entanto, tudo isto implica uma série de transformações, nomeadamente, na organização dos conteúdos curriculares, do tempo lectivo e nas metodologias utilizadas, ainda na relação que se estabelece entre as várias disciplinas em cada escola, em relação ao poder (Ministério) com o sistema, na relação do poder (gestão escolar) com o saber dentro do estabelecimento de ensino, na relação que se estabelecer entre o saber dos professores e o valor que se dá ao saber dos alunos, na relação que os diferentes espaços têm entre si e as salas de aula, na relação que a biblioteca escolar tem com a escola..., etc.

A escola com determinantes deste tipo ainda não existe, só o tempo vai demonstrar a necessidade destas modificações e permitir que estas directrizes sejam adoptadas, tendo sempre em consideração que as escolas são diferentes entre si, devendo adaptar-se à realidade e comunidade em que estão inseridas.

A sociedade actual está em constante mutação e assenta em várias vertentes, nomeadamente em exigências sociais, económicas e culturais. Nas chamadas sociedades modernas, nos países desenvolvidos onde anteriormente surgiram as sociedades industriais, tem-se verificado que, cada

---

<sup>28</sup> PESSOA, Ana Maria - A biblioteca na(s) Escola(s): de um desnecessário passado a um futuro cheio de esperança?. 1996. Pág. 23.

<sup>29</sup> PESSOA, cit.26, pág. 23.

<sup>30</sup> PESSOA, cit.26, pág. 23-24.

vez mais, um indivíduo, na sua estrutura de formação, se não possuir conhecimentos a nível informacional, tecnológico e informático, mais difícil se torna conseguir um trabalho qualificado, devido a estas exigências e como menciona José António Calixto, “a sociedade da informação não é só uma ideia, é mais uma problemática que assenta nas modificações ocorridas a nível social, político e cultural, em consequência das novas tecnologias processadoras e manipuladoras da informação”<sup>31</sup>.

Hoje em dia a informação, uma vez produzida, circula de forma instantânea podendo ser recebida, tratada, e depois transformada, por cada um de nós, em conhecimento pessoal como um acréscimo de auto-formação, para, deste modo, permanecermos numa atitude constante de “aprendizagem”.

Vivemos todos numa sociedade considerada, por muitos, uma “aldeia global”, para uns denominada sociedade da informação, para outros sociedade do conhecimento, onde, para além das escolas, bibliotecas, dos laboratórios, abundam novas fontes onde ir buscar conhecimento havendo a necessidade constante de estar actualizado, de outra forma o “comboio” da informação passa deixando-nos para trás. Contudo, a democratização também a nível do conhecimento da sociedade do futuro passa pela possibilidade da grande maioria da população ter acesso às tecnologias de informação e capacidade de as utilizar, caso contrário, podem tornar-se um poderoso factor de exclusão social e discriminação, não só para todos aqueles que estão no ensino, mas também para aqueles que entretanto se afastaram e se afastarão.

Com as evoluções tecnológicas observadas nos últimos anos e, sobretudo, a expansão da *internet*, os hábitos das pessoas modificaram-se, havendo uma maior necessidade da utilização de produtos e serviços informáticos e multimédia. “A Sociedade de Informação exige das mulheres e dos homens um conjunto de habilidades que ainda não há muito tempo ninguém classificaria de essenciais”<sup>32</sup>, neste contexto, as bibliotecas escolares e as tecnologias da informação e comunicação (TIC) viram as suas responsabilidades aumentadas e as suas funções ainda mais diversificadas, abrindo, deste modo e cada vez mais, novas perspectivas à sociedade do futuro.

---

<sup>31</sup> ALVES, Marta Paula - Biblioteca escolar, tecnologias de informação e currículo [em linha]. [1999]. Pág. [2].

<sup>32</sup> CALIXTO, José António - A biblioteca escolar e a sociedade da informação. 1996. Pág. 117.

O conceito de ensino/aprendizagem tem necessidade de ser reforçado, passando o conceito de “aprendizagem ao longo da vida” ocupa um valor essencial nas funções primordiais da biblioteca escolar. Contudo tem que se ter em consideração conceitos como “aprendizagem aberta”, “aprendizagem independente”, “aprendizagem à distância”, “aprendizagem flexível”, e ainda, no domínio das tecnologias da informação e comunicação a “aprendizagem em rede”, “aprendizagem em linha”, entre outros, como factores constantes nos novos meios de aquisição de conhecimentos. A definição de “aprendizagem ao longo da vida”, adoptada pela European Lifelong Learning Initiative como sendo “o desenvolvimento do potencial humano através de um processo de apoio continuado que incentiva e capacita os indivíduos para adquirir todo o conhecimento, valores, competências e compreensão que lhes serão necessários durante o período das suas vidas e a aplicá-los com confiança, criatividade e prazer em todos os papeis, circunstâncias e ambientes”<sup>33</sup> considera que esta aprendizagem pode ser adquirida não só nas escolas como também, “na igreja, em grupos associativos, hobbies, em todas ou quase todas as actividades que exercemos no dia a dia”<sup>34</sup>. Neste contexto, estão presentes as bibliotecas e principalmente as bibliotecas escolares, na medida em que são o pilar de sustentação do conhecimento e desta aprendizagem.

Consequentemente, e cada vez mais, a sociedade não vive sem as bibliotecas escolares e estas, para cumprirem o seu papel na educação e formação, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, o acesso aos equipamentos informáticos e formação na sua utilização, têm que ser necessariamente parte activa da vida escolar e curricular. Além disso têm uma série de funções educativas que afectam, de forma activa, a formação dos alunos, nomeadamente, no fomento da leitura, análise a tratamento da informação e documentação, no fomento da expressão e da criatividade, também na educação para o ócio e tempo de lazer, bem como oferece todo um serviço de informação e orientação.

---

<sup>33</sup> CALIXTO, José António - O papel das bibliotecas públicas no apoio à aprendizagem ao longo da vida. 2004. Pág. 93.

<sup>34</sup> CALIXTO, cit.31, pág.97.

Os objectivos principais da biblioteca escolar, como parte integrante do processo educativo, segundo os princípios do Manifesto da biblioteca escolar são os seguintes:

- ✓ apoiar e promover os objectivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo da escola;
- ✓ criar e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- ✓ proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e do lazer;
- ✓ apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- ✓ providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que confrontem os alunos com ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- ✓ organizar actividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;
- ✓ trabalhar com alunos, professores, órgãos de gestão e pais de modo a cumprir a missão da escola;
- ✓ defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efectiva e responsável e à participação na democracia;
- ✓ promover a leitura, os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e fora dela.<sup>35</sup>

Posto isto, a biblioteca escolar deve ser um espaço de informação/formação num universo educacional e por este motivo deve ser parte activa no processo ensino/aprendizagem. Poderá, por um lado, ser uma porta para superar barreiras de natureza económica, possibilitando a experimentação por motivos lúdicos ou de aprendizagem, sem o ónus do custo inicial de aquisição dos equipamentos e, por outro, o meio de aprendizagem para a vida na procura de conhecimento. A Biblioteca escolar promove, ainda,

---

<sup>35</sup> Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Escolares, 1999, pág. 2-3.

um “trabalho de consulta e produção de documentos em diferentes suportes e linguagens, favorece (...) a adopção de metodologias de projecto, facilita a aquisição de competências de informação, estimula o prazer de leitura e desenvolve hábitos de trabalho conducentes à autonomia e gosto pela aprendizagem ao longo da vida.”<sup>36</sup>

A biblioteca escolar deve, não só estar apetrechada com novos equipamentos, reprodutores de suporte áudio e vídeo, computadores multimédia com ligação às redes electrónicas nacionais e internacionais para facilitar a possibilidade de aceder à informação em formatos que permitem o seu tratamento, mas também deve formar para a utilização desses meios no acesso e tratamento da informação afim de aumentar o poder e a liberdade de escolha dos utilizadores, ou seja, como cita o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, que estas devem estar aptas a levar à população escolar os “novos meios de aquisição e transmissão de saber que a sociedade de informação faculta”<sup>37</sup>.

### **3 - As Bibliotecas Escolares como centro de recursos educativos**

Actualmente, quer a nível da interdisciplinaridade quer a nível da transdisciplinaridade, como agentes do ensino/aprendizagem, a função das bibliotecas escolares é cada vez mais importante e mais activa.

Há quem defenda que uma biblioteca escolar, dirigida por um bibliotecário credenciado e competente pode definir perfeitamente um papel relevante no sistema de ensino/aprendizagem intervindo activamente no desenvolvimento da literacia da informação e no sucesso da pesquisa da mesma através de iniciativas que visem promover a oportunidade da leitura, acesso à informação, compreensão e produção da mesma.

Com a explosão de informação que hoje em dia se verifica, quer nos mais variados suportes e meios, quer na *internet*, cada vez mais os estudantes

---

<sup>36</sup> PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete das Bibliotecas Escolares – O programa Rede de Bibliotecas Escolares. 2003. Pág. 10.

<sup>37</sup> PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete das Bibliotecas Escolares – O programa Rede de Bibliotecas Escolares. 2003. Pág. 12.

devem ter capacidades para: i) reconhecer a necessidade de informação; ii) identificar e localizar as fontes de informação apropriadas; iii) saber como obter acesso à informação contida nessas fontes; iv) avaliar a qualidade da informação obtida; v) organizar a informação; vi) usar a informação de uma forma eficaz e eficiente. Todas as estas capacidades e competências são denominadas, por muitos autores, de Literacia da Informação, que ajuda a tornar-nos cidadãos auto-suficientes face aos problemas da informação numa sociedade moderna.

Este conceito de literacia da informação tem várias definições, mas a maior parte inclui as características acima referidas. Há também quem prefira falar em capacidades de informação – “information skills” termo mais usado no Reino Unido, em vez de literacia da informação - mais utilizado nos Estados Unidos e Austrália. Outros termos também apresentados para definir estas características são circulação da informação (“information fluency” Rader 1999) e competências de informação (“information competency” Goetsch e Kaufman 1998). De qualquer modo, pensamos ser consensual que o termo mais utilizado será mesmo literacia da informação.

Assim, uma pessoa literada em informação, segundo a American Library Association Presidential Committee on Information Literacy, num relatório de 1989, deve ser uma pessoa com capacidades de reconhecer quando a informação é necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efectivamente a informação. A esta definição foi acrescentada, ultimamente, que as pessoas literadas em informação são aquelas que aprenderam como aprender a aprender (“learn to learn”), aqueles que sabem como aprender porque sabem como o conhecimento está organizado, como encontrar informação e como usar essa informação de modo a possibilitar que os outros aprendam daí. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida porque conseguem sempre encontrar a informação de que necessitam para qualquer tarefa ou decisão que têm em mãos.

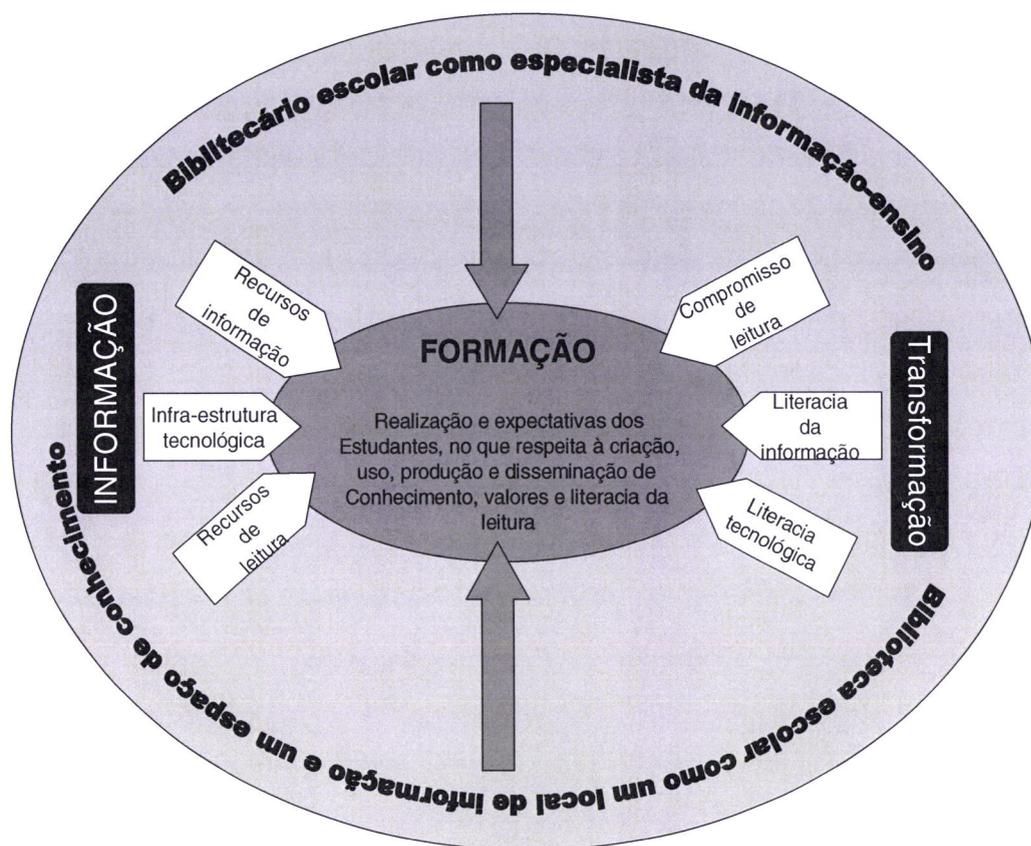
No início da década passada, a biblioteca escolar tinha um papel mais passivo, existia como recurso, mas não era dinâmica, não promovia iniciativas que visassem a formação do utilizador, também porque, nessa altura, a quantidade e a qualidade de requisitos não obrigava a uma atitude tão activa e marcante. Mas, como refere Lorenzo Luzuriaga, na obra “Bibliotecas

Escolares”, editada em 1922, a biblioteca escolar tinha como finalidades, por um lado despertar o interesse das crianças por livros e pela leituras livres e espontâneas, principalmente de carácter literário, por outro o servir de complemento e afirmação do trabalho docente mediante as leituras complementares que este indique. No entanto, o ideal seria que a criança utilizasse a biblioteca da escola espontaneamente, para seu próprio gozo e recreio espiritual, podendo incluir também a leitura de carácter didáctico. Também nesta obra já é feita referência à legislação existente sobre bibliotecas escolares em Espanha, França e Itália.

Cada vez mais se deixa de ter a ideia predefinida que a biblioteca escolar é um local só de informação e adapta-se a ideia de que além de um local de informação é um local de conhecimento onde os alunos aprendem a pesquisar efectivamente, a identificar palavras-chave, a analisar a avaliar a informação, a estruturar e organizar ideias e, finalmente, a desenvolver ideias e pontos de vista próprios na produção de conhecimento.

Num trabalho desenvolvido no âmbito da Ohio Educational Library Media Association (OELMA) por Ross J. Todd e Carol C. Kuhthau, o modelo que se segue apresenta a biblioteca escolar como um agente dinâmico na aprendizagem. A biblioteca escolar tem, não só um papel informador e formador, mas também, e muito importante, um papel transformacional:

### **Modelo da biblioteca escolar como agente dinâmico de ensino**



Adaptação livre de Ross J. Todd, Carol C. Kuhlthau and OELMA, 2004

O bibliotecário escolar é visto como um especialista de informação e ensino, um companheiro no acompanhamento dos programas curriculares sendo a biblioteca escolar um centro e o espaço do conhecimento.

O papel de informador que a biblioteca escolar detém baseia-se nos diversos recursos e na actualização desses mesmos recursos, de forma a responder às necessidades curriculares da escola, para além de todas as necessidades de informação que esta comunidade pode requerer. Fornece todas as informações para guiar o estudante na sua pesquisa, quer a nível estrutural, quer a nível tecnológico e fornece também, a tecnologia necessária para que o aluno possa adquirir, organizar, produzir e difundir informação. Ainda integrada no seu papel informativo, a biblioteca escolar, também proporciona fontes de leitura, momentos de recreio e lazer além das matérias referentes às necessidades curriculares.

O papel de formador, ou de formação, que a biblioteca escolar desempenha ou pode desempenhar, será na criação de conhecimento. Os alunos aprenderão a formular questões de forma a definir áreas relevantes para a sua pesquisa, explorar, investigar, analisar e sintetizar ideias, de forma a criar pontos de vista próprios, avaliar soluções e reflectir no próprio conhecimento. Na utilização do conhecimento, os alunos poderão desenvolver capacidades para sustentar o seu próprio conhecimento para além da sala de aula. No que respeita à produção de conhecimento, os alunos poderão utilizar as tecnologias e ferramentas de informação disponíveis para produzir um novo conhecimento. Na difusão da informação, os alunos poderão comunicar ideias e conhecimento utilizando todos os meios de expressão, nomeadamente oral, escrito, visual e tecnológico. Relativamente aos valores da informação e conhecimento, os alunos tornar-se-ão pessoas com sentido de ética e utilizadores responsáveis da informação. Ainda, tornar-se-ão independentes, com grandes índices de literacia e auto-suficientes para a vida.

É, então, apresentada a função transformadora da biblioteca escolar que com os recursos de informação, infra-estruturas tecnológicas e recursos de leitura de que dispõe, formando os utilizadores deste local de informação e espaço de conhecimento, vai ver transformado o conhecimento através do aumento dos níveis de literacia da informação dos alunos expostos à referida formação, aumentarão, também, os níveis de literacia tecnológica que incluem o pensamento crítico e competências de comunicação na produção e difusão da comunicação, não só através de fontes electrónicas, mas também de redes e da própria Internet. Desenvolver-se-ão, ainda, as capacidades de leitura e de conhecimento, não só para o percurso académico, como também para a vida.

Mais uma vez, verificamos que os bibliotecários escolares, e quando falamos de bibliotecários escolares, falamos de técnicos superiores de biblioteca e documentação, devem ter um papel activo no desenvolvimento dos programas curriculares das diferentes disciplinas, não só para desenvolverem as políticas de aquisição, bem como ajudar os professores a integrarem nas suas metodologias o recurso à biblioteca escolar. A função primordial do bibliotecário escolar não é o ensino propriamente dito, de assuntos específicos, mas sim auxiliar os professores no ensino desses mesmos, não só com bibliografia, mas também como apoio no cumprimento dos conteúdos

curriculares das mais variadas disciplinas e, ainda, conduzir e ensinar o aluno no estudo, na pesquisa e a utilizar a informação nos conteúdos de cada disciplina. Como nos diz José António Calixto, “o papel do bibliotecário escolar é primeiramente o de um educador, tanto nos aspectos formais como informais da educação. Apesar de não poder operar numa sala de aula tradicional, é mesmo assim, um professor.”<sup>38</sup> Tem a responsabilidade de ser um intermediário no ensino/aprendizagem. Isto é, “planeia situações de aprendizagem na biblioteca escolar; apoia os estudantes na aprendizagem, selecciona recursos de informação relacionados com as aulas e mostra a professores e estudantes como usar estes recursos no ensino e aprendizagem.”<sup>39</sup>

Também o Relatório Profissional da IFLA, nº 41 (1995) sobre linhas de orientação para bibliotecários escolares prevê já, uma série de competências que este deve ter no que diz respeito à cooperação no planeamento de programas curriculares, apontando como mais importantes as que se seguem:

1. Capacidade de participar como um membro de uma equipa educacional no esboço, implementação e avaliação do curriculum;
2. Capacidade de apoiar e coordenar actividades para apadrinhar o pensamento crítico e aprendizagem independente;
3. Capacidade de relacionar o programa da biblioteca escolar com o enriquecimento do curriculum;
4. Capacidade de participar como um parceiro de ensino na realização de objectivos de aprendizagem identificados., através de conhecimento e estratégias apropriadas de ensino/aprendizagem;
5. Capacidade de aplicar princípios de teoria de aprendizagem, quando recomendadas estratégias alternativas de ensino aprendizagem.

---

<sup>38</sup> CALIXTO, José António - O perfil profissional e a educação do bibliotecário escolar. 1996. Pág. 93.

<sup>39</sup> CALIXTO, cit.36, pág. 93.

É, portanto, importante e mesmo imprescindível que o bibliotecário escolar seja um parceiro no desenvolvimento curricular das unidades de formação da escola.

*“Torna-se necessário que a escola responda às necessidades das sociedades contemporâneas, integrando esta formação nas suas práticas, pois só os saberes, os saberes-fazer e os saberes-ser asseguram a autonomia real das aprendizagens dos jovens no presente e no futuro.”*

*Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, 1997*

## **CAPÍTULO II**

### **1 – As T.I.C. no Sistema de Ensino Português**

Foi a partir da década de 80, que em Portugal e através do programa oficial do projecto *Minerva* (coordenado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento, correspondia à atribuição de material informático), criado a partir do Despacho 206ME/85<sup>40</sup>, que durou cerca de dez anos, que se começou a relacionar o computador com a prática pedagógica, tendo, de certa medida, este projecto sido o responsável, no nosso país, pela introdução das TIC nas escolas. Contudo só nos anos 90 é que esta realidade começou a sentir-se nas escolas através de programas de apoio criados pelo Ministério da Educação, como por exemplo o Programa Nónio-Século XXI que visa o incentivo ao uso das TIC.

Pretendia-se com estes programas apetrechar as escolas com equipamento informático; formar professores e formadores de professores, desenvolver software educativo potenciar as TIC como instrumento de valorização e inserção para a vida activa. Não sendo possível negar a importância que hoje o computador tem na vida quer pessoal, quer profissional, quer na própria escola, é no entanto necessário continuar a referir que a relação educativa é sobretudo uma relação humana que apenas pode utilizar o computador para conseguir efectuar um trabalho mais próximo com aquilo que

<sup>40</sup> Cf. Despacho 206ME/85 de 31 de Outubro de 1985.

caracteriza a Sociedade da Informação. Devemos reforçar aqui que consideramos que as TIC servem para criar um ambiente diferente de aprendizagem e tornar ainda mais próximo aquele que ensina daquele que aprende, pois a prática pedagógica não fica fechada à sala de aula, mas perpetua-se para além da escola. A escola é uma organização social que constitui um meio de vida e uma instância de socialização, não podendo ser confundida com o somatório de disciplinas e de aulas. A escola representa uma totalidade complexa que é mais do que a soma das partes e corresponde no essencial a um sistema de comportamentos que não se confina à fronteira física do estabelecimento de ensino. É no quadro desta totalidade organizacional que tem de ser pensado o processo de intervenção que consiste em introduzir ou desenvolver, um dispositivo documental, capaz de ter uma influência transformadora na organização escolar: a biblioteca escolar e, por conseguinte, a formação do utilizador da biblioteca escolar.

## **2 - O Programa curricular da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o 9º e 10º anos**

### **2.1 - Análise e comentários**

A introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em 2002, no currículo educativo, como uma disciplina obrigatória no plano de estudos do 9º ano e componente de formação geral do 10º ano, nos cursos Científico-Humanísticos e Tecnológicos<sup>41</sup>, assume uma grande importância na denominada Sociedade de Informação, na medida em que contribui para o desenvolvimento de conhecimentos, competências e apetências por parte do indivíduo, não só para a vida académica, como para a vida activa. Esta disciplina pode também ser leccionada a nível do 5º ano do Ensino Básico, se o estabelecimento de ensino, por opção, a integrar no plano de estudos para esse ano lectivo. No entanto, para este nível de ensino (5º ano), não há programa curricular, visto não ser uma disciplina obrigatória.

---

<sup>41</sup> Decreto-Lei nº209/2002 de 17 de Outubro e Decreto-Lei nº74/2004 de 26 de Março.

Ainda ao nível do 5º ano, actualmente, muitas escolas integram esta disciplina no plano anual, sendo leccionada por um professor efectivo, independentemente do grupo que integra, não havendo um programa curricular de apoio, ficando ao critério do professor da disciplina, leccionar os conteúdos que considerar mais convenientes.

Normalmente, a carga horária semanal destinada a esta disciplina é, para o 9º ano, de um bloco de 90 minutos, para o 10º ano, dois blocos de 90 minutos e, para o 5º ano, se adoptado pela escola, um bloco de 45 minutos.

O programa curricular da disciplina TIC para o 9º e 10º anos, homologado em 17/06/2003, tem como finalidade fundamental, como refere o próprio programa, “promover a utilização generalizada, autónoma e reflectida das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos alunos a partir do 9º ano e tem como ambição ser uma mais valia na sua formação, promovendo as suas capacidades e aptidões para pesquisar, gerir, tratar e difundir informação”.<sup>42</sup> Assim, e de forma a garantir os objectivos essenciais, o programa define os seguintes aspectos:

1. Fomentar a disponibilidade para uma aprendizagem ao longo da vida, como condição necessária à adaptação a novas situações e à capacidade de resolver problemas no contexto da sociedade do conhecimento;
2. Promover a autonomia, a criatividade, a responsabilidade, bem como a capacidade para trabalhar em equipa na perspectiva de abertura à mudança, à diversidade cultural e ao exercício de uma cidadania activa;
3. Fomentar o interesse pela pesquisa, pela descoberta e pela inovação à luz da necessidade de fazer face aos desafios resultantes,
4. Promover o desenvolvimento de competências na utilização das tecnologias da informação e comunicação que permitam uma literacia

---

<sup>42</sup> JOÃO, Sónia Mildred (2003). Programa de Tecnologias da Informação e Comunicação: 9º e 10º anos. 2003. Pág.3.

digital generalizada, tendo em conta a igualdade de oportunidade e coesão social;

5. Fomentar a análise crítica da função e do poder das novas tecnologias da informação e comunicação;
6. Desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e comunicação;
7. Desenvolver capacidades para utilizar adequadamente e manipular com rigor técnico aplicações informáticas, nomeadamente em articulação com as aprendizagens e tecnologias específicas das outras áreas de formação;
8. Promover as práticas inerentes às normas de segurança dos dados e da informação;
9. Promover as práticas que estejam relacionadas com os condicionalismos das profissões da área da informática, nomeadamente a ergonomia e a saúde ocular.<sup>43</sup>

Todos estes objectivos visam proporcionar ao aluno a aquisição de conhecimentos quer a nível informacional, quer informáticos que permitam tornar-se um cidadão autónomo numa sociedade cada vez mais tecnológica e digital. Consideramos que todos estes objectivos são fundamentais na preparação do aluno para a vida académica e profissional. No entanto, e após análise do programa, tendo em conta o ponto número seis dos objectivos acima citados, pensamos que o desenvolvimento da capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e comunicação, não está

---

<sup>43</sup> JOÃO, Sónia Mildred - Programa de Tecnologias da Informação e Comunicação: 9º e 10º anos. 2003. Pág. 4.

devidamente aprofundado ao longo de todo o programa, podendo este ser completado e articulado com a proposta que elaboramos neste trabalho.

Para atingir os objectivos citados, o programa propõe, em termos gerais, para o 9º ano, uma apreensão de conteúdos e conceitos a nível das áreas de aplicação das TIC, da estrutura básica de um computador e noções de funcionamento do mesmo. Propõe, ainda, a apresentação de um sistema operativo em ambiente gráfico, configurações e acessórios, assim como a Internet – navegação na *Web* utilizando um *browser* e a utilização de uma aplicação para correio electrónico. Ainda o processamento de texto na introdução de conceitos básicos, na criação de documentos, edição e formatação de documentos são também outras componentes dos conteúdos essenciais para este ano lectivo.

A nível alternativo, pode-se leccionar, a este nível de escolaridade, conteúdos como o sistema operativo *Linux* (conceitos básicos, ambiente gráfico, configuração, gestão de ficheiros e directórios, e principais aplicações); criação e elaboração folha de cálculo, geração de gráficos e listas; e criação e técnicas de implantação de páginas *Web*. Para o 10º ano o programa prevê, inicialmente, uma introdução à metodologia de trabalho de projecto onde os objectivos são aferir sobre a finalidade do trabalho de projecto, reconhecer a articulação do projecto com outras unidades e/ou disciplinas e planear o projecto, e os conteúdos são a preparação e planeamento do trabalho.

Entendemos, mais uma vez, que o programa apresenta estes objectivos e conteúdos de uma forma muito generalista, com sugestões metodológicas demasiado abrangentes, não permitindo ao docente preparar a aprendizagem de forma satisfatória para os alunos se tornarem autónomos na realização de trabalhos de investigação. É neste ponto que propomos a inserção de uma parte que contemple a formação do utilizador da biblioteca escolar, como complemento essencial de todo o programa curricular desta disciplina. Ainda, relativamente ao programa curricular para a disciplina TIC, no que diz respeito aos conteúdos a leccionar ao nível do 10º ano, este prevê a continuação da abordagem às folhas de cálculo e criação de páginas *Web* como um reforço da matéria leccionada no ano anterior, faz uma introdução aos sistemas de gestão de bases de dados, bem como criação e gestão dessas bases de dados. Como unidades alternativas, a este nível podem ainda ser leccionado também o

sistema operativo Linux, introdução e tratamento de imagem estática (mapa de bits) e imagem vectorial, para publicação na Web.

Atingidos todos os objectivos deste programa, os alunos, e mais tarde os cidadãos, serão capazes de executar uma série de tarefas, que, actualmente, se tornam rotineiras no dia-a-dia de cada um, nomeadamente enviar e receber mensagens de correio electrónico, jogar ou fazer *downloads* de jogos, filmes, músicas, etc., realizar algumas actividades profissionais e de estudo ou formação ou seja, utilizar correctamente os principais menus do sistema operativo, utilizar correctamente programas e ficheiros, procurar informação sobre bens e serviços e ainda ler jornais e revistas on-line. Enfim, ter competências para realizar todas estas actividades que, nos dias de hoje, se tornam essenciais.

Como conclusão a esta análise, podemos referir que todo o programa apresenta uma vertente técnica e prática muito rica a nível de conhecimento e funcionamento de hardware e software, mas verifica-se uma lacuna considerável a nível informacional, nomeadamente na pesquisa, compreensão e tratamento da informação.

Verificámos, ainda, após a análise do programa curricular das TIC, dos resultados do questionário referido neste trabalho, e da investigação efectuada que, o professor da disciplina de TIC, no início do ano lectivo, ao fazer o diagnóstico aos conhecimentos dos alunos, normalmente verifica o nível de conhecimentos técnicos e informáticos que a turma apresenta, particularmente a nível do percurso escolar, o contexto sócio-económico e dinâmicas culturais. Faz, seguidamente, uma adaptação ao programa curricular, partindo do princípio, assim como qualquer outro professor de outra disciplina, que o aluno tem as competências informacionais desenvolvidas, o que na realidade não se verifica.

Normalmente, acontece que qualquer professor, quando pretende que o aluno faça um determinado trabalho de pesquisa, manda-o à biblioteca “pesquisar”, não possuindo este qualquer orientação. “Vão pesquisar isto..., pesquisar aquilo...” e o aluno chega à biblioteca e não sabe o que fazer, em linguagem vulgar, “por que ponta lhe há-de pegar”. Geralmente pede ajuda ao funcionário ou ao professor que se encontra de serviço na biblioteca escolar ou vai directamente à Internet. Coloca uma palavra que considera importante ou

relacionada com o tema, num motor de busca e lá vem a avalanche de endereços, informação e, juntamente, a tarefa difícil de seleccioná-la e tratá-la.

É, no nosso entender, tarefa fácil dizer ao aluno para ir “pesquisar” algo sobre um determinado assunto descurando o objectivo dessa pesquisa e desse trabalho. Não basta saber utilizar as TIC na construção de conhecimento, tem que se saber construir esse conhecimento. As TIC são um recurso educativo de indiscutível importância, mas este será ainda mais valioso, na medida em que pode cooperar com a biblioteca escolar na atribuição de competências e aptências informacionais aos alunos. Propor conteúdos metodológicos para a formação do utilizador da biblioteca escolar que auxiliem o professor na tarefa de ensinar a pesquisar, a seleccionar, a tratar e a difundir a informação, é a nossa sugestão.

Esta proposta pretende complementar não só os objectivos da disciplina TIC como também os conhecimentos que esta proporciona, sendo uma parte integrante na aquisição de conhecimentos, competências e habilidades por parte dos alunos, não só para a vida académica, mas também para a vida profissional.

### **3 – Avaliação das necessidades de Formação do Utilizador nas Escolas**

#### **- Estudo de caso**

#### **3.1 - Questionário: elaboração e justificação**

Torna-se indispensável fazer um estudo que demonstre o nível de conhecimentos e dificuldades informacionais que os estudantes têm na pesquisa e tratamento da informação e, por conseguinte, a necessidade de formação de utilizadores das bibliotecas escolares. Para isso, escolhemos o concelho de Esposende, especificamente, alguns alunos dos 9º e 10º anos, como referência e laboratório de estudo.

As questões foram elaboradas com o intuito de evidenciar uma realidade local que se reflecte, com toda a certeza, a nível nacional, tendo em conta a realidade sócio-económica em que se insere. O inquérito pretende demonstrar,

não só as actividades mais exercidas nas bibliotecas escolares e o grau de dificuldade dos alunos no acesso à informação, como também auferir a necessidade de formação do utilizador da Biblioteca Escolar. Ambiciona, ainda, responder a uma questão imprescindível para definir objectivos e estratégias: Em que medida a biblioteca escolar pode auxiliar o aluno a obter a informação que deseja, a compreendê-la, tratá-la e difundi-la?

### 3.2 - Contextualização do Questionário

#### 3.2.1 - Breve caracterização do concelho de Esposende

O concelho de Esposende está situado na província do Minho, é o mais ocidental dos que constituem o distrito de Braga e é o único com zona costeira. Tem uma área geográfica de cerca de 95,18 Km<sup>2</sup> (a título de curiosidade, cerca de 0,1% do território nacional, sendo que Portugal tem uma área de 91.906 Km<sup>2</sup>) distribuída por quinze freguesias: Antas, Apúlia, Belinho, Curvos, Esposende, Gandra, Gemeses, Fão, Fonte Boa, Forjães, Mar, Marinhas, Palmeira de Faro, Rio Tinto e Vila Chã. É atravessado pelo rio Cávado e o rio Neiva que separa, a Norte, o concelho de Esposende com o de Viana do Castelo. A sul é a freguesia de Apúlia que serve de limite com o



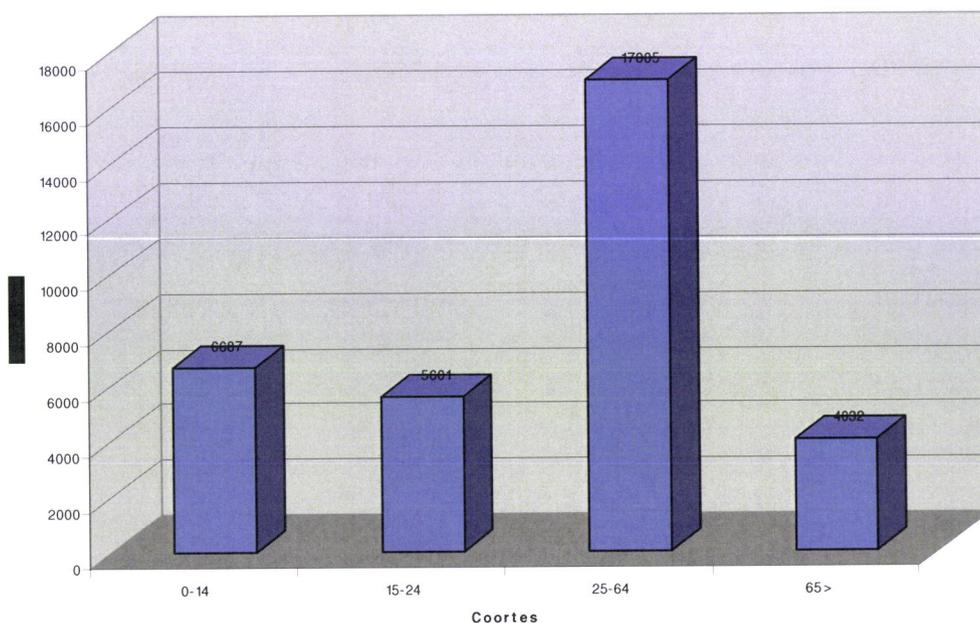
concelho da Póvoa de Varzim e a Nascente tem limites com o concelho de Barcelos. A Ocidente é o Oceano Atlântico que lhe proporciona cerca de 17 Km de costa.

As escolas onde foi efectuada a recolha de dados localizam-se nas freguesias de Apúlia (Escola Básica 2,3 de Apúlia), Esposende (Escola Básica António Correia de Oliveira e Escola Secundária Henrique Medina) e Forjães (Escola Básica 2,3/S de Forjães). As freguesias de Apúlia e Forjães distam, relativamente à cidade de Esposende, cerca de 9 e 7 Km, respectivamente.

Dos 33.325 habitantes do concelho, podemos dizer, conforme gráfico que se segue, que a maior parte da população residente, cerca de 51,1% tem entre 25 e 64 anos, com mais de 65 anos tem 12,1% da população, entre 0 e 14 anos tem 20% e dos 15 aos 24 anos, é cerca de 16,8% da população, pelo que podemos concluir que a maior parte da população se encontra na vida activa.

### Gráfico 1

Caracterização da População Segundo o Grupo Etário



Censos 2001

### 3.2.2 - Caracterização sócio-económica do concelho de Esposende

A população residente do concelho de Esposende, entre 1991 e 2001, apresenta uma taxa de crescimento populacional (10,7%) mais do dobro da média nacional que não foi além dos 5% (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001, citado pela ACICE, 2004). A distribuição residente por freguesias, conforme quadro que se segue, permite verificar, a nível demográfico a heterogeneidade existente no concelho:

**Tabela 1**

#### Distribuição e crescimento da população residente por freguesias

FREGUESIAS	População residente HM		População residente HM		% Variação - HM	% Variação - H
	1991		2001			
	HM	H	HM	H		
Antas	2010	917	2163	1006	7,61%	9,71%
Apúlia	4101	1981	4223	2082	5,41%	5,10%
Belinho	1981	951	2147	1050	8,33%	10,41%
Curvos	838	413	831	388	-0,84%	-6,05%
Esposende	2789	1346	3470	1670	24,42%	24,07%
Fão	2642	1243	2843	1387	7,61%	11,58%
Fonte Boa	1277	613	1298	625	1,64%	1,96%
Forjães	2497	1166	2577	1230	3,20%	5,49%
Gandra	1071	513	1254	620	17,09%	20,86%
Gemeses	1097	551	1115	540	1,64%	-2,0%
Mar	1305	624	1381	668	5,82%	7,05%
Marinhas	4779	2247	5677	2761	18,79%	22,87%
Palmeira	1766	835	2161	999	22,37%	19,64%
Rio Tinto	657	310	676	320	2,89%	3,23%
Vila Chã	1291	604	1140	674	9,22%	11,59%
<b>Concelho de Esposende</b>	<b>30101</b>	<b>14314</b>	<b>33325</b>	<b>16020</b>	<b>10,71%</b>	<b>11,92%</b>

INE, 2001

Do total da população residente no concelho de Esposende, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, constatamos que a taxa de população activa é de 49% (valor ligeiramente superior à média nacional que é de 48%). Esta taxa de actividade atinge um valor mais elevado nos escalões etários dos 25 aos 34 anos, com 90,2% e 83,3%, respectivamente. A partir dos 45 anos, a taxa de população activa e até à idade superior a 65 anos, vai diminuindo sempre (dos 35 aos 44 anos, cerca de 83,3%; dos 45 aos 54, cerca de 69,4%; e dos 55 aos 64, cerca de 40,7%). Após os 65 anos de idade a taxa de actividade é muito diminuto, cerca de 4,3% da população. Devemos ter aqui em conta que grande parte da população, nesta faixa etária entra na reforma. No que refere ao escalão etário entre os 15 e 24 anos, devemos ter em conta de que o facto de 58,5% desta população residente estar activa pode dever-se a razões de esta ser uma fase de transição entre a vida escolar e a vida profissional. No entanto, podemos ainda dizer que este escalão etário é o mais atingido pelo desemprego, com 6,9% dos indivíduos desempregados. Isto pode dever-se ao facto de ser nesta faixa etária onde se encontram o maior número de jovens à procura do primeiro emprego e onde a experiência profissional é pouca ou inexistente.

No que respeita à distribuição de habilitações da população residente neste concelho, segundo dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001, citados pela ACICE<sup>44</sup>, podemos dizer que o número de sujeitos sem nível de ensino, isto é, que não frequentaram ou completaram o 1º ciclo, é ainda significativo, dos quais 820 estão empregados e 55 desempregados. No entanto, alarga maioria das pessoas empregadas residentes, cerca de 12 045, só possui o ensino básico e 1 492, possui o ensino secundário. Esta baixa escolaridade poderá justificar, em parte, a maior percentagem de desempregados que se verifica nas pessoas que possuem apenas os 1º, 2º e 3º ciclos. É também significativo o número de desempregados sem nível de ensino, estando a maioria dos sujeitos acima dos 35 anos. Os jovens com menos de 25 anos, com nível secundário, representam aproximadamente 11,5% do total de desempregados.

---

<sup>44</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO CONCELHO DE ESPOSENDE (ACICE) – Caracterização do Tecido Empresarial do Concelho de Esposende. Esposende. Pág.14.

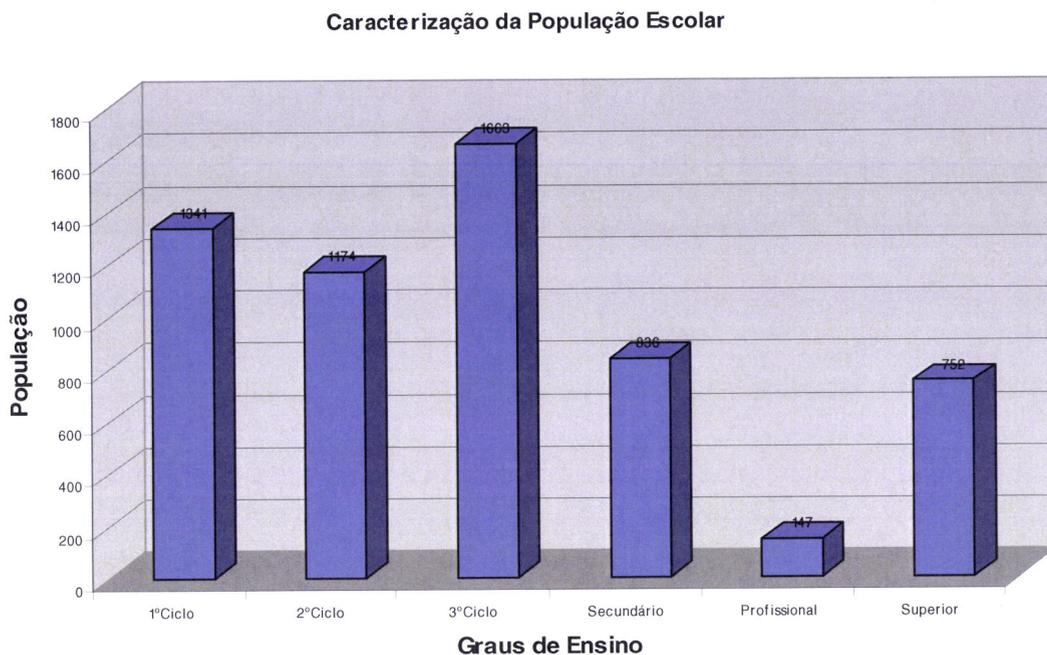
A inactividade destas pessoas constitui uma perda de recursos humanos que terá as suas consequências a médio/longo prazo, dando razões à mobilidade e recursos humanos altamente qualificados, para meios mais atractivos do ponto de vista da empregabilidade.

A actividade que mais população emprega, no concelho de Esposende, é a da indústria transformadora, totalizando cerca de 5.126 postos de trabalho, com principal destaque para a indústria têxtil, a qual emprega cerca de 3.567 pessoas. Também o sector da construção tem ao seu serviço um número significativo de indivíduos, cerca de 2.917. O comércio por grosso e a retalho é o terceiro sector que mais emprega em Esposende, com cerca de 1.831 pessoas. Contrariamente ao que seria de esperar, tendo em conta que o concelho de Esposende é um destino turístico, este sector não emprega mais do que 724 indivíduos.

Esposende, embora seja um dos concelhos mais pequenos do distrito de Braga, apresenta um indicador do poder de compra *per capita* com 67,86 pontos (INE, 2002). Como este indicador pode ser, em parte, influenciado por diversos factores, consideramos que o efeito sazonal dos turistas que frequentam o concelho, pode contribuir para este número, sendo que, sem este efeito, este indicador possa ser inferior.

### **3.2.3 - Caracterização da população escolar**

No que diz respeito à população escolar, verificámos que 17,74% da população (5.913 pessoas) encontra-se a frequentar os diferentes graus de ensino, dos quais 22,7% frequenta o 1º Ciclo, 19,3% o 2º Ciclo, 28,2% o 3º Ciclo, 14,3% o Ensino Secundário, 2,7% o Ensino Profissional e 12,8% o Ensino Superior.

**Gráfico 2**

Censos 2001

A educação pré-escolar é assegurada no concelho por uma rede pública, com 12 estabelecimentos, pela rede privada com 5 estabelecimentos e de solidariedade com 4 estabelecimentos/instituições. No que se refere ao 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) verifica-se que todo o concelho está totalmente coberto, existindo 29 estabelecimentos de ensino distribuídos por todas as freguesias.

Para o 2º, 3º Ciclo e Secundário existem quatro estabelecimentos de ensino, sendo dois deles nas extremidades do concelho, nomeadamente em Apúlia para o 2º e 3º Ciclo e em Forjães para o 2º, 3º Ciclo e Secundário. No centro existe um estabelecimento para o 2º e 3º Ciclos e outro para o 3º Ciclo e Secundário, estando, neste momento, a ser construído mais um estabelecimento para o 2º e 3º Ciclo, para funcionar já no próximo ano lectivo de 2005/2006, na Freguesia de Marinhas. Para além destes estabelecimentos de ensino, existe uma Escola Profissional, a *Escola Profissional de Esposende* que ministra Cursos de Nível III nas áreas de Hotelaria e Turismo, Animação

Sócio-cultural e Informática e, desde 2002 que tem um Curso de Nível IV na área da Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos.

### **3.2.4 - As Bibliotecas escolares no concelho de Esposende**

No concelho de Esposende, todos os estabelecimentos do 2º, 3º Ciclos e Secundário têm bibliotecas escolares: em Apúlia, desde 1997; em Forjães e na Escola Secundária Henrique Medina desde 2000 e na EB 2, 3 António Correia de Oliveira desde 2003. Das 29 Escolas dos 1º CEB, só quatro é que foram contempladas, em 2003. Verificámos que todas as BEs de todos os estabelecimentos de ensino estão em plena actividade. No entanto, poucas escolas fazem tratamento estatístico das actividades nas BEs e, as que o contemplam, fazem-no, no nosso entender, de uma forma muito simplista, não permitindo, muitas vezes, retirar ilações importantes para definir objectivos mais concretos e estratégias de funcionamento. Assim, os dados que se seguem foram os entregues por cada estabelecimento de ensino. Mais informações foram requisitadas a nível da DREN, mas não tendo esta Direcção mais dados disponíveis para além do relatório anual que qualquer biblioteca escolar tem que apresentar no final de cada ano lectivo e, ficando o conteúdo, como referido anteriormente, ao critério do professor responsável, não nos foi possível alargar esta análise. São, assim, poucos os dados estatísticos que nos permitiram avaliar com exactidão o funcionamento de cada uma das bibliotecas escolares.

A Biblioteca Escolar da EB 2,3 de Apúlia funciona numa área de 143m<sup>2</sup> tendo um fundo de cerca de 2000 documentos. Destes cerca de 900 estão disponíveis para empréstimo domiciliário. Conta com cerca de 180 vídeos, 10 DVD's, 80 CD Rom, 10 dossiers temáticos e 20 puzzles e jogos.

A Biblioteca Escolar da E.B. António Correia de Oliveira funciona num espaço com cerca de 140m<sup>2</sup> tendo uma sala multimédia com 10 computadores a serem utilizados livremente por professores e alunos. No ano de 2004 existiam cerca de 4472 documentos impressos e 356 não impressos perfazendo um total de 4828 documentos disponíveis para cerca de 960

alunos. Tendo, no ano de 2004, utilizado a BE 1771 alunos dos JI e 1º ciclo e 1023 alunos do 2º e 3º ciclo.

A Biblioteca Escolar da E.B. 2,3 de Forjães, com uma área de 140 m<sup>2</sup>, conta com cerca de 6000 documentos impressos e 980 documentos não impressos, tem 3 computadores para consulta e as actividades mais frequentes, são a leitura em presença, da qual não é feita estatística e a domiciliária, havendo nesta cerca de 3700 requisições durante o ano lectivo de 2004/2005. Esta BE tem um projecto de dinamização anual com visita de escritores, Feira do Livro, Feira do Livro Fantástico e a Hora de Conto, uma vez por mês. De referir que esta biblioteca foi umas das contempladas, para o ano lectivo de 2005/2006, na candidatura de Mérito da Rede de Bibliotecas escolares, a nível nacional, com um projecto novo de dinamização da biblioteca escolar.

A Biblioteca Escolar da Escola Secundária Henrique Medina funciona numa área de cerca de 165m<sup>2</sup>, conta com cerca de 6857 documentos impressos, 446 documentos não impressos para cerca de 1070 alunos. No ano de 2004/2005 foram registados cerca de 940 empréstimos domiciliários. Conta, ainda, com 9 computadores no espaço da biblioteca escolar, sendo as actividades mais registadas, a consulta em presença e os trabalhos de grupo.

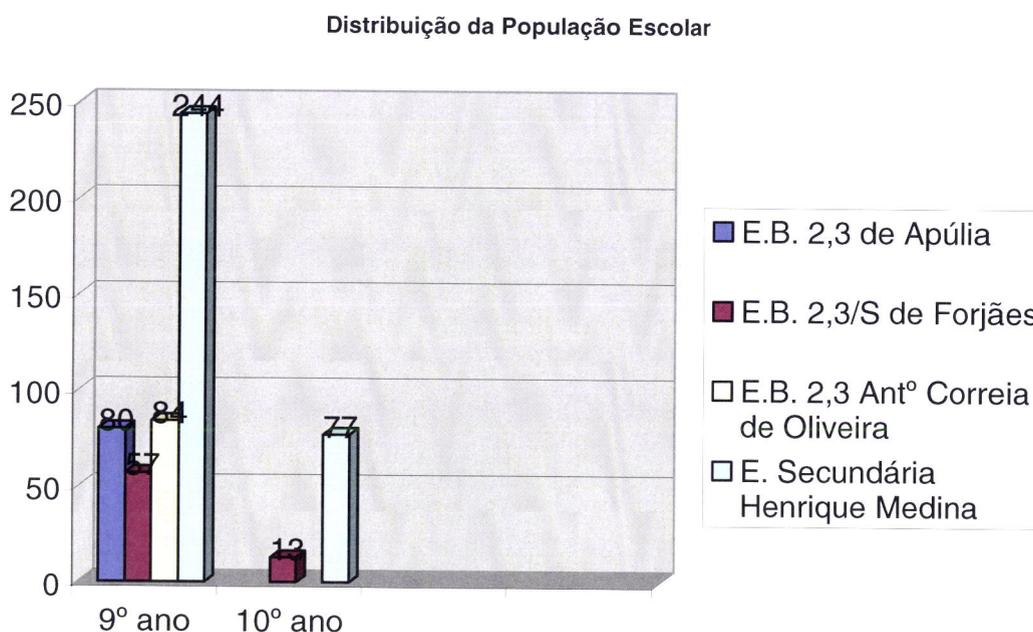
Concluimos que todos estes estabelecimentos de ensino possuem as condições mínimas para que o aluno possa usufruir de um espaço onde possa desenvolver e cultivar a leitura, bem como aceder à informação e aí expandir as suas capacidades informacionais.

## 4 – Apresentação da análise dos dados

### 4.1 - Caracterização dos inquiridos

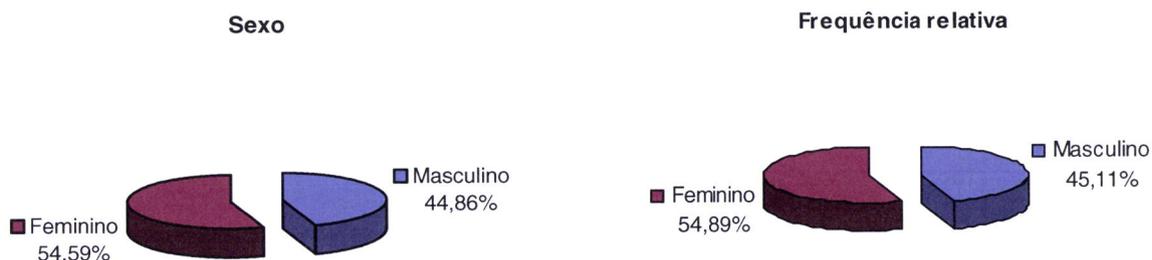
No que diz respeito ao objecto deste estudo, os alunos do 9º e 10º anos de escolaridade, são 555 no total, distribuídos pelos seguintes estabelecimentos de ensino, conforme gráfico que se segue:

**Gráfico 3**



Neste universo, a amostragem foi aleatória, respondendo ao questionário 185 alunos, cerca de 33,33% do total, sendo 83 do sexo masculino e 101 do sexo feminino, para uma frequência relativa de 45,11% para o sexo masculino e 54,89% para o sexo feminino, conforme os seguintes gráficos:

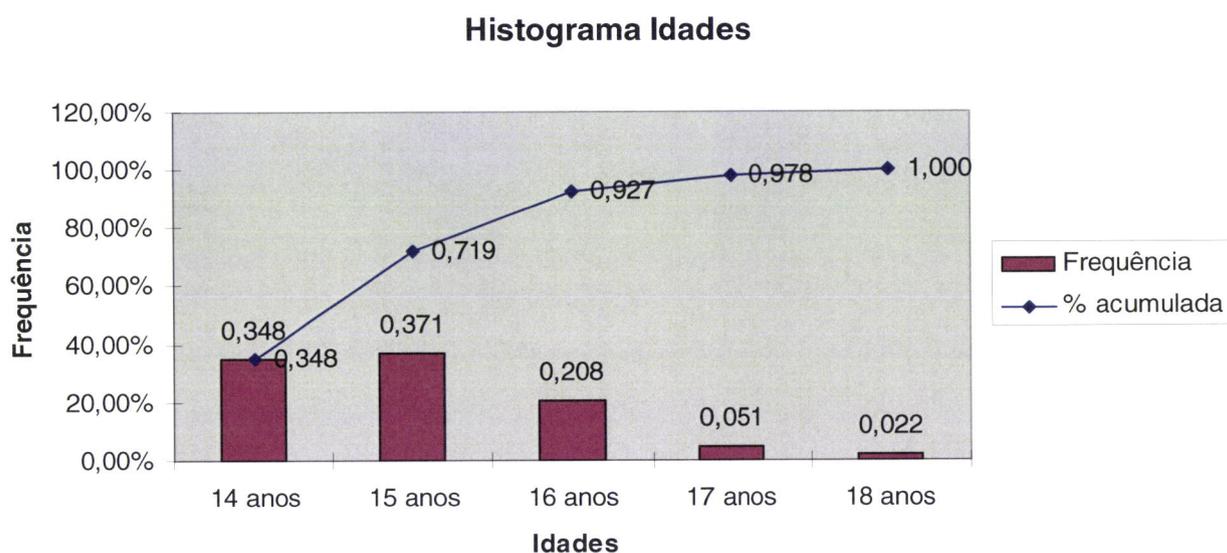
**Gráficos 4 e 5**



Relativamente à idade, verificamos que a maior parte dos alunos tem entre 14 e 15 anos de idade, representando respectivamente 33,51% e 35,68% dos inquiridos. Com 16 anos responderam 20,00%, com 17 anos 4,86% e 2,16% dos alunos tem 18 anos, representados no histograma que se segue:

	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos
Fi	0,348	0,371	0,208	0,051	0,022
Fi	0,348	0,719	0,927	0,978	1,000

**Gráfico 6**

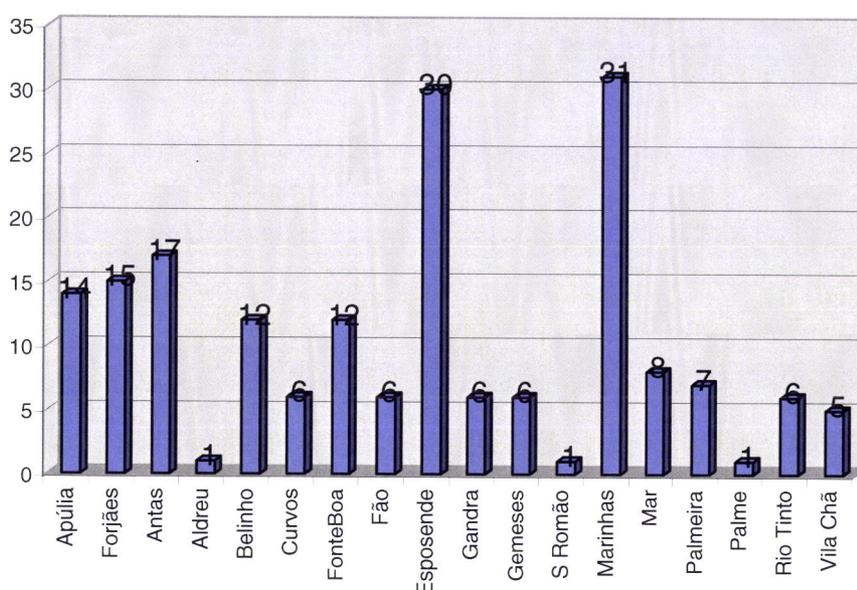


Os alunos provêm de todas as freguesias do concelho e alguns das freguesias limítrofes, como poderemos verificar seguidamente. Embora a maior

parte provenha, como é lógico das freguesias com índice populacional maior, nomeadamente Marinhas, Esposende, Antas, Apúlia e Forjães.

**Gráfico 7**

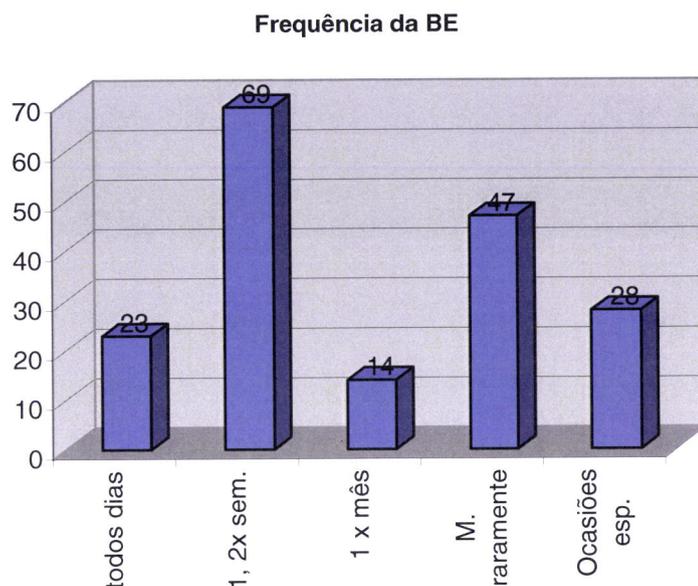
### FREGUESIAS



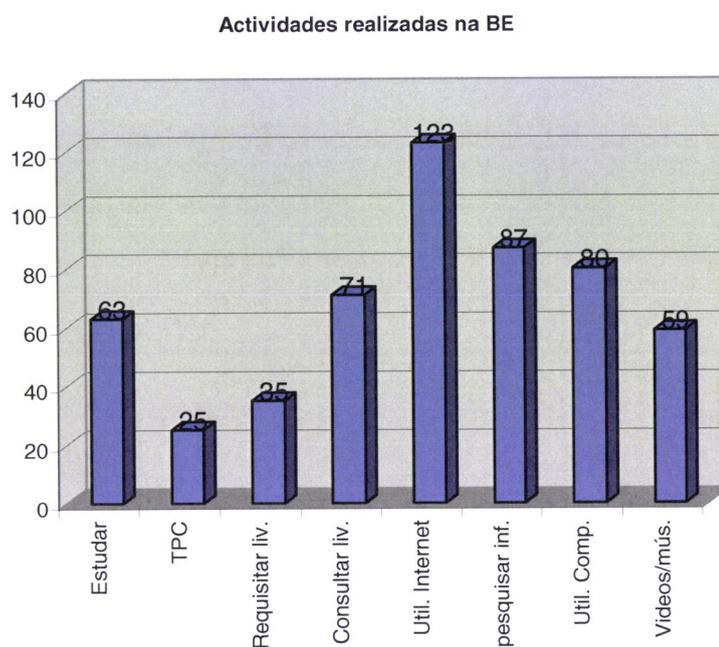
#### 4.2 - Respostas ao inquérito por questionário

Antes de mais e indispensável ao questionário foi a questão número dois, se o aluno “Conhece a Biblioteca Escolar?”, à qual todos responderam afirmativamente, o que demonstra que a biblioteca escolar não é um espaço que passa despercebido ao aluno, todos sabem que têm aquele recurso disponível na escola.

Relativamente aos valores que se prendem com a frequência da Biblioteca Escolar, os alunos demonstraram, conforme gráfico de frequência da BE que a maior parte, 37,30% vai cerca de uma a duas vezes por semana à Biblioteca Escolar, já 25,41% muito raramente é que a frequenta, 15,14% só em ocasiões especiais e somente 12,97% é que a frequenta todos os dias:

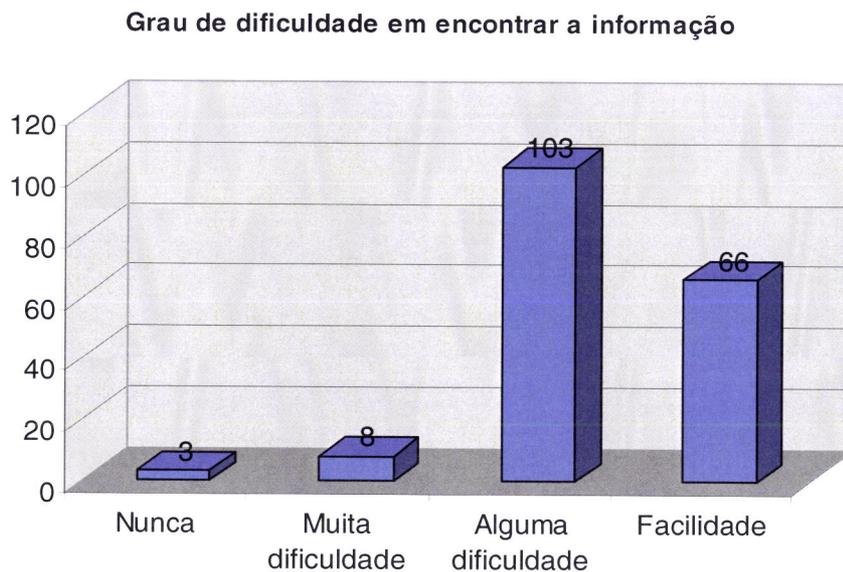
**Gráfico 8**

Das actividades mais realizadas na Biblioteca Escolar, mais de metade dos inquiridos, 66,49% vai à Biblioteca Escolar para utilizar a Internet, já 47,03% vai pesquisar informação, 43,24% utilizar o computador, 38,30% consultar livros, 34,05% estudar, 31,89% ver vídeos e ouvir música, 18,92% requisitar livros e por último, só 13,51% utiliza a BE para fazer os Trabalhos para Casa.

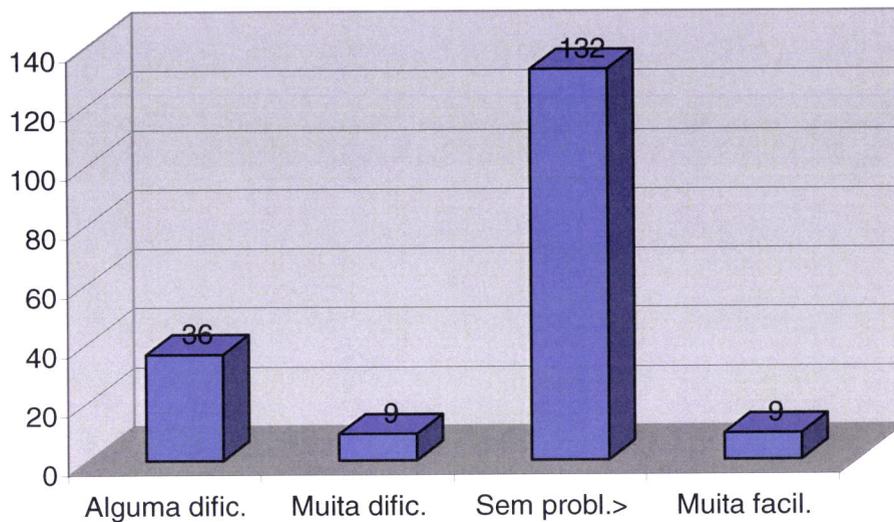
**Gráfico 9**

Quando questionados sobre o grau de dificuldade com que encontram a informação que necessitam, a maior parte, cerca de 55,68% considerou que tem alguma dificuldade, já 35,68% diz que encontra com facilidade; 4,32% diz que tem muita dificuldade em encontrar informação e 1,62% reconhece que nunca encontra a informação que necessita:

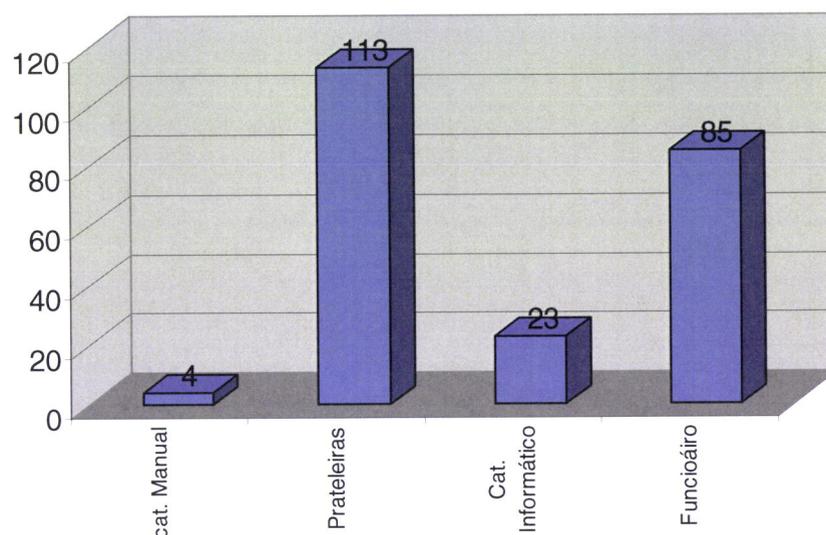
**Gráfico 10**



No que concerne à questão em que o aluno responde se compreende a informação que encontra, verificámos, conforme gráfico que se segue que a maior parte, 71,35% refere que a compreende sem problemas de maior e 4,68% com muita facilidade, já 19,46% admite ter alguma dificuldade em compreendê-la e 4,86% diz ter muita dificuldade.

**Gráfico 11****Grau de dificuldade em compreender a informação**

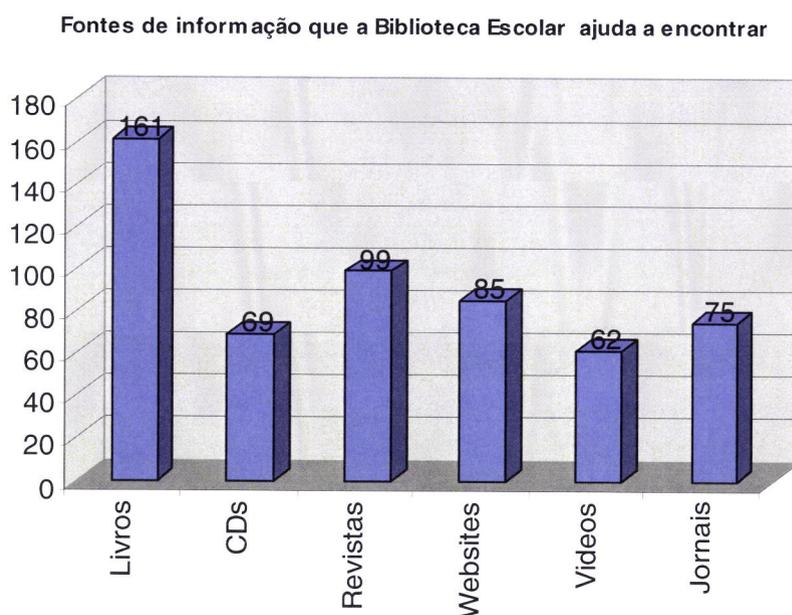
A maior parte dos alunos, 61,08%, costuma procurar a informação directamente nas prateleiras, e 45,45% pede frequentemente ajuda ao funcionário. Os catálogos, quer informático, quer manual são pouco solicitados pelos alunos para localizar a informação que necessitam. 12,43% costumam consultar o catálogo informático e só 2,16% o catálogo manual.

**Gráfico 12****Localização da informação**

Um aspecto importante a referir é que 33 dos 66 alunos que responderam que encontram com facilidade a informação que necessitam, na questão relativa à localização da informação, normalmente pedem ajuda ao funcionário. Isto faz-nos deduzir que uma média de 50% dos alunos que encontram com facilidade a informação é porque pedem ajuda ao funcionário.

Curiosamente e tendo em conta que qualquer uma das bibliotecas escolares das escolas onde foram feitos os inquéritos têm um espaço com diversos recursos multimédia e com diversos computadores ligados à Internet. O recurso com mais utilização continua a ser o livro com uma percentagem de 87,03%. As revistas são a fonte de informação a seguir mais consultada, com 53,51%, e só com 45,95% de referências para os websites, para os CD's referem 37,30% e 33,51% refere os vídeos como fonte de informação.

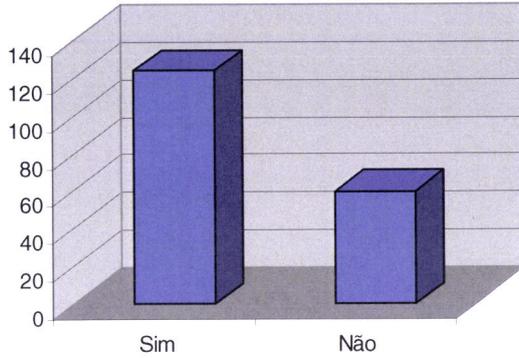
### Gráfico 13



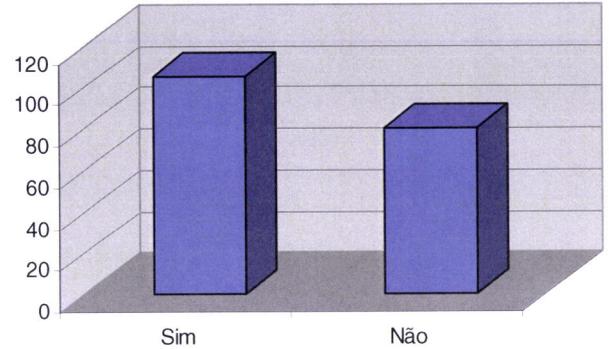
Relativamente à questão se a Biblioteca Escolar os ajuda a usar as diferentes fontes de informação, a maior parte, 67,03% respondeu afirmativamente e 32,43% negativamente. No que diz respeito à disciplina TIC sobre o mesmo assunto, 56,76% respondeu que sim e 43,24% que não.

**Gráficos 14 e 15**

**BE: ajuda no uso das fontes de informação**



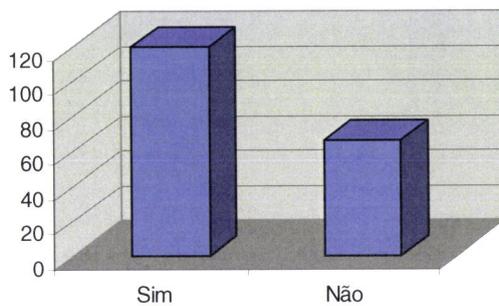
**TIC: ajuda no uso das fontes de informação**



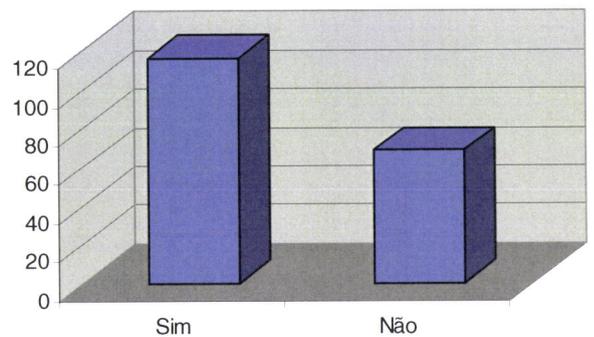
À questão se a BE os ajuda a saber os passos que deve dar para encontrar informação, a maior parte dos inquiridos 64,32% respondeu afirmativamente e, 35,68% não considera que a BE ajude nesta questão. Relativamente ao mesmo assunto, mas tendo como sujeito a disciplina TIC, 63,24% respondeu afirmativamente e 37,30% negativamente.

**Gráficos 16 e 17**

**BE: passos a dar para encontrar informação**



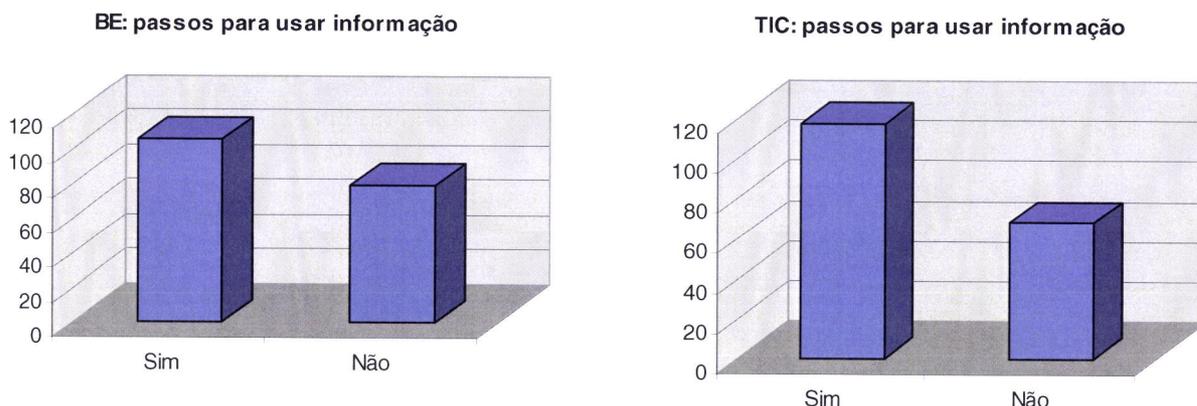
**TIC : passos a dar para encontrar informação**



Ao questionarmos sobre se a Biblioteca Escolar os ajuda nos passos a dar para usar a informação, 56,76% dos alunos considera que sim, enquanto

que 42,70% responde que não. Relativamente à mesma questão para a disciplina TIC, 63,24% considera que sim e 36,76% que não.

### Gráficos 18 e 19

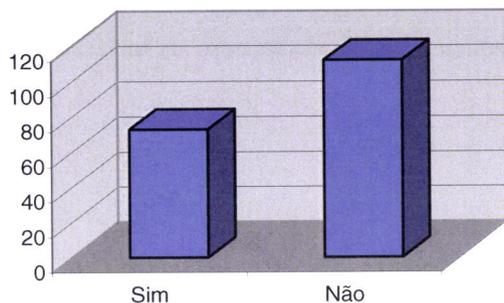


Para confirmarmos as questões anteriores e eliminarmos o risco destas não serem bem compreendidas pelos alunos, inquirimos se os alunos têm alguma disciplina que os ajude a organizar melhor as suas ideias quando precisam de fazer um trabalho e se há alguma que os ajude a seleccionar e organizar melhor a informação que recolhem. Estas questões têm como objectivo demonstrar que, hoje em dia, com o excesso de informação, os alunos têm alguma dificuldade em seleccioná-la e compreendê-la como podemos verificar nos gráficos que se seguem.

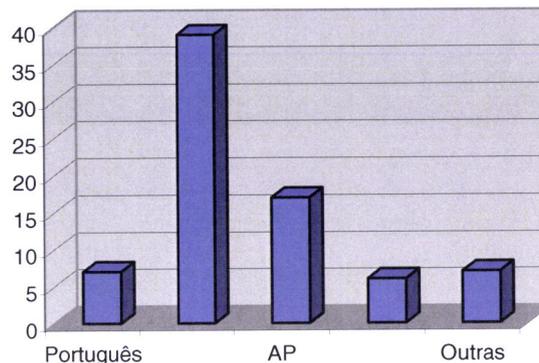
No que diz respeito à questão da existência de alguma disciplina que os ajude a organizar melhor as suas ideias quando têm que fazer um trabalho, curiosamente 60,54% respondeu negativamente e dos 39,46% respondeu afirmativamente salientando o Estudo Acompanhado como a melhor ajuda nesta questão, 21,08%, seguidamente aparece com Área Projecto, 9,19%, Português e Outras com 3,24% respectivamente e, por último, a disciplina TIC com 3,24%.

**Gráficos 20 e 21**

**Ajuda de alguma disciplina na organização do trabalho**



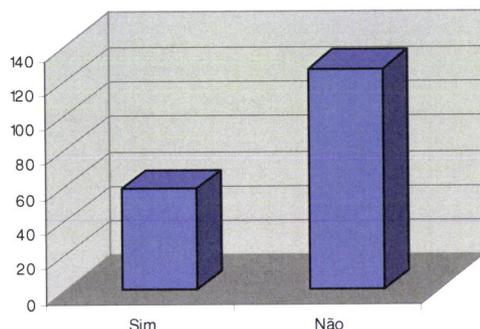
**Disciplinas**



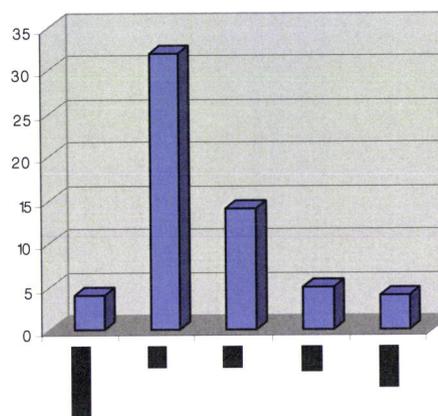
Para a questão se têm alguma disciplina que os ajude a seleccionar e organizar melhor a informação que recolhe, também a maior parte dos alunos, 68,65%, respondeu negativamente e dos 31,35% que responderam afirmativamente, a maior parte, 17,30% referiram Estudo Acompanhado como a melhor ajuda, seguido da Área Projecto, 7,57%, 2,70% TIC e 2,16% Português e a mesma percentagem Outras

**Gráficos 22 e 23**

**Disciplina que ajude a seleccionar e organizar melhor informação**



**Disciplinas**

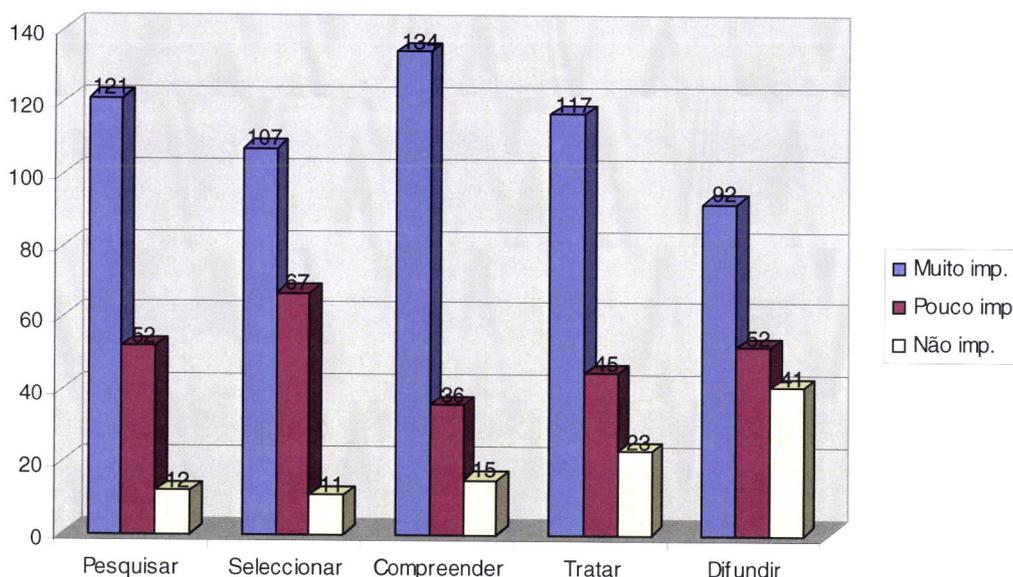


Relativamente ao grau de importância dado à questão “saber pesquisar informação”, 65,40% consideraram muito importante, 28,10% pouco importante

e 6,48% não a considera importante. Saber seleccionar a informação também é muito importante para 57,83% dos alunos, pouco importante para 36,21% e 5,94% não considera importante. Compreender a informação é muito importante para 72,43% dos inquiridos, pouco importante é considerado por 19,45% e 8,10% não considera importante. Para 63,24% dos alunos é muito importante saber tratar a informação enquanto 24,32% considera pouco importante e 12,43% nada importante. Finalmente 49,72% considera muito importante saber difundir a informação, 28,10% considera pouco importante e 22,16% não considera importante.

### Gráfico 24

Importância em pesquisar, seleccionar, compreender, tratar e difundir informação



Finalmente, foram inquiridos sobre a necessidade e utilidade da inserção, no programa da disciplina TIC, de uma parte de formação do utilizador da Biblioteca Escolar, que ajude o aluno a encontrar a informação que deseja e compreendê-la, seleccioná-la, tratá-la e difundi-la, uma percentagem considerável, 91,89% considera útil e, somente, 8,11% refere que não.

**Gráfico 25**

## 5 - Entrevista aos Professores da Disciplina T.I.C.

A atitude que se assumiu neste trabalho relativamente às entrevistas a realizar aos professores das disciplina TIC, nas escolas dos discentes questionados e após definir como tópicos principais a preparação que os professores têm, no que concerne a leccionação da disciplina em questão, quais as dificuldades que reconhecem no alunos a nível informacional e se são desenvolvidas acções para colmatar as dificuldades dos discentes a este nível.

Foram apresentados os objectivos desta entrevista os intervenientes, garantindo o seu anonimato. Mesmo assim ficaram um pouco reticentes ao saber que íamos perguntar algo sobre o seu desempenho. Normalmente, grande parte das pessoas não reage bem a este tipo de abordagem. No entanto, foram elucidados que esta entrevista tinha como finalidade ser objecto de estudo para um trabalho académico.

As entrevistas realizadas no âmbito deste estudo foram efectuados, durante os meses de Setembro e Outubro de 2006, nas escolas objecto de análise aos professores a leccionar esta disciplina ou que tinha leccionado esta disciplina no período do inquérito por questionário aos alunos.

De um total de sete professores a leccionar nas escolas do concelho de Esposende, nomeadamente três mais um com horário incompleto na Escola Secundária Henrique Medina, um na E.B. 2,3 António Correia de Oliveira, um na E.B. 2,3 de Forjães e um na E.B. 2,3 de Apúlia, só quatro se mostraram disponíveis para colaborar conosco neste estudo.

Tentamos interpretar e analisar melhor a realidade constante nas nossas escolas para podermos definir com maior objectividade e coerência a proposta presente neste trabalho. Por motivos de natureza epistemológica e metodológica, cada um dos entrevistados teve acesso ao registo escrito da entrevista para fazer as alterações que considerasse necessárias.

Dos professores entrevistados, três eram do sexo feminino e um do sexo masculino. A sua formação profissional varia entre Engenharia Informática, Informática de Gestão, Tecnologias de Informação Empresarial e Especialização em Tecnologia Educativa. Contactado o Ministério de Educação, pudemos constatar que quase todos os professores que leccionam a disciplina de T.I.C. têm habilitação própria. Existem poucas Universidades e Institutos (supostamente dois) que formam pessoal profissionalizado nesta área, mas como existe há pouco tempo esse curso, ainda não saíram profissionais para o mercado de trabalho. Também há docentes que fazem a profissionalização em serviço, mas mesmo esses são em número muito reduzido.

Todos os entrevistados referem como muito importante que os alunos obtenham formação a este nível, porque torna-se indispensável saber procurar e distinguir a informação relevante da não relevante, principalmente quando estão a utilizar as novas tecnologias. Consideram que com o número de horas lectivas semanais atribuídas, é quase impossível dedicar tempo, nas TIC, ao desenvolvimento destas capacidades informacionais. Constatam que os alunos chegam com tantas carências no domínio das ferramentas informáticas previstas no programa que a pesquisa, tratamento e produção e comunicação de informação não pode ser feita apenas no âmbito da disciplina T.I.C., tem que se recorrer a outras disciplinas. Mas aqui surgem outras questões, no nosso entender pertinentes que são, como aponta o Professor C : i) Será que todos os professores a quem é atribuída a leccionação de EA estão preparados e capacitados, pela competência própria detida, para ajudar os alunos a

desenvolver estas capacidades? ii) E, aqui, será que o tempo dedicado a essa área curricular seria suficiente para o tratamento de tudo aquilo que o programa prevê? Mais uma vez, pudemos constatar, através das respostas do Professor C da necessidade de formação do utilizador da biblioteca escolar.

De todos os professores entrevistados, consideramos que, à excepção do professor C, não revelam possuir um entendimento profundo do que realmente são as competências informacionais, o que tornou árdua a nossa tarefa e limitou a nossa avaliação do que realmente se faz para colmatar as carências que os alunos apresentam a nível informacional. Responderam ao questionário por entrevista de uma forma vaga e até, atrevo-me a dizer, fora do contexto, isto é, parecia que não sabiam muito bem do que se estava a falar, conduzindo a resposta sempre para a vertente informática. Face a esta situação ponderamos modificar o conteúdo das perguntas, mas concluímos que não poderiam ser de difícil compreensão pelos professores da disciplina T.I.C. se eles leccionassem esses conteúdos. O professor C ajudou-nos a chegar a esta conclusão através das suas respostas e das suas sugestões. Pudemos auferir que a falta de pessoal profissionalizado para leccionar esta disciplina, faz com que os docentes com habilitação própria, tenham algumas dificuldades em leccionar os conteúdos informacionais, visto não estarem muito à vontade com esta temática e não terem qualquer tipo de apoio a nível documental e a nível do programa curricular.

## **6 – Conclusão sobre as necessidades de formação do utilizador nas escolas**

A formação de utilizadores nas bibliotecas escolares pode ser ainda mais antiga, mas só a partir do séc. XVII, na Alemanha, como referem Nancy Fjallbrant e Ian Malley (1984), é que aparecem os primeiros documentos com referência ao assunto. Michael Lorenzen (1994), no seu artigo “a brief history of library instruction in the United States” revela que, neste estado, só a partir dos finais do séc. XIX é que há referência a bibliotecários escolares que começaram a ensinar na sala de aula. Durante o séc. XX continuou a existir a

formação de utilizadores na sala de aula, embora nunca houvesse legislação e modelo a ter em consideração, ficava ao critério de cada um.

Cerca dos anos 40 começa a perder importância na comunidade académica este tipo de formação e é só nos anos 60 que reemerge tornando-se outra vez um assunto importante e um modelo a seguir.

Concluimos que hoje em dia, a formação de utilizadores da biblioteca é uma necessidade constante, embora, ainda, não haja legislação sobre esta temática, em muitas bibliotecas da Europa é praticada esta formação, principalmente nos países escandinavos. Em Portugal, tem-se noção, cada vez mais da importância da formação de utilizadores da biblioteca, ficando esta ao critério de cada bibliotecário na sua própria biblioteca ou centro de documentação. Assim, necessidade de formação de utilizadores nas bibliotecas escolares, vai assumindo cada vez mais um papel imprescindível à medida que os professores começam a tomar consciência das dificuldades do aluno em fazer a tarefa que lhe é destinada.

Tendo em atenção os dados recolhidos no questionário efectuado a alunos do 9º e 10º anos das escolas do concelho de Esposende e a entrevista realizada aos professores da disciplina T.I.C. pudemos verificar e justificar a necessidade constante que se verifica a nível desta formação. Embora os alunos consigam, com alguma dificuldade, encontrar e usar a informação que necessitam - facto confirmado por alguns professores -, uma formação mais direccionada para este fim teria, com certeza, um grau de sucesso elevado. Teria como principais objectivos, não só fomentar o interesse pela pesquisa, descoberta e inovação à luz das necessidades da sociedade em que hoje vivemos e, assim, fazer face aos desafios da mesma, mas também promover a capacidade e aptidões do aluno para pesquisar, seleccionar, tratar, produzir e difundir informação, tornando-o numa pessoa autónoma ao longo da vida, o que cerca de 92% dos inquiridos considera importante.

*Quando vires alguém com fome, não lhe dês peixe... Ensina-o a pescar!*

*Provérbio chinês*

## CAPÍTULO III

### **1 – Proposta de conteúdos metodológicos para a formação de utilizadores da Biblioteca Escolar, a integrar no Programa da disciplina TIC.**

O significado de Formação de Utilizadores da Biblioteca Escolar, no contexto da nossa pesquisa, significa promover a autonomia do aluno, através da interdisciplinaridade, na leitura, pesquisa e produção da informação. Pretende, por um lado, não só combater a iliteracia e a info-exclusão a todos os níveis, mas também e, principalmente, a nível da leitura e tecnologia. Por outro lado, procura ainda despertar o interesse para a pesquisa, tornando os alunos em pessoas autónomas ao longo da vida com capacidades de informação. No entanto, como refere José António Calixto, “o apoio aos utilizadores das bibliotecas para desenvolvimento de competências no sentido de melhor explorarem os recursos nelas disponíveis é preocupação e tarefa já antiga das bibliotecas e bibliotecários de muitas partes do mundo. Contudo, as transformações sociais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas (...), e novas teorias educacionais, incluindo a generalização da ideia de aprendizagem ao longo da vida, vieram dar uma nova dimensão a estas funções tradicionais das bibliotecas”<sup>45</sup>. Assim, quer os professores, quer os

<sup>45</sup> Calixto, José António - Literacia da informação: um desafio para as bibliotecas. 2004. Pág. 1.

bibliotecários, verão as suas responsabilidades acrescidas nesta sociedade de comunicação e informação emergente.

Consideramos que uma grande parte dos alunos portugueses, independentemente da idade, quando têm que fazer um trabalho de investigação recorrem, primeiramente, à Internet, porque, segundo eles “é mais prático”. Quando coloca uma palavra-chave ou uma expressão no motor de busca aparece-lhe, imediatamente, uma infinidade de endereços dos quais se pode recuperar informação. Depois de visualizar esses endereços, o que se torna difícil é seleccionar a informação pertinente e, posteriormente, compreendê-la e tratá-la.

Para realizar a pesquisa avançada, onde possa utilizar operadores de busca que o ajudam a relacionar temas, articular conceitos ou excluir o que não interessa. Outro recurso utilizado pelos alunos é a biblioteca. Aqui, e como pudemos avaliar através do inquérito por questionário realizado aos alunos das escolas do concelho de Esposende, salvo uma pequena percentagem, manifestam ausência de capacidades em movimentar-se numa biblioteca, em consultar um catálogo, em consultar um índice, uma enciclopédia e, muitas vezes, nem um dicionário conseguem consultar eficazmente. Ainda segundo os dados analisados no inquérito por questionário, para pesquisar algo costumam solicitar a ajuda do funcionário ou professor. Consideramos que estas dificuldades existem devido à falta de educação/formação dos alunos a este nível. Isto porque entendemos que ao nível do percurso escolar e dos conteúdos leccionados ainda existem muitas lacunas a nível de pesquisa e tratamento da informação. Verificamos que é tarefa fácil direccionar os alunos para a biblioteca ou *internet*, orientá-los é que se torna mais difícil. Então, questionamos: como vão eles executar uma tarefa para a qual nunca foram preparados e orientados?...

Torna-se imprescindível prever, nos programas curriculares, conteúdos que permitam acabar com esta lacuna no ensino português. Propomos a integração nos conteúdos programáticos da disciplina TIC uma parte que contemple um estudo, uma reflexão sobre o utilizador da biblioteca escolar. Isto porque, por um lado, embora o Ministério da Educação preveja, nos quadros das escolas, um técnico superior de biblioteca e documentação, com capacidades de gestão, organização e intervenção nas bibliotecas escolares,

não conhecemos nenhum quadro de escola, a nível nacional, que o tenha. É necessário que sejam os professores, dos mais variados grupos, a colmatar estas necessidades de gestão e funcionamento da biblioteca escolar. É claro que grande parte dos professores que estão na coordenação das bibliotecas escolares, neste momento, apresentam algumas iniciativas para apoiar os alunos, mas entendemos que não são suficientes para suprir as necessidades prementes da sociedade actual. Por outro lado, consideramos que a disciplina mais indicada para integrar na sua estrutura programática uma parte de formação do utilizador da biblioteca escolar é a disciplina TIC, porque os objectivos e conteúdos, que a seguir propomos, inserem-se na perfeição nos desta disciplina. Ainda porque, como já referimos anteriormente, considerando que esta disciplina tem uma vertente mais informática do que informacional, é a forma de complementar os objectivos pretendidos. Consideramos poder conjugar de maneira mais funcional a literacia da informação e a literacia tecnológica.

O sucesso de cada indivíduo quer a nível académico, profissional, social, etc. depende, cada vez mais, da capacidade que cada um tem em compreender e tratar a informação, e possuir as chamadas competências de informação que Herring (1988) define como sendo um conjunto de competências de que o aluno precisa para identificar um objectivo e para encontrar e usar, de forma bem sucedida, a informação num trabalho curricular. Numa revisão de bibliografia, consultamos uma série de modelos de literacia da informação – de apoio ao desenvolvimento de capacidades de informação -, que a seguir apresentamos, como suporte à proposta de formação do utilizador da biblioteca escolar. Começamos por analisar o modelo de Michael Marland (1981) que advém da sua pesquisa em escolas do ensino secundário, do seu país, em 1980, onde demonstra que, independentemente da idade, o guião que se segue, ajuda a “aprender a aprender”. Este modelo tenta identificar uma série de questões que os alunos fazem a eles próprios quando têm um trabalho a realizar.

**Quadro 1**

<b>Modelo de competências de informação de Marland</b>	
<b>Questões</b>	<b>Competências</b>
1 – O que é que eu preciso saber?	Formular e analisar as necessidades
2 – Onde posso ir (para obter a informação necessária)?	Identificar e avaliar os recursos
3 – Como posso obter a informação?	Identificar e avaliar as fontes
4 – Que fontes de informação posso utilizar?	Examinar, analisar, seleccionar e rejeitar as fontes de informação
5 – Como devo usar essas fontes?	Interrogar as fontes
6 – (Da informação obtida) o que devo registar?	Registar, organizar e armazenar a informação
7 – Tenho a informação de que necessito?	Interpretar, analisar, sintetizar e avaliar a informação
8 – Como vou apresentá-la?	Apresentar e comunicar
9 - O que eu consegui?	Avaliação final

Michael Marland (1981)

Consideramos que todas as questões propostas representam uma etapa importante na realização de um trabalho de investigação, orientando o aluno não só na pesquisa e recuperação da informação, como também na realização do trabalho, na sua conclusão, apresentação e mesmo avaliação.

Este modelo tem sido utilizado como ponto de referência para muitos investigadores no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Outros modelos que consideramos no nosso trabalho e que, obrigatoriamente, temos que referir ao falarmos de competências da informação, são o de Herring (1996) e o *Big 6* (2001). Herring propõe o modelo PLUS (Propose, Location, Use and Self-evaluation) que categoriza as competências da informação em quatro passos interrelacionados: proposta do tema, ou do trabalho a desenvolver, localização de recursos e fontes de informação, utilização dos recursos e fontes e, finalmente a auto-avaliação das tarefas executadas no sentido de verificar se os objectivos foram atingidos.

Entendemos que este modelo segue um pouco as linhas de orientação do de Michael Marland, embora neste modelo a abordagem ao tema a tratar seja mais simplista, mas funcional, orientando o pesquisador na realização de qualquer trabalho. Os resultados obtidos na Ripon Grammar School, em Inglaterra, demonstrou que os alunos são beneficiados pela utilização deste modelo, na medida em que os ajuda a planificar, organizar e reflectir sobre o próprio trabalho.

O *Big 6* é um modelo proposto por um americano, Mike Eisenberg e um inglês, Bob Berkowitz, desenvolvido nos Estados Unidos, com grande aplicabilidade a diferentes níveis de instrução com estratégia de resolução de problemas relacionados com a literacia da informação. Está organizado em seis tarefas distintas organizadas da seguinte forma:

## Quadro 2

### Modelo de tarefas e competências do Big 6

Tarefas	Competências
1 – Definição da tarefa	- definir o problema de informação - identificar a informação necessária para completar a tarefa (Qual é o problema, a questão que se coloca?)
2 – Estratégia na pesquisa da informação	- verificar todas as fontes possíveis - seleccionar as melhores fontes (Como é que eu descubro?)
3 – Localização e acesso	- localizar as fontes - encontrar a informação necessária em cada fonte (O que é que eu tenho?)
4 – Utilização da informação	- juntar todas as fontes (lê, ouve, vê e



	toca) - extrair a informação relevante (O que é importante?)
5 – Síntese	- organizar a informação obtida nas diferentes fontes - apresentar a informação (Como isto se interliga?) (Quem quer saber? (destinatário (s)))
6 – Avaliação	- julgar o processo (eficiência) - julgar o produto (eficácia) (E então? (avaliação)) (O que aprendi? (reflexão))

Adaptação do original de Eisenberg, M. e Berkowitz, R. (1999)

Ainda na mesma linha dos modelos anteriores, consideramos que o modelo Big 6 torna-se mais exaustivo na sua aplicabilidade, na medida em que o podemos ter como referência não só nos níveis mais baixos de escolaridade como também aplicado a tarefas diárias no contexto de vida pessoal e profissional.

Por exemplo, no contexto da escola em a tarefa é fazer um artigo sobre um determinado assunto, o processo de resolução do problema como na Definição da Tarefa, podemos definir que será um artigo escrito em duas partes distintas, que pode ser uma parte factual e outra a nível estatístico, sobre um tema actual. O aluno deve ter consciência que a chave do sucesso é a utilização de documentos fiáveis. No contexto da vida pessoal, a definição da tarefa poderá ser apontar o que é necessário para ir ao cinema, no próximo sábado, entre as 20h00 e as 00h30 e, ainda, se será necessário uma

babysiter, transporte para ir ao cinema, etc. No contexto da vida profissional, tendo a função de fazer um relatório de vendas de um produto relativamente aos últimos cinco anos, podemos definir que a tarefa será produzir um documento que represente o número de vendas por produto e o respectivo vendedor, determinando as necessidades de vendas por departamento.

Quando o processo de resolução do problema é a Estratégia na Pesquisa da Informação, no contexto da escola, podemos considerar todas as fontes de informação potenciais e decidir que as publicações periódicas, em especial os jornais actuais serão as melhores fontes. No contexto da vida pessoal, a estratégia será procurar num determinado jornal nacional. No contexto profissional, a estratégia será ter em conta os dois lugares onde se pode verificar o número de vendas mantidas: no arquivo ou no computador, e decidir, por exemplo, por utilizar os dados do computador.

No que respeita à Localização e Acesso da Informação, no contexto da escola, posso usar um motor de busca e procurar artigos periódicos apropriados, não só *on-line*, mas também impressos. No contexto da vida pessoal, posso localizar no jornal, através do índice, a “Agenda”. No contexto profissional, procurar no disco ficheiros relevantes com dados que identifiquem número de vendas.

Relativamente à Utilização da Informação, no contexto da escola, podemos ler os artigos e tirar notas directamente para um processador de texto, anotando sempre a fonte. No contexto da vida pessoal, verificamos na “Agenda” os filmes em cartaz, a hora e o local. No contexto profissional, será examinar a informação contida nos ficheiros relevantes e transportar os dados, por ano, para um documento, entretanto criado para o efeito.

Para a Síntese, no contexto da escola, podemos utilizar o processador de texto para criar um texto e, posteriormente, o artigo final. No contexto da vida pessoal, podemos concluir que um filme que queria ver vai passar numa determinada sala de cinema, à hora que desejava. No contexto profissional, podemos usar a folha de cálculo do Microsoft Excel para combinar os dados recolhidos e criar um relatório final das vendas realizadas durante o período solicitado.

Por fim, no que respeita à Avaliação, no contexto da escola, podemos considerar que os detalhes numa das partes do artigo são fracos e necessita

de pesquisar informação adicional. No contexto da vida pessoal, podemos verificar que o Jornal foi a fonte de informação necessária para atingir os objectivos. No contexto de vida profissional, podemos considerar que destinatário do relatório reconheceu que o este vai ser de grande valia, referindo que a folha de cálculo do Microsoft Excel foi a mais indicada para a tarefa.

Ainda relativamente à aplicabilidade do modelo Big 6, todas as tarefas sugeridas podem ainda ser aplicadas num contexto tecnológico, nomeadamente nas potencialidades do computador e da Internet, como podemos verificar nos quadros que se seguem:

### Quadro 3

#### Potencialidades do computador com aplicações no contexto do Big 6

<b>Tecnologia</b>	<b>Tarefas</b>
Processador de texto, gráficos,	Síntese (escrita) Utilização da informação (tomada de notas)
Verificação de erros ortográficos	Avaliação
Recuperação da informação e sistemas de busca	Estratégias na pesquisa da informação Localização e acesso
Folhas de cálculo, sistemas de gestão de bases de dados	Síntese
Hipermedia	Utilização da informação Síntese
Recursos electrónicos (CD-ROM, servidores, WWW)	Estratégias na pesquisa da informação Localização e acesso

Eisenberg, M. e Berkowitz, R. (1999)

**Quadro 4****Potencialidades da *internet* com aplicações no contexto do Big 6**

<b>Tecnologia</b>	<b>Tarefas</b>
E-mail, lista de servidores, chat, vídeo-conferência, mensagens instantâneas	Definição da tarefa Estratégias na pesquisa da informação Localização e acesso Síntese Avaliação
Navegação na rede (www, Netscape, Internet, Motores de busca (ex. Google, Yahoo, AltaVista)	Estratégias na pesquisa da informação Localização e acesso
FTP (Fike Transfer Protocol), download/upload	Utilização da informação
Motores de busca (Google, Yahoo, AltaVista, ...)	Localização e acesso
Autor da Web	Síntese
Web sites	Utilização da informação

Eisenberg, M. e Berkowitz, R. (1999)

Tendo em conta os modelos nos quais nos baseámos para proposta de formação do utilizador da biblioteca escolar, apresentamos também o proposto na Austrália, pelo Departamento de Educação de New South Wales<sup>46</sup>, em 1988, que refere como competências de informação uma série de fases, seguindo a mesma linha de orientação dos modelos anteriores, sendo estas: Definição, Localização, Selecção, Organização, Apresentação e Avaliação. No que respeita à Definição, os estudantes devem ser capazes de identificar a

<sup>46</sup> ALVES, Marta Paula - Biblioteca escolar, tecnologias de informação e currículo [em linha]. 1999. Pág.[6]

tarefa e clarificar o significado da mesma, reconhecer e interpretar as ideias principais da tarefa, ser capazes de descrever a tarefa por palavras próprias e, finalmente, distinguir as partes que constituem essa tarefa. Para a Localização da informação, os alunos devem estar aptos a reconhecer e decidir sobre a informação de que precisam, identificando, seleccionando e reconhecendo as melhores fontes a utilizar e ainda os equipamentos apropriados. Posteriormente, os alunos deverão ser capazes registar detalhes das fontes que são utilizadas. Aquando da Selecção, os alunos devem ter a capacidade de avaliar cada fonte de informação, usar as palavras-chave mais adequadas para localizar informação mais apropriada para a realização da tarefa, aceder à informação, decidir acerca de deficiências que a informação possa conter, avaliar a credibilidade das fontes que contêm opiniões, projectar um sistema de registo da informação recolhida, sumariar informação e, por fim, registar citações e fontes de informação. Na Organização, os alunos devem primeiramente rever os objectivos da tarefa, organizar a informação numa estrutura coerente. Para a Apresentação da informação, os alunos devem ser capazes de identificar os requisitos de diferentes formas de apresentação, considerar a natureza da audiência para a apresentação e seleccionar a mais adequada, preparar a apresentação e apresentar a informação. Finalmente, no que respeita à Avaliação, os alunos devem ter a capacidade de avaliar o processo de desenvolvimento do processo na realização da tarefa, identificar os aumentos de conhecimento e estabelecer objectivos pessoais para o futuro desenvolvimento de competências de informação.

Todos estes modelos e definições de competências, pretendem ser um apoio na organização do trabalho e definição de tarefas. No entanto, consideramos que todos se sustentam numa base comum na definição de tarefas. Ou seja todas as tarefas sugeridas são idênticas, o que distingue estes modelos são as sugestões de aplicabilidade de cada uma delas.

Para análise destes modelos devemos considerar que as questões formuladas por Michael Marland são equivalentes às tarefas sugeridas pelos outros modelos. Assim, quando Marland, numa primeira fase sugere a formulação e análise das necessidades do trabalho a executar, nesta fase, Herring propõe logo o tema, e o Big 6 apresenta a tarefa como *definição*, sendo esta a definição da informação necessária para completar a tarefa, o

Departamento de Educação de New South Wales acrescenta à proposta de *definição* do Big 6 o discernimento das partes que constituem a tarefa. Basicamente, todos eles iniciam a tarefa pela *definição* ou *do problema* ou *da tarefa*, só Marland é que inicia pela análise. No entanto, consideramos que sem a análise não se pode definir.

Relativamente à fase seguinte do trabalho, quer o modelo de Herring que o do Departamento de Educação de New South Wales apontam para a *localização da informação* enquanto Marland e o Big 6 definem uma estratégia de pesquisa, antes da sua localização.

No que respeita à *utilização da informação*, todos, em momentos diferentes, consideram como tarefas essenciais, o registo, a organização e o armazenamento da informação, embora o modelo do Departamento de Educação de New South Wales designe esta tarefa como *selecção*.

Para a interpretação, análise, síntese e avaliação da informação recolhida, proposta por Marland, a tarefa designada pelo Big 6 é a *síntese* e pelo Departamento de Educação de New South Wales como *organização*. No modelo de Herring, consideramos que esta função está subjacente na *Utilização da Informação*. Finalmente quer Marland quer o Departamento de Educação de New South Wales consideram a *apresentação* e comunicação do trabalho realizado como uma tarefa anterior à *avaliação* final dos resultados, os outros modelos, nomeadamente o de Herring e o Big 6, apresentam logo a *avaliação* sugerindo este último que a tarefa de apresentação está incluída na *síntese*. Após a análise destes modelos e tendo em conta que todos eles podem constituir uma mais valia, não só na realização de trabalhos académicos, como na orientação profissional, na realização da nossa proposta de formação do utilizador da biblioteca escolar, tivemos sempre presente as questões sugeridas por Michael Marland, mas seguimos, na maior parte, as orientações do Big 6.

No entanto, somos da opinião que todos estes modelos têm que ser precedidos por um plano de execução dos trabalhos, ou seja: o quê? e quando? para uma melhor gestão do tempo e das tarefas. Só depois, resumindo todos estes modelos, devemos reflectir sobre os nossos conhecimentos e definir os objectivos: o que queremos saber?..., como vou fazer?..., os instrumentos, as técnicas e as estratégias que vou utilizar? O

aluno deverá ser capaz de não só de avaliar cada fonte de informação, mas também deduzir, focalizar cada termo para utilizar as palavras-chave de forma adequada para atingir os seus objectivos, depois deverá, com certeza, verificar o trabalho executado (valores, atitudes e capacidades).

### **1.1 – Objectivos gerais**

A proposta de um programa de conteúdos metodológicos para a Formação de Utilizadores da Biblioteca Escolar, a integrar no Programa da disciplina TIC, dependerá, sempre, do percurso da escola e do contexto sócio-económico, devendo ser ajustado à realidade em que se insere. A proposta que se segue tem como intenção primeira de otimizar as capacidades informacionais do aluno, não só para a vida académica, como também no dia a dia destes na pesquisa, compreensão, tratamento e difusão da informação e assenta nos seguintes objectivos gerais:

- ✓ Contribuir para a formação de alunos leitores e alunos pesquisadores;
- ✓ Desenvolver e aperfeiçoar processos de organização, recuperação, compreensão, tratamento e difusão da informação;
- ✓ Tornar o aluno competente na utilização de um método de trabalho eficaz;
- ✓ Desenvolver a autonomia do aluno nas suas aprendizagens;
- ✓ Familiarizar o aluno com um processo de resolução de problemas;
- ✓ Preparar o aluno com competências essenciais a utilizar ao longo da vida.

## **1.2 – Sugestões metodológicas gerais**

Com a finalidade de respeitar uma gestão e aplicação diferenciada do programa, especificamente nas unidades desta proposta, sugerimos, como é comum que o professor faça uma avaliação diagnóstica, com vista a uma melhor orientação do professor nas suas planificações.

Esta proposta de programa pretende implementar metodologias e actividades que incidam sobre a aplicação prática e contextualizada dos conteúdos como: pesquisar, a seleccionar, a tratar, a transformar e a difundir a informação. Neste sentido, o professor deverá articular com outras disciplinas a fim de definir temas de interesse de outras áreas disciplinares.

O professor deverá adoptar estratégias que motivem o aluno a envolver-se na sua própria aprendizagem e lhe permitam desenvolver a sua autonomia e iniciativa. Propomos que, inicialmente, realize actividades para que o aluno reconheça e se movimente à vontade no espaço da biblioteca escolar. A apresentação de conceitos deverá ser feita com exemplos práticos proporcionado sempre a descoberta por parte dos alunos. Propomos também que o professor sensibilize para a utilização de um glossário (anexo C) como recurso de estudo. Antes da organização e planificação do trabalho, o professor deverá propor aos alunos actividades de carácter experimental e de pesquisa.

Posteriormente, o professor, utilizando a metodologia do programa proposto, solicitará ao aluno o desenvolvimento e a apresentação do trabalho proposto, utilizando as aplicações abordadas e adquiridas nesta disciplina.

As cargas horárias propostas para cada unidade deverão ser consideradas uma sugestão, tendo em conta que deverão ser ajustadas à especificidade do meio e às necessidades da turma e de cada aluno.

O sucesso do programa depende, no entanto, do empenhamento de ambas as partes. Não há aprendizagem sem que as duas partes intervenientes estejam motivadas. O professor em querer fornecer capacidades e competências e o aluno em querer adquiri-las e testá-las.

### **1.3 – Competências essenciais**

No final destas unidades formativas, o aluno deverá apresentar competências essenciais a nível informacional: aperfeiçoar e utilizar, de forma produtiva, as potencialidades da pesquisa e recuperação da informação (deverá seleccionar a definição de um termo e termos relacionados, de acordo com o contexto); deverá aperfeiçoar processos de organização e compreensão de informação (desenvolver destreza no manuseamento de índices e documentos alfabetados); desenvolver técnicas de tratamento e difusão da informação (desenvolver o raciocínio e a capacidade de relacionar informação); utilizar de um método de trabalho eficaz; aptidão para aplicar as suas competências informacionais em diversos contextos, nomeadamente académicos, profissionais e pessoais.

### **1.4 – Visão geral dos conteúdos**

Todos os conteúdos apresentados na proposta de Formação do utilizador da Biblioteca Escolar, foram pensados de forma a proporcionar ao aluno competências importantes de literacia da informação num contexto não só académico, mas também para a vida futura quer a nível pessoal, quer a nível profissional. O aluno, ao compreender a organização de uma biblioteca escolar, estará apto para, por analogia, perceber, com maior facilidade, a organização de qualquer outra biblioteca. A identificação dos tipos de documentos pareceu-nos imprescindível, na medida em que hoje em dia a informação é-nos apresentada nos mais variados documentos e suportes. Também a abordagem de conceitos relacionados com a informação e a organização da informação tornou-se um dos conteúdos indispensáveis, não só para a sua compreensão, mas também para a sua exploração. Após a vertente exploratória e de apresentação de conceitos, a organização e planificação do trabalho, é a tarefa onde o professor terá o papel de orientar para a definição dos objectivos do trabalho a realizar. Ajudar o aluno a pesquisar, demonstrando os diferentes tipos de pesquisa é um dos conteúdos que o professor deverá ter em conta,

assim como as técnicas de leitura para ajudar o aluno na preparação do seu trabalho. Para a realização do trabalho, os conteúdos que sugerimos são:

- a análise da informação;
- a sintetização de ideias e conceitos;
- a criação de informação baseada no conhecimento adquirido e por palavras próprias para que o aluno seja capaz de sustentar o conhecimento conseguido e criar conhecimento fora do ambiente escolar.

Por fim, e tendo em conta os objectivos gerais disciplina de T.I.C., a criação de produtos de informação e a disseminação desse mesmo conhecimento.

**1.5 - FORMAÇÃO DO UTILIZADOR DA BIBLIOTECA ESCOLAR: programa a integrar nos conteúdos curriculares da disciplina T.I.C.**

Objectivos	Conteúdos programáticos	Sugestões de metodologia	Nº de aulas (90 min.)
<p>- Conhecimentos sobre a organização da informação;</p> <p>- Aquisição de conhecimentos e capacidades na pesquisa de informação quer manual quer electrónica.</p>	<p>➤ Organização da biblioteca escolar</p>	<p>O professor deverá realizar actividades no interior da biblioteca a fim dos alunos reconhecerem o espaço em que estão inseridos. Ex. “Em busca do tesouro perdido...” (anexo B)</p>	<p>1</p>
	<p>➤ Tipos de documentos</p>	<p>O professor fará referência aos principais documentos existentes na biblioteca escolar: impressos (livros, periódicos, postais, cartazes, fotos, etc.), digitais (CD, CD-Rom, CD-Rom multimédia, sítios de informação na</p>	<p>2</p>

		<i>internet</i> , etc.), audiovisuais (Cd's, cassetes audio, cassetes vídeo, acetatos, slides, etc.) e documentos manipuláveis (globos terrestres, maquetas, jogos, esculturas, etc.).	
<p>Localização da informação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade de definir tópicos e tópicos relacionados a fim de definir estratégias de pesquisa e formular questões</li> <li>- Planificação do trabalho a desenvolver</li> </ul>	<p>➤ Definição de conceitos: índice, sumário, catálogo, classificações (CDU e Dewey), bases de dados, palavra-chave (<i>keywords</i>), operadores booleanos, entre outros.</p>	<p>O professor <u>abordará</u> e <u>explorará</u> conceitos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Índice: tipos de índices</li> <li>- Sumário (≠ índice)</li> <li>- Catálogo: tipos o organização de catálogos;</li> <li>- Ordem alfabética, ordem cronológica</li> <li>- Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação de Dewey</li> <li>- <i>Database</i>: definição e importância</li> <li>- pesquisa em linguagem natural e linguagem controlada;</li> <li>- <i>Keywords</i> (palavras-chave): importância (os alunos devem determinar</li> </ul>	1

		<p>exactamente o problema e qual a informação específica que de precisam para resolver o problema. Definir sempre palavras-chave ou tópicos a fim de desenvolver a pesquisa)</p> <p>- Operadores booleanos (“e” - intersecção, “ou” - união, “não” - exclusão): para descrever, a pesquisa, expandir a pesquisa e excluir algum termo. (sugerimos a utilização do programa PORBASE 5, porque, por um lado, segundo fontes da DREN, é o programa mais utilizado nas bibliotecas escolares, por outro, porque o módulo de pesquisa – PACWIN – utiliza vários controlos gerais do Windows, controlos esses já leccionados nos conteúdos da disciplina TIC)</p>	
	<p>➤ Organização e planificação do trabalho</p>	<p>O professor orientará na definição dos objectivos e finalidades do trabalho, propõe a definição e a calendarização das tarefas. Sugere uma metodologia e</p>	<p>2</p>

		chama a atenção para a importância dos antecedentes e enquadramento do tema proposto.	
- Compreensão da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pesquisa da informação</li> <li>➤ Tipos de pesquisa</li> </ul>	<p>O professor esclarece as formas de pesquisa nos documentos impressos: Orientando para, primeiramente, tentar localizar o assunto no sumário ou índice, depois seleccionar as rubricas cujo título pareça esclarecer o tema e, então, verificar com atenção os destaques.</p> <p>Nos documentos electrónicos, primeiramente deverá definir palavras-chave e termos relacionados para iniciar a pesquisa em catálogos <i>online</i>, depois seleccionar os documentos cujo assunto pareça esclarecer.</p>	3

	➤ Técnicas de leitura	<p>O professor, através de exemplos, demonstrará e explorará a leitura exploratória, uma leitura diagonal e uma leitura aprofundada.</p> <p>O professor deverá aqui promover a análise e interpretação da informação.</p>	1
- Criação de conhecimento	➤ Análise da informação	<p>O professor ajudará o aluno a trabalhar o espírito crítico, a avaliar os resultados da pesquisa.</p> <p>Poderá ainda indicar a modificação da pesquisa para melhorar os resultados.</p> <p>Orienta, ainda, os alunos para a avaliação os documentos retirados e para a selecção daqueles a serem analisados (o aluno deverá tentar responder a questões tais como: quando?, quem?, porquê, o quê?, onde?, como?, a quem?);</p> <p>* De referir aqui a fiabilidade da informação</p>	1

		publicada na Internet, bem como os direitos de autor.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização do conhecimento</li> <li>- Aumento de conhecimentos</li> <li>- Aumento de compreensão</li> </ul>		<p>O professor orientará o aluno como: retirar notas pertinentes (sublinhados, utilização de sinais (sublinhados e cor) e abreviaturas, resumos e definição de ideias nas margens do texto, fazer fichas de leitura, suprimir palavras de ligação sem prejudicar a compreensão e o sentido da frase, etc.); anotar por ordem os factos, as ideias e as opiniões; anotar o que é essencial, secundário, o que é geral e o que é particular.</p> <p>Orientará, ainda o aluno a citar as fontes consultadas: NP 405-1, ISO 690 e ISO/DIS 690-2 (documentos electrónicos)</p>	1

<p>- Produção de conhecimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Exploração de ideias, investigação e análise informação.</li> </ul>	<p>O professor criará as condições necessárias para que o aluno possa resumir e registar a informação por palavras suas, tirar conclusões baseadas na informação recolhida e para que possa criar e sustentar pontos de vista próprios.</p>	<p>1</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sintetização de ideias para criar informação baseada em conhecimento adquirido e pontos de vista próprios.</li> <li>➤ Desenvolvimento de capacidades para sustentar o conhecimento adquirido e criar conhecimento fora do ambiente escolar.</li> </ul>	<p>O professor orientará o aluno para a sintetização das ideias obtidas, num texto organizado e com informação pertinente.</p> <p>Proporcionar ao aluno a capacidade de argumentar a informação pesquisada e que este faça a avaliação das soluções encontradas reflectindo no próprio conhecimento.</p>	<p>2</p>
<p>- Disseminação de conhecimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de produtos de informação</li> </ul>	<p>O professor orientará na utilização de</p>	

	<p>que representemos seus novos desenvolvimentos de conhecimento</p> <p>➤ Comunicação da informação</p>	<p>tecnologias como ferramenta de informação para que o aluno possa produzir novo conhecimento e demonstrar a obtenção de conhecimento.</p> <p>O aluno deverá desenvolver, aqui, a capacidade de comunicar ideias usando modos de expressão oral, escrito, visual e tecnológico, usando capacidades adquiridas.</p>	<p>1</p> <p>1</p>
--	---	---	-------------------

## CONCLUSÃO

Após uma observação directa das dificuldades que os alunos revelam na pesquisa, compreensão, tratamento e difusão da informação, das dificuldades que também revelam em utilizar as tecnologias da informação e comunicação, para fins de pesquisa e recolha de informação, partimos da hipótese que os estes precisavam de adquirir competências e habilidades que os ajudasse a colmatar estas carências a nível informacional.

Ao longo do percurso da investigação e tendo em conta que alguns dos programas curriculares são feitos como meio de incrementar nos alunos as capacidades necessárias para se tornarem cidadãos com consciência dos seus direitos, deveres e garantias, e com competências para a vida, acompanhando a evolução da sociedade (pois grande parte deles só pretendem apetrechar os alunos com um conjunto de saberes teóricos e práticos necessários ao desenvolvimento de uma actividade futura), concluimos que é necessário modificar e adaptar as escolas, com as práticas educativas que permitam atingir os objectivos informacionais que, entretanto, se mostraram imprescindíveis.

Nas considerações que aqui se tecem, está latente a necessidade de articular os vários intervenientes no processo ensino/aprendizagem dos alunos, realçar as carências que existem na área da informação e propor uma solução para minimizar essas mesmas carências.

Destacámos que, na sociedade actual e no estudo realizado, não basta saber ler, escrever e fazer cálculos, é necessário ser dotado de outras competências, a nível tecnológico e de informação para sermos minimamente auto-suficientes. Constatámos que vivemos numa economia baseada em serviços e é a qualidade dos mesmos que nos exige, cada vez mais, as referidas competências e habilidades a nível tecnológico e de informação. Tendo consciência que o domínio destas competências e habilidades não pode ser adquiridas sem ser numa aprendizagem formal, apresentamos uma proposta de conteúdos e metodologias, a inserir no programa curricular para a

disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação do 9º e 10º ano (que pode ser ajustada a outros níveis de escolaridade quer a nível do ensino básico quer a nível do ensino secundário).

Embora o programa existente para a disciplina de T.I.C. compreenda uma vertente informacional, constatámos que a grande maioria dos professores que estão a leccionar esta disciplina não tem habilitação profissional, mas sim habilitação própria e quase sempre relacionada unicamente com as tecnologias e não com a informação, o que os deixa pouco à vontade para leccionar conteúdos a nível informacional. Esta situação compromete o desempenho dos professores, na medida que a leccionação exige uma preparação específica, para além de uma preparação pedagógica.

Posto isto, constatámos, ainda, que embora o grupo de docência da disciplina de informática seja o mesmo para quem lecciona a disciplina de T.I.C., este deveria ser ou diferente, porque esta disciplina contempla a aprendizagem não só de conteúdos informáticos como também de conteúdos informacionais, ou que os docentes tivessem também uma preparação específica com o objectivo de leccionar os conteúdos que temos vindo referir.

Verificámos a necessidade de definir uma orientação para os docentes que pudesse contribuir na preparação do aluno para este esteja apto na utilização de informação e que a consiga procurar e analisar em qualquer biblioteca e qualquer fonte de informação. Deverá também ser capaz de, facilmente, consultar catálogos, localizar os livros nas estantes e em bibliotecas digitais, usar obras de referência, assim como livros e publicações periódicas, fazer uma bibliografia elementar sobre um tema, tomar notas, fazer resumos, ter noções básicas da Classificação Decimal Universal (CDU), entre outras tarefas.

Propusemos conteúdos com o intuito que destinatário desta formação, no final, para além das tarefas básicas descritas no parágrafo anterior seja capaz de:

- identificar o tema de um trabalho a desenvolver;
- procurar fontes de informação e seleccionar os documentos;
- retirar daí informação pertinente;
- tratar a informação;
- comunicar informação.

Temos consciência que a Proposta de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar indicada neste estudo não é a fórmula mágica, a resolução de todos os problemas na aquisição de competências informacionais, visto que qualquer trabalho obriga à reflexão, à análise, à síntese, empenho e tomada de decisões, e deve ser ajustado à comunidade em que se insere. Pretendemos sim introduzir mudanças a nível de um programa curricular, com funções e componentes novos, direccionadas a todos os alunos.

Consideramos que esta Proposta de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar deve ser leccionada já ao nível do 2º Ciclo do Ensino Básico, tendo em conta as reais necessidades dos alunos actuais e para a obtenção de resultados mais satisfatórios, ou seja, no final da aprendizagem dos conteúdos metodológicos propostos, os alunos deverão ser capazes de revelar grandes capacidades de literacia da informação, tornando-se independentes e auto-suficientes ao longo da vida.

Cada vez é mais evidente que quem não souber operar com as tecnologias da informação e comunicação, quem não demonstrar habilidades e competências nesta área, torna-se num analfabeto funcional e terá, sempre, uma grande desvantagem em relação a outros indivíduos na sociedade. Terá também uma enorme inferioridade competitiva a nível do emprego e cidadania, tendo em conta que isto, inclusive, poderá ser um factor de exclusão social.



**BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO CONCELHO DE ESPOSENDE (ACICE) – Caracterização do Tecido Empresarial do Concelho de Esposende. Esposende: ACICE, 2004. 155p.

ALVES, Alberto; NUNO, Ricardo - *Hábitos de leitura na Biblioteca Municipal de Esposende*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Livro e da Leitura, Observatório das Actividades Culturais, 2000. 214p. ISBN 972-8436-14-9.

ALVES, Marta Paula - *Biblioteca escolar, tecnologias de informação e currículo* [em linha]. (1999).[citado em 26 de Agosto de 2005]. Disponível em URL: [www.liberpolis.pt/revista/revista\\_6.htm](http://www.liberpolis.pt/revista/revista_6.htm)

AMANTE, Maria João; CARVALHO, Adão – *Bibliotecas, mediatecas escolares em tempo de reforma e de escola cultural*. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas, 4º, Lisboa, 1992 – Actas. Lisboa: BAD, 1º vol., págs. 601-610.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - *Improving literacy through school libraries* [em linha]. (2000). [Citado em 18 de Novembro de 2004]. Disponível em URL: [www.alawash.org](http://www.alawash.org)

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - *Information literacy competency standards for higher education* [em linha]. (2000). [citado em 11 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.ala.org/](http://www.ala.org/)

ANDRADE, Araci Isaltina - *Actividades de incentivo à leitura em bibliotecas escolares* [em linha]. [2003?]. [citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.ced.ufsc.br/~ursula\\_papers\\_leitura.html](http://www.ced.ufsc.br/~ursula_papers_leitura.html)

ANTÓNIO, Júlio Rafael - *Infoteca: informática nas bibliotecas*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. \_Nº2 (1996), p. 81-89.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti - *Biblioteconomia e ciência da informação evolução conceitual ou revolução tecnológica?: reflexões de leitura*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 007-9421. Nº2(1995), p. 81-84.

BATT, Chris – *Investing in Knowledge* [em linha]. (2005). [citado em 30 de Outubro de 2005]. Disponível em URL: [www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm)

BELL, Judith - *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. 3ª Edição. Lisboa: Gradiva, 2004. (Trajectos;38). 212p.ISBN 972-662-524-6.

BENTO, Isabel - *Como incentivar e apoiar a pesquisa de informação: desenvolvimento de projectos no 2º ciclo do ensino básico*. Lisboa: ME-DAPP: Fundo Social Europeu, 1998. 26p. ISBN 972-614-319-5.6.

BIG SIX SKILLS IN SCHOOL, LIFE AND WORK CONTEXTS [em linha]. (2002) . [citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.big6.com/showarticle.php?id=127](http://www.big6.com/showarticle.php?id=127)

BONNEAU, Maxine - *Several ideas to help 4th grade students learn about the library* [em linha]. [2004?]. [citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/homeschooled.html](http://www.libraryinstruction.com/homeschooled.html)

BROWN, Miland - *Using weird news to teach about verifying information on the web* [em linha]. [2004?]. [Citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/weird.html](http://www.libraryinstruction.com/weird.html)

CABRAL, Luís - *A biblioteca escolar: problemas e perspectivas de desenvolvimento*. Porto: [Biblioteca Pública Municipal do Porto], 1988. Pág. 71-81. Separata de: Bibliotheca Portucalensis. Nº 3.

CABRAL, Maria Luísa – *Bibliotecas: acesso, sempre*. Lisboa: Colibri, 1996. 131p. ISBN 972-8288-16-6.

CALIXTO, José António - *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.163p. ISBN 972-21-1047-0.

CALIXTO, José António - *Biblioteca pública versus biblioteca escolar: uma proposta de mudança*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421.Nº 3(1994), p. 57-67.

CALIXTO, José António - *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.163p. ISBN 972-21-1047-0.

CALIXTO, José António – *Literacia da Informação: um desafio para as bibliotecas*. [Évora]: [Ed. Autor], [2004]. 4p.

CALIXTO, José António – *Mediatecas Escolares: sinal menos na caderneta*. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas, 4º, Lisboa, 1992 – Actas. Lisboa: BAD,1º vol., págs. 489-516.

CALIXTO, José António - *O papel das bibliotecas públicas no apoio à aprendizagem ao longo da vida*. Páginas A&B. Lisboa. ISSN 0873-5670. Nº13 (2004). p. 77-103.

CALIXTO, José António - *O perfil profissional e a educação do bibliotecário escolar*. Cadernos BAD. Porto. ISSN 0007-9421. Nº2 (1996), p. 91-99.

CANÁRIO, Rui, [et al] - *Mediatecas escolares: génese e desenvolvimento de uma inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1984. 139p. ISBN 972-9380-31-7.

CAREY, James - *Library skills, information skills and information literacy: implications for teaching and learning* [em linha]. [2004]. Citado em 17 de Agosto de 2005]. Disponível em URL: [www.ala.org](http://www.ala.org)

CARTA DE DIREITOS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E OUTRAS UNIDADES DOCUMENTAIS ANS ESCOLAS PORTUGUESAS. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N.º2 (1995), p. 67-69.

CARTAS DE DIREITO DO ALUNO NA ERA DA INFORMAÇÃO - Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N.º2 (1995), p. 65-66.

CARVALHO, Rómulo – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 962p. ISBN 972-31-0173-4.

CENSOS 91 [em linha]. [citado em 09 de Março de 2005]. Disponível em URL:[www.ine.pt/censos2001](http://www.ine.pt/censos2001)

DAGGE, Artur Filipe Morgado - *As bibliotecas escolares e o papel do bibliotecário*. Évora: Universidade de Évora (tese de mestrado). 172p.

DEAN, John - *Planning library education programmes*. London: Andre Deutch, 1972. 137p. ISBN 0-233-95760-X.

DIAS, Ana Margarida - *Formação de jovens utilizadores*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N.º2 (1995), p. 101-105.

DOYLE, Christina S. - *Information literacy in an information society* [em linha]. [2002]. [citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/information-literacy2.html](http://www.libraryinstruction.com/information-literacy2.html)

ECO, Umberto – *A biblioteca*. Lisboa: Difel, imp. 1987. 46p.

ECO, Umberto - *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença. 231p.

EISENGERG, M.B. & BERKOWITZ, R.E. - *The big6 information problem-solving approach* [em linha]. (2001). [citado em 10 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL:[www.big6.com/](http://www.big6.com/)

FARMER, Lesley - *Information literacy: a whole school reform approach*. USA: 67th IFLA Council and general conference, Agosto 2001.

FJALLBRANT, Nancy; MALLEY, Ian - *User education*. 2<sup>nd</sup> edition. London: Clive Bingley, 1984. ISBN 0-85157-3612-4.p.251.

FODDY, William – *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora, 1996. 228p. ISBN 972-8027-54-0

FURTADO, José Afonso - *Os livros e as leituras: novas tecnologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras, 2000. 473p. ISBN 972-8483-21-X.

GOUVEIA, Lourdes - *Bibliotecas universitárias em contexto de mudança*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°1(1995), p. 55-66.

HANCOCK, Vicki E. - *Information literacy for lifelong learning* [em linha]. [2003?]. [citado em 01 de Fevereiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/informtion-literacy.html](http://www.libraryinstruction.com/informtion-literacy.html)

JENKINS, Helen Frances - *The library media centers in American schools*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 45-53.

JOÃO, Sónia Mildred - *Programa de Tecnologias da Informação e Comunicação: 9º e 10º anos*. Lisboa: Ministério da Educação, Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2003. 46, [9] p.

JOLIBERT, Josette - *Formar crianças leitoras*. 2ª Edição. Porto: Asa, 1989. (Práticas pedagógicas;1). 151p. ISBN 972-41-0525-3.

JORNADAS DE TRABALHO SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1, Trofa, 2005 – *Formação da Comunidade Educativa: Actas*. Trofa: Câmara Municipal da Trofa, 2005. 169p. ISBN 972-99067-1-8.

KING, Elizabeth – *How to use a library: guide for young people and students*. Plymouth: Northcote House, 1987. 94p. ISBN 0-743-0317-3.

KING, Elizabeth - *The school library: responding to change*. Plymouth: Northcote House, 1989. (Resources in education). 112p. ISBN 0-7463-0517-6.

KOREN, Marian – Access to libraries of all ages for people of all ages to right to information [em linha]. (2005). [citado em 30 de Outubro de 2005]. Disponível em URL: [www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27\\_out05/conferencia.htm](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27_out05/conferencia.htm)

LAGE, Maria Otília Pereira – *Biblioteca - a mais antiga máquina do tempo a caminho das "Net": notas para uma proposta oportuna*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 73-79.

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. (Educação para o Futuro). 31p. ISBN 972-729-015-9.

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: RELATÓRIO SÍNTESE. Lisboa: Ministério da Educação, 1997. (Educação para o Futuro). 180p. ISBN 972-729-018-3.

LEITÃO, Paulo - *Integração e gestão das TIC nas Bibliotecas* [em linha]. (1999). [citado em 27 de Agosto de 2005]. Disponível em URL: [www.liberpolis.pt/revista/revista\\_3.htm](http://www.liberpolis.pt/revista/revista_3.htm)

LLORENS GARCIA, A. (ed.) - *Literatura infantil en la escuela* [em linha]. (2000). [Citado em 06 de Dezembro de 2004]. Disponível em URL:

[www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12142742029037162321435/p000001.htm](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12142742029037162321435/p0000001.htm)

LORENZEN, Michael - *Encouraging community in library instruction: a jigsaw experiment in a University library skills classroom* [em linha]. [2004]. [Citado em 01 de Fevereiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/jigsaw.html](http://www.libraryinstruction.com/jigsaw.html)

LORENZEN, Michael - *A brief history of library instruction in the United States of América* [em linha]. [2004]. [citado em 01 de Fevereiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/lihistory.html](http://www.libraryinstruction.com/lihistory.html)

LORENZEN, Michael - *Using joeant to teach students about evaluation web resources* [em linha]. [2004]. [Citado em 01 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.libraryinstruction.com/joeant.html](http://www.libraryinstruction.com/joeant.html)

LYON, David - *A sociedade da Informação: questões e ilusões*. Oeiras: Celta Editora, 1992. (Sociologias): ISBN 972-8027-2-8.p. XIII, 208.

LUZURIAGA, Lorenzo - *Bibliotecas escolares*. 2ª Ed. Madrid: Publicações de la Revista Pedagógica, 1922. 47p.

MAGALHÃES, Ana Maria, [et al.] - *A biblioteca da escola e o prazer de ler*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998. 22p. ISBN 972-614-328-4.

MAGALHÃES, Ana Maria, ALÇADA, Isabel - *Os jovens e a leitura nas vésperas do Séc. XXI*. Lisboa: Caminho, 1994. (Cadernos o Professor). 219p. ISBN 972-21-0860-3.

MAIA, Mário - *As tecnologias da informação como recursos educativo*. Lisboa: Fundo Social Europeu: ME-DAPP, 1998. (Bibliotecas Escolares). 29p. ISBN 972-614-330-6.

MOURA, Maria José [coord.]. *Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. 53,23 f.

NIELSEN, Sissel - *How does IFLA promote school libraries?*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 31-36.

NUNES, Henrique Barreto - *A biblioteca e o quotidiano: memórias, afectos e algumas banalidades*. Fórum. Braga. N°6 (1989), p.93-102.

NUNES, Henrique Barreto, [et al.] - *Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança*. Porto: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1986. 29 p.

NUNES, Henrique Barreto - *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2ª Edição. Braga: Instituto Português do Livro e da Biblioteca, 1998. 380p. ISBN 972-8026-23-4.

NUNES, Henrique Barreto - *Livros, crianças, escolas, bibliotecas e o mais que adiante se verá*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°3 (1994), p. 49-56.

OCHÔA, Paula – *A obsolescência profissional e as novas tecnologias: o trabalho de referência em análise* [em linha]. (1999). [citado em 09 de Agosto de 2005]. Disponível em URL:[www.liberpolis.pt/revista/revista\\_4.htm](http://www.liberpolis.pt/revista/revista_4.htm)

OLIVEIRA, José - *Foice em seara alheia*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 107-110.

PERKINSON, Kathryn - *Helping your child use the library* [em linha]. [2001?]. [Citado em 01 de Fevereiro de 2005]. Disponível em URL:[www.libraryinstruction.com/child.html](http://www.libraryinstruction.com/child.html)

PESSOA, Ana Maria - *A biblioteca escolar: organização para uma pedagogia diferente do 1º ciclo do ensino básico ao final do ensino secundário*. Porto: Campo das Letras, 1994. (Campo da Educação;1). 114p. ISBN 972-814-13-2.

PESSOA, Ana Maria - *A biblioteca na(s) Escola(s): de um desnecessário passado a um futuro cheio de esperança?*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 15-30.

POMBO, Olga – *Museu e Biblioteca: A alma da Escola* [em linha]. [200?]. [Citado em 02 de Novembro de 2006]. Disponível em URL:[www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/museubib/index.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/museubib/index.htm)

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (2000)- *O Livro Verde para a Sociedade da Informação*. Lisboa: MCT, 2000. 89p.

PORTUGAL.MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico – *Sociedade do Conhecimento* [em linha]. [2005]. [Citado em 12 de Dezembro de 2005]. Disponível em URL:[www.planotecnologico.pt](http://www.planotecnologico.pt)

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete das Bibliotecas Escolares – *O programa Rede de Bibliotecas Escolares. Páginas A&B*. Lisboa. N°, 2003 ISSN 0873-5670, p. 7-35.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Rede de Bibliotecas Escolares - *A Pesquisa de informação EB 2,3 e secundário: o professor e a biblioteca, parceiros do aluno* [em linha]. [2000]. [citado em 03 de Dezembro de 2004]. Disponível em URL: [www.dapp.min-edu.pt/rbe/documentos/BE\\_PI/](http://www.dapp.min-edu.pt/rbe/documentos/BE_PI/)

PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO [em linha]. (2002). [citado em 03 de Dezembro de 2004]. Disponível em URL: [www.educare.pt/PrintPreviw.asp?Fich=NOT\\_200020416\\_2546&Autor=](http://www.educare.pt/PrintPreviw.asp?Fich=NOT_200020416_2546&Autor=)

QUE POSSO FAZER NA BIBLIOTECA DA ESCOLA?: ficheiro para a autonomia dos utilizadores. Coord. Cristina Barroso, [et al.]. Lisboa: Fundo Social Europeu: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do

Ministério da Educação, 1988. (Bibliotecas Escolares).[84]p. ISBN972-614-342-X

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc - *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003. (Trajectos;17). 282p. ISBN 972-662-275-1.

RODRIGUES, Ângela Martins - *Como incentivar e apoiar a pesquisa de informação: desenvolvimento de projectos no 3º ciclo do ensino básico*. Lisboa: Fundo Social Europeu: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, 1998. (Bibliotecas Escolares). 40p. ISBN 972-614-326-8.

RYAN, Michael - *School libraries in the United Kingdom*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 37-43.

SALABERRIA, Ramón - *La biblioteca escolar en España (1985-1995)*. Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. N°2(1996), p. 55-61.

SANZ CASADO, Elías - *Manual de estúdios de usuários*. Madrid: Fundación Germán Sánchez, 1994. 288p. ISBN 84-86168-93-7

SANTANA, Inácia - *Como organizar um canto de leitura na sala de aula: interacção com a biblioteca da escola*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998. (Bibliotecas Escolares). 25 p. ISBN 972-783-007-2.

SEQUEIRA, Fátima - *Formar Leitores: o contributo da biblioteca escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000. (Temas de Investigação; 14) 247p. ISBN 972-783-007-2.

SILVA, Lino Moreira da – *Bibliotecas escolares: um contributo para a sua justificação, organização e dinamização*. Braga: Livraria Minho, 2000. (Minho Universitário; 4). 247p. ISBN 972-98532-1-5.

SILVA, Lino Moreira da – *Bibliotecas escolares e construção do sucesso educativo*. Braga: Universidade do Minho, 2002. (Monografias em Educação e Psicologia;28).535p.ISBN 972-9746-02-3.

TEACHING INFORMATION LITERACY: THE BIG SIX SKILLS APPROACH TO INFORMATION PROBLEM SOLVING [em linha]. [Citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.itrc.ucf.edu/webcamp/final\\_projects/berney/big6.html](http://www.itrc.ucf.edu/webcamp/final_projects/berney/big6.html)

THORAUHE, Jens – *Lifelong learning and promotion of reading and literacy* [em linha]. [2005]. [Citado em 30 de Outubro de 2005]. Disponível em URL: [www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/27out05/conferencia.htm)

TODD, Ross J. - *Student learning through Ohio School Libraries* [em linha]. (2003). [Citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.oelma.org/studentlearning.htm](http://www.oelma.org/studentlearning.htm)

UNESCO - *Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Escolares*. 1999. [5]p.

UNESCO - *Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*. 1994. [6]p.

UNESCO - *Manifesto da UNESCO sobre Mediatecas Escolares*. 1998. [3]p.

USHERWOOD, Bob – *As T.I.C. e o impacto social das Bibliotecas Públicas* [em linha]. [2003]. [citado em 11 de Agosto de 2005]. Disponível em URL: [www.liberpolis.pt/revista/revista\\_9.htm](http://www.liberpolis.pt/revista/revista_9.htm)

VAZ, Francisco António Lourenço – *Instrução e Economia: as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa, 1746-1820*. Lisboa: Colibri, 2002. 484p. ISBN 972-772-345-4

VENTURA, Núria - *Guia práctica para bibliotecas infantiles e escolares*. Barcelona: Editorial Laia, 1982. 147p. ISBN 84-7222-194-6.

VIRKUS, Sirje - *Information literacy in europe: a literature review* [em linha]. [2000?]. [Citado em 10 de Setembro de 2005]. Disponível em URL: <http://informationr.net/ir/8-4/paper159.html>

WHAT ARE THE BIG SIX SKILLS? [em linha]. [2000?]. [Citado em 02 de Janeiro de 2005]. Disponível em URL: [www.itrc.ucf.edu/webcamp/final\\_projects/berney/big6.html](http://www.itrc.ucf.edu/webcamp/final_projects/berney/big6.html)

XAREPE, Maria Odete Antão - *Como incentivar e apoiar a pesquisa de informação*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998. (Bibliotecas Escolares) 41,[18]p. ISBN 972-614-318-7.

**LEGISLAÇÃO**

Despacho 206ME/85 de 31 de Outubro

Lei 46/86, de 14 de Outubro

Decreto-Lei nº 247/91, de 10 de Julho

Despacho conjunto nº 43 ME/MC/95 de 29 de Dezembro

Despacho nº5 ME/MC/96 de 9 de Janeiro

Despacho conjunto nº184 ME/MC/96 de 6 de Agosto

Lei 115/97, de 19 de Setembro

Despacho conjunto nº616 ME/MC/98de 3 de Setembro.

Decreto-Lei nº 115-A/98

Despacho Conjunto nº 616 ME/MC/98, de 03de Setembro

Decreto-Lei nº 515/99, de 24 de Novembro

Portaria nº 63/2001, de 30 de Janeiro

Decreto-Lei nº208/2002, de 17 de Outubro

Lei 49/2005, de 30 de Agosto

**SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS**

<http://www.dapp.min-edu.pt/>

<http://www.ala.org/>

<http://www.ifla.org/>

<http://apagina.pt/>

<http://www.iplb.pt/>

<http://www.big6.com/>

<http://dis.shef.ac.uk/>

<http://www.educare.pt/>

<http://www.iasl-slo.org/>

<http://www.leeds.ac.uk/>

<http://www.uevora.pt>

<http://www.min-edu.pt/>

<http://www.apbad.pt/>

<http://www.cisi.mct.pt/>

<http://www.oelma.org/>

<http://www.libraryinstruction.com>

<http://www.unic.pcm.gov.pt>

<http://www.unesco.org/>

<http://www.oelma.org/>

**ANEXO A - Questionário**

**Universidade de Évora**  
**Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação**

**INQUÉRITO**

*Este questionário destina-se a um estudo localizado dos alunos do 9º e 10º anos de Escolaridade, das Escolas do concelho de Esposende, das suas actividades, necessidades e opiniões. Será posteriormente analisado para o Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação da Universidade de Évora.*

*Deverá assinalar as suas respostas com uma cruz na quadricula correspondente, assinalando apenas uma resposta por questão, tendo sempre em atenção as instruções que vão sendo fornecidas.*

**1- Sexo:**

**Masculino**  **Feminino**

**1.1– Local de residência (freguesia):** \_\_\_\_\_

**1.2– Idade:** \_\_\_\_\_

**2 – Conhece a Biblioteca Escolar da sua escola?**

**Sim**  **Não**

**2.1– Se respondeu negativamente, por favor justifique, terminando aqui a sua colaboração.**

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**3 – Costuma frequentar habitualmente a Biblioteca Escolar?**

**Todos os dias (ou quase)**  
**Uma a duas vezes por semana**  
**Uma vez por mês**  
**Muito raramente**  
**Só em ocasiões especiais**

<input type="checkbox"/>

**4 – Qual a actividade que mais frequentemente realiza na Biblioteca Escolar? (nesta questão pode assinalar até três actividades)**

<b>Estudar</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Utilizar a Internet</b>	<input type="checkbox"/>
<b>Fazer trabalhos de casa</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Pesquisar informação</b>	<input type="checkbox"/>
<b>Requisitar livros</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Utilizar o computador</b>	<input type="checkbox"/>
<b>Consultar livros</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Ver vídeos/ouvir música</b>	<input type="checkbox"/>

**5 – Encontra, normalmente, a informação que procura?**

**Nunca**       **Com muita Dificuldade**       **Com alguma dificuldade**       **Com facilidade**

**6 – Normalmente, compreende a informação que encontra?**

**Com alguma Dificuldade**       **Com muita dificuldade**       **Sem problemas de maior**       **Com muita facilidade**

**7 – Para localizar os documentos de que necessita, costuma:**

<b>Consultar o catálogo manual</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Consultar o catálogo informático</b>	<input type="checkbox"/>
<b>Procura nas prateleiras</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Pede ajuda ao funcionário</b>	<input type="checkbox"/>

**8 – Que tipo de fontes de informação mais costuma a utilizar?**

<b>Livros</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Websites</b>	<input type="checkbox"/>
<b>CDs</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Vídeos</b>	<input type="checkbox"/>
<b>Revistas</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Jornais</b>	<input type="checkbox"/>

**9 – A Biblioteca Escolar ajuda-o a usar os diferentes tipos de fontes de informação (livros, CDs, websites, videos, revistas, etc.)?**

**Sim**       **Não**

**10 – A Biblioteca Escolar ajuda-o a saber os passos que deve dar para encontrar informação?**

**Sim**       **Não**

**11 – A Biblioteca Escolar ajuda-o a saber os passos que deve dar para usar informação?**

Sim  Não

**12 – A disciplina TIC ajuda-o a usar os diferentes tipos de fontes de informação (livros, CDs, websites, videos, revistas, etc.)?**

Sim  Não

**13 – A disciplina TIC ajuda-o a saber os passos que deve dar para encontrar informação?**

Sim  Não

**14 – A disciplina TIC ajuda-o a saber os passos que deve dar para usar informação?**

Sim  Não

**15 - Tem alguma disciplina que o ajude a organizar melhor as suas ideias quando pretende fazer algum trabalho?**

Sim  Não

**16 - Se respondeu “SIM”, indique a disciplina: \_\_\_\_\_**

**17 – Tem alguma disciplina que o ajude a seleccionar e organizar melhor a informação que recolhe?**

Sim  Não

**18 - Se respondeu “SIM”, indique a disciplina: \_\_\_\_\_**

**19 - Classifique os itens abaixo descritos, definindo o seu grau de importância da seguinte forma:**

**Não considera importante - 1**  
**Considera pouco importante - 2**  
**Considera muito importante - 3**

**Saber pesquisar informação**  
**Saber compreender a informação**  
**Saber difundir a informação**

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

**Saber seleccionar a informação**  
**Saber tratar informação**

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

**20 – Considera útil inserir na disciplina TIC, uma parte de formação do utilizador da Biblioteca Escolar (que o ajudasse não só a encontrar a informação que deseja, mas também a compreendê-la, seleccioná-la, tratá-la e difundi-la)?**

**Sim**  **Não**

**Grata pela colaboração!**

**ANEXO B - ENTREVISTAS**

Entrevistas aos professores da disciplina T.I.C.

**Professor A**

1ª - Qual a formação que detém para leccionar a disciplina TIC? Confere-lhe o grau de habilitação própria ou profissional?

**Resposta:** Sou licenciada em Informática de Gestão. Este curso confere-me o grau de habilitação própria.

2ª - Tendo em conta que uma das finalidades do programa para essa disciplina é “desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação”, considera estas capacidades primordiais na formação dos alunos? Porquê?

**Resposta:** Acho, de facto, muito importante que os alunos obtenham formação a este nível porque se torna indispensável saber procurar e distinguir a informação relevante da não relevante, principalmente quando estão a utilizar as novas tecnologias.

3ª - Considera que os alunos desenvolvem estas capacidades (desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação) na disciplina TIC?

**Resposta:** Pouco.

4ª - Considera que os alunos já têm competências desenvolvidas nesta área? Quais as maiores dificuldades que apresentam?

**Resposta:** A maioria dos alunos já teve contacto com o computador antes de ter aulas de TIC e, por isso, já têm noção de como efectuar as tarefas básicas. A maior dificuldade é perceber o objectivo de determinada tarefa.

5ª - Que acções, normalmente desenvolve no sentido de desenvolver estas capacidades na vertente informacional?

**Resposta:** As aulas são planificadas de maneira a que os alunos realizem o máximo de tarefas práticas nos diferentes módulos e naqueles que revelam maiores dificuldades.

6ª - Se o programa contemplasse uma parte de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar, em que auxiliasse os alunos nestas competências, como consideraria esta proposta? Porquê?

**Resposta:** Acho que seria uma boa proposta, porque era uma forma de os alunos passarem mais tempo nesse espaço, aliando algo que eles designam como aborrecido (os livros) às novas tecnologias.

## **Professor B**

1ª - Qual a formação que detém para leccionar a disciplina TIC? Confere-lhe o grau de habilitação própria ou profissional?

**Resposta:** Sou Licenciada em Tecnologias da Informação Empresarial. Confere-me grau de Habilitação Própria

2ª - Tendo em conta que uma das finalidades do programa é “desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação”, considera estas capacidades primordiais na formação dos alunos? Porquê?

**Resposta:** Considero estas capacidades primordiais porque para o uso de todas as potencialidades das novas tecnologias. Os alunos deverão dominar as pesquisas, deverão ser capazes de produzir e tratar informação através das novas tecnologias. O problema é que os alunos descobrem a Internet e deixam de pesquisar em livros, de efectuar leituras de pesquisa, etc.

3ª - Considera que os alunos desenvolvem estas capacidades (desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos

meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação) na disciplina TIC?

**Resposta:** Considero que desenvolvem as capacidades referidas na utilização das novas tecnologias, mas não na utilização dos meios tradicionais.

4ª - Considera que os alunos já têm competências desenvolvidas nesta área? Quais as maiores dificuldades que apresentam?

**Resposta:** Alguns alunos já têm estas competências, mas outros não as têm, o que faz com que tenhamos que as desenvolver com todos os alunos. As maiores dificuldades que os alunos apresentam são a utilização de conhecimentos de outras áreas nas TIC, como por exemplo utilização da matemática no Excel, ou escrever português correcto. Ainda tem dificuldade em fazer os trabalhos em casa, pois nem todos têm computador e Internet em casa ou local acessível.

5ª - Que acções, normalmente desenvolve no sentido de desenvolver estas capacidades na vertente informacional?

**Resposta:** Tento dentro do possível que as aulas sejam praticas e articuladas com as outras disciplinas.

6ª - Se o programa contemplasse uma parte de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar, em que auxiliasse os alunos nestas competências, como consideraria esta proposta? Porquê?

**Resposta:** Acho a proposta interessante, pois assim os alunos percebiam a importância dos livros e a necessidade de saberem filtrar a informação que lhes é dada.

## **Professor C**

1ª - Qual a formação que detém para leccionar a disciplina TIC? Confere-lhe o grau de habilitação própria ou profissional?

**Resposta:** Tendo leccionado a disciplina de TIC ao 9º Ano nos dois últimos anos lectivos, não a ministro no corrente ano. A formação que detenho para a leccionar é o Mestrado Em Educação – Especialidade de Tecnologia Educativa (pela Universidade do Minho), que me confere habilitação própria.

2ª - Tendo em conta que uma das finalidades do programa é “desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação”, considera estas capacidades primordiais na formação dos alunos? Porquê?

**Resposta:** Eu diria que, sem o desenvolvimento das capacidades referidas, é impossível, hoje, a qualquer pessoa progredir em termos de aprendizagem. E considero a aprendizagem, mais do que um repositório de conhecimentos memorizados enquanto somos alunos, que rapidamente se esquecem, a capacidade genérica de desenvolver e consolidar as estratégias cognitivas que possibilitem, ao indivíduo, a manipulação adequada do manancial exponencial de informação que o rodeia. Isto, para o indivíduo, num processo que nunca se completa, se auto-construir adequadamente e poder, dessa forma, dar um contributo válido à sociedade, na co-construção de um mundo novo, mais equilibrado, justo e solidário.

3ª - Considera que os alunos desenvolvem estas capacidades (desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação) na disciplina TIC?

**Resposta:** Pela experiência que vivi, tenho de constatar que, com o número de horas lectivas semanais atribuídas, é quase impossível dedicar tempo, nas TIC, ao desenvolvimento destas capacidades, quando os alunos chegam tão pouco competentes quanto ao domínio das ferramentas informáticas previstas no programa. Por causa disso e porque a pesquisa, tratamento e produção e comunicação de informação não se faz apenas recorrendo às TIC, tenho de concluir que, não pode, de maneira nenhuma, limitar-se ao âmbito das TIC o desenvolvimento destas capacidades nos alunos. Isso sim, entendo que o «lugar» próprio e ideal para o fazer seria a área de Estudo Acompanhado (EA).

Mas, aqui, surgem dois problemas: i) Será que todos os professores a quem é atribuída a leccionação de EA estão preparados e capacitados, pela competência própria detida, para ajudar os alunos a desenvolver estas capacidades? ii) E, aqui, será que o tempo dedicado a essa área curricular seria suficiente para o tratamento de tudo aquilo que o programa prevê?

4ª - Considera que os alunos já têm competências desenvolvidas nesta área? Quais as maiores dificuldades que apresentam?

**Resposta:** Se, no que respeita às capacidades de pesquisa e da comunicação de informação, poderemos admitir que os alunos se conseguem ir desenvolvendo sem problemas de maior, penso que as suas maiores dificuldades se prendem com as capacidades de seleccionar, tratar (sintetizar e organizar) e produzir informação. De qualquer modo, não nos podemos esquecer de que estas são aquelas a que eu chamaria as capacidades «nobres» neste domínio e que, de alguma forma, apontam para competências de excelência no domínio da informação. Aliás, será ingénuo pensar que se trata de capacidades de desenvolvimento fácil. Johnanssen, um renomeado e prolífico autor americano ligado às TIC, refere, num artigo publicado na revista *Educational Technology* (cuja localização não consegui, de momento, recuperar), que é para ele sempre um grande sacrifício ter de produzir um artigo para publicação, mesmo a propósito de aspectos que domina com segurança. Portanto...

5ª -Que acções, normalmente desenvolve no sentido de desenvolver estas capacidades na vertente informacional?

**Resposta:** Considerando que o que tenho feito neste âmbito está muito aquém daquilo que deveria fazer – e a falta de disponibilidade de tempo que tenho com os alunos é uma das razões de maior monta – tenho procurado concretizar estratégias ligadas ao «aprender fazendo». As capacidades da vertente informacional não se desenvolvem, na minha modesta opinião, com teoria. O professor terá de «partir pedra» com os alunos em tempo real, consciente que tem de estar da sua própria dificuldade em traçar esse caminho. E, considerando que os percursos podem ser os mais díspares, tem de estar atento às contribuições valiosas que, por vezes, surgem da própria

intuição dos alunos. Já vivi experiências dessas e pude ficar de olhos arregalados quando foram os próprios alunos a resolver imbróglios dos quais eu não conseguia libertar-me.

6ª - Se o programa contemplasse uma parte de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar, em que auxiliasse os alunos nestas competências, como consideraria esta proposta? Porquê?

**Resposta:** Se bem entendi a questão, penso que responderia no mesmo sentido da resposta que dei à questão 3, na medida em que a Biblioteca Escolar tem funções similares às das TIC. A biblioteca é, acima de tudo, um repositório de informação que implica, do utilizador, para a sua pesquisa, selecção e tratamento, competências algo semelhantes àquelas que implicam as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação para o mesmo objectivo.

### **Professor D**

1ª – Qual a formação que detém para leccionar a disciplina TIC? Confere-lhe o grau de habilitação própria ou profissional?

**Resposta:** Licenciatura em Engenharia Informática. Confere o grau de habilitação própria.

2ª – Tendo em conta que uma das finalidades do programa é “desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação”, considera estas capacidades primordiais na formação dos alunos? Porquê?

**Resposta:** Sim, considero. Cada vez mais, o aluno deve ser autónomo nas suas tarefas. Deve saber pesquisar, efectuar consultas e fazer eficazmente a triagem das suas pesquisas.

3ª – Considera que os alunos desenvolvem estas capacidades (“desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos

meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e da comunicação”) na disciplina TIC?

**Resposta:** A disciplina TIC é uma disciplina onde se pode desenvolver estas capacidades, mas penso que, para ser mais eficaz, deve haver articulação com as várias disciplinas para tornar as pesquisas mais interessantes, assim como, para os alunos poderem abordar vários temas.

4ª – Considera que os alunos já têm competências desenvolvidas nesta área? Quais as maiores dificuldades que apresentam?

**Resposta:** Infelizmente, ainda há um grande número de alunos que não têm competências na área das TIC. Apesar de já existirem espaços públicos onde todos podem utilizar as TIC, os que existem ainda são em número muito reduzido o que faz que nem todos tenham acesso a estes. A maior dificuldade, por vezes encontrada, é fazer ultrapassar o medo que por vezes têm em estragar o material. Muitos destes alunos não têm material informático em casa e poucas vezes viram ou tiveram acesso, daí que o medo de se prejudicarem por danificar o material é grande. Relativamente à parte técnica, como é uma disciplina que todos os alunos, à partida, gostam e querem aprender mais, não apresentam grandes dificuldades; isto quando se trata de trabalhar em programas como Word, PowerPoint, Excel, Paint, entre outros. Se formos para programas mais complicados, como Access, apresentam dificuldades não no domínio técnico, mas sim nos conceitos teóricos inerentes à aprendizagem deste programa.

5ª – Que acções, normalmente, desenvolve no sentido de expandir estas capacidades, na vertente informacional?

**Resposta:** Tento mostrar que para aprender e aperfeiçoar os nossos conhecimentos e competências temos que mexer no computador. Relativamente aos conceitos teóricos, tento demonstrar, de forma prática, como funcionam, tornando assim a aprendizagem menos monótona.

6ª – Se o programa curricular contemplasse uma parte de Formação do Utilizador da Biblioteca Escolar, em que auxiliasse os alunos nesta competências, como consideraria esta proposta? Porquê?

**Resposta:** Consideraria esta uma óptima proposta pois penso que os alunos devem ser sensibilizados para o uso das bibliotecas, assim como para hábitos de leitura. E até porque acho a interdisciplinaridade muito importante, embora aqui a biblioteca é um recurso e não uma disciplina, mas o objectivo seria o mesmo.

**ANEXO C – “Em busca do tesouro Perdido”**

**“A BUSCA AO TESOURO...”**

Nº \_\_\_\_\_

Equipa:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

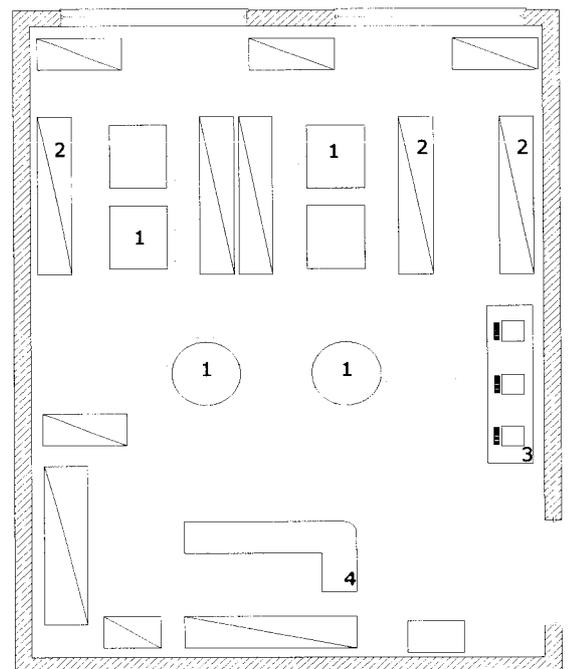
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Na planta da Biblioteca Escolar assinala onde podes encontrar:

- ✓ uma Banda desenhada
- ✓ um Conto
- ✓ um dicionário de português
- ✓ um dicionário de francês
- ✓ um documento sobre computadores
- ✓ um manual escolar
- ✓ um Jornal
- ✓ uma Revista
- ✓ um Romance



- 1 - Mesa
- 2 - Estantes
- 3 - Computadores
- 4 - Balção Atendimento

Cada equipa deve trazer:

- 1º - Um romance de 1 escritor em que o apelido comece pela letra A.
- 2º - 1 livro de banda desenhada do Asterix.
- 3º - 1 livro que fale de computadores.
- 4º - 1 jornal local que a periodicidade seja quinzenal.

Completa o retrato robot do tesouro:

Titulo		_____
Autor	<b>A ESPADA DO REI AFONSO</b>	_____
Ilustrador		_____
Editor	<b>ALICE VIEIRA</b>	_____
Data	<small>Ilustrações de TEREZA DIAS CORREIA</small>	_____
	<b>CAMINHO</b>	_____
	<b>6ª edição</b>	_____

BOA SORTE!

**ANEXO D – GLOSSÁRIO PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR****Glossário de Apoio ao Utilizador de Bibliotecas Escolares**

Baseado em:

Glossário da Sociedade da Informação/Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. 2005  
Dicionário do Livro/

**A**

**Abstract** – Resumo de um artigo.

**Acervo bibliográfico** – Conjunto de livros, folhetos, etc. que uma biblioteca possui para uso dos leitores; é também designado por fundo bibliográfico.

**ADSL** – (asymmetric digital subscriber line - linha de subscritor digital assimétrica) Linha de subscritor digital de envio de dados para o utilizador.

**Alfabetar** – Pôr em série de palavras, frases, etc., por ordem alfabética.

**Autor** – Pessoa ou colectividade responsável pelo conteúdo intelectual ou artístico de um documento.

**Aplicação** – Programa que executa as tarefas de interesse prático que justifica a utilização dos computadores, pelos indivíduos e pelas empresas.

**Análise do assunto** – O processo de identificação do conteúdo intelectual de um documento. O resultado pode ser disposto num catálogo ou bibliografia por meio de símbolos de notação como num sistema de classificação ou por termos verbais tais como cabeçalhos de assuntos ou termos de indexação.

**Assunto** – Tema ou tópico tratado por um autor, numa obra, quer esteja afirmado no título ou não.

**Autoridade, Controlo** – Meios usados para assegurar consistência na entrada de variantes de nomes, títulos, ortografia, numa base de dados.

## **B**

**Base de Dados** – Colecção organizada de informação armazenada num computador. Algumas vezes é aplicada a um conjunto de dados não computadorizado. Colecção abrangente, organizada e inter-relacionada de dados armazenados num meio físico, com o objectivo de evitar minimizar duplicação de informação, otimizar a eficácia do seu tratamento permitindo o acesso, através de diversas formas a uma grande variedade de informação.

**Bibliografia** – documento onde se apresenta uma lista de obras consultadas, segundo uma ordem específica (geralmente ordenada por autores ou por títulos), contendo os elementos necessários de modo a permitir a sua identificação.

**Biblioteca** – Qualquer colecção organizada de livros e de publicações em série e impressos ou de quaisquer documentos gráficos ou audio-visuais, disponíveis para empréstimo ou consulta.

**Biblioteca escolar** – Biblioteca que depende de estabelecimentos de ensino não superior, destinada aos alunos e professores desse estabelecimento de ensino e por vezes aberta ao público.

**Bibliotecário** – técnico especialista que trabalha numa biblioteca e que está encarregado da sua organização, do aumento das colecções, da classificação e do tratamento dos documentos para os pôr à disposição dos leitores e assegurar eventualmente a sua conservação.

**Biblioteconomia** – teoria, actividades e técnicas relativas à organização e gestão de bibliotecas, assim como à aplicação de legislação sobre as mesmas.

**Biblioteca Digital** – Colecção de textos, imagens, etc., codificados de modo a serem armazenados, recuperadas e lidas por computador.

**Biblioteca Virtual** – Em sentido lato, constitui o acesso à informação electrónica existente numa grande variedade de locais remotos através de um catálogo em linha local ou outra ponte como a Internet. Em sentido restrito, designa uma biblioteca a que se aplica a tecnologia da realidade virtual.

**Bit** – Palavra que resulta da contracção de binary digit (dígito binário) e representa a mais pequena parcela de informação que pode ser representada num computador.

**Blog** – sítio sem fins lucrativos cujo objectivo, normalmente é partilhar informação, actividades, pontos de vistas, entre outros.

**Browsing** – (ver navegação).

## C

**Cabeçalho** – O ponto de acesso (palavra, nome ou frase) a um registo bibliográfico que determina o preenchimento da entrada.

**Catálogo** – aplicação das normas que se devem seguir na elaboração de catálogos para mais facilmente o utilizador ao documento e à informação

**Catálogo** – Um ficheiro de registos bibliográficos criado de acordo com princípios específicos e uniformes de construção e sob controlo do ficheiro de autoridade que descreve os materiais contidos numa colecção, biblioteca ou grupo de bibliotecas. É produzido sob a forma de cartões, livro, em linha (OPAC), CD-ROM.

**Catálogo Colectivo** – Lista que representa os fundos de várias bibliotecas, geralmente publicações periódicas, indicando quem possui o quê.

**Catálogo de Assuntos** – Catálogo que consiste em entradas de assuntos dispostas geralmente por ordem alfabéticas.

**Catálogo em linha** - Catálogo baseado em registos baseados no formato MARC, acessíveis de um modo interactivo.

**CD** – (Compact disk) disco compacto – disco óptico amovível.

**CD-I** – (Compact disk interactive) disco compacto interactivo – disco compacto com capacidades multimédia e conectável a um televisor possibilitando a interactividade.

**CD-ROM** – (Compact disk read only memory) disco compacto penas de leitura – disco compacto de armazenamento de dados que não podem ser removidos ou editados.

**CDU** – Classificação Decimal Universal.

**Chat** – Falar com outra pessoa que está a utilizar a Internet ao mesmo tempo que nós.

**Chip** – peça electrónica feita de material semiconductor que contém elementos interligados.

**Ciberespaço** – conjunto de informação acessível através das redes de computadores interligados em todo o mundo.

**Ciência da Informação** – Estudo das funções, estrutura e transmissão e gestão da informação, em todas as suas formas.

**Citação** – Forma breve de referência colocada entre parêntesis no interior do texto ou anexada ao texto como nota de pé de página, no fim do capítulo ou do texto.

**Classificação de Dewey** – Esquema de classificação criada por Melvim Dewey, em que o campo de conhecimento é tomado como uma unidade dividida em nove secções; é-lhe acrescentada uma décima secção para incluir as obras gerais, as publicações de forma especial, as bibliotecas e museus.

**Colecção** – grupo de publicações distintas, ligadas entre si por um título comum, cada uma com o seu título próprio e seu responsável, expresso ou não; a colecção em si tem o seu responsável, singular ou colectivo, pode ou não ser numerada e, ainda ser subdividida em subcolecções, com numeração própria ou numeração só da colecção em que se insere.

**Copyright** – (ver direito de autor).

**Correio electrónico** – Meio que permite trocar mensagens constituídas por texto, imagens, vídeo e som. As mensagens são armazenadas numa caixa e podem ser mantidas, apagadas ou enviadas para outro destinatário.

## **D**

**Dados** – representação da informação sob uma forma convencional adequada à comunicação, à interpretação ou ao processamento.

**Data** – (ver dados)

**Database** – (ver base de dados)

**Descrição bibliográfica** – conjunto de dados bibliográficos relativos a um documento geralmente retirados deste e servindo para a sua identificação: título, indicação de responsabilidade, indicação de edição, local, editor,

data, nº de volumes e/ou de páginas, ilustração, dimensão, material acompanhante, colecção, notas, número internacional normalizado, etc.

**Depósito Legal** – Biblioteca legalmente designada para receber cópias de todas as publicações de um país.

**Digitalização** – conversão de informação analógica (som, imagem, vídeo) em valores digitais correspondentes, manipuláveis por computador.

**Direito de autor** – Menção impressa numa obra, indicando o titular dos direitos morais e patrimoniais, sobre uma obra e o ano de obtenção desse direito. É indicada pelo símbolo © (copyright).

**Documentação** – compilação contínua e sistemática de informação registada de modo a permitir a sua armazenagem, recolha, utilização ou transmissão.

**Documento** – Informação contida em suporte de qualquer tipo (papel, filme, banda magnética, CD, etc,) que pode ser considerada como uma unidade, no decorrer do tratamento documental.

**Download** – receber no próprio computador dados de outro computador ou de um servidor.

## E

**Edição** – Conjunto de exemplares de uma obra, obtido de uma só matriz. Qualquer alteração, quer de texto, quer de aspecto gráfico, dessa matriz, constitui uma nova edição.

**Email** – (ver correio electrónico)

**Empréstimo domiciliário** – cedência de publicações para serem utilizadas em casa pelos leitores.

**Em linha** – quando se está conectado, em rede.

## **F**

**Ficheiro** – uma colecção de registos relacionados, tratados como uma unidade.

**Ficheiro Bibliográfico** – uma colecção de registos bibliográficos.

**FTP** – (File Transfer Protocol) protocolo para controlar a cópia de ficheiros, normalmente via Internet.

**Fundo bibliográfico** – (Ver acervo bibliográfico).

## **H**

**Hardware** – equipamento informático.

**Hipermédia** – Uma extensão do conceito de hipertexto. Num sistema hipermédia, a origem e o destino dos links tanto pode ser texto como qualquer outro elemento de informação multimédia.

**Hipertexto** – Sistema que permite a ligação entre documentos de texto através de ligações (links) entre palavras ou frases.

**HTML** – Hyper Text Markup Language

**HTTP** – (HyperText Transfer Protocol) protocolo utilizado para a transferência de páginas Web de hipertexto. É o protocolo de comunicação da World Wide Web.

## I

**Índice** – Guia sistemático ao conteúdo de um ficheiro, documento ou grupo de documentos.

**Informação** – Factos que são comunicados.

**Informação digital** – Informação quantificada sob a forma de dígitos binários.

**Interface** – Designa um conjunto de processos através dos quais dois dispositivos podem comunicar entre si, trocando mensagens.

**Internet** – Trata-se da maior rede de computadores que existe ligada por protocolos de comunicação. O termo pode ser utilizado para designar um sistema de redes de computadores interligados.

**Intranet** – Rede interna de computadores que geralmente usam o mesmo software e utilizam a Internet.

**ISBD** – Acrónimo de International Standard Bibliographic Description ( Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada ). Trata-se de um formato internacional normalizado para representar a informação bibliográfica.

**ISBN** – Acrónimo de International Standard Book Number (Número internacional normalizado do livro). É um formato internacional de número normalizado que identifica inequivocamente uma monografia.

**ISSN** – Acrónimo de International Standard Serial Number (número internacional normalizado das séries). É um formato internacional de número normalizado que identifica inequivocamente uma publicação em série.

**K**

**Keyword** – (Ver palavra-chave)

**L**

**LAN** – Rede de área local.

**Literacia da Informação** - Capacidade de definir problemas em termos de necessidade de informação, localização, avaliação e aplicação da informação.

**Log in** – (mesmo que *sign in*) iniciar uma sessão.

**M**

**MARC** – Acrónimo de Machine-Readable.

**Mailing list** – lista de correio electrónico

**Motherboard** – placa de um computador na qual se encontram todos os componentes necessários aos seu funcionamento.

**Microfilme** – Um filme com um determinado comprimento que comporta imagens em sequência linear.

**Modem** – equipamento que tem como funções fundamentais a modulação, a transmissão e a desmodulação de sinais.

**N**

**Navegação** – acção de utilizar a Internet à procura de informação.

**Notação** – Números, letras e/ou outros símbolos usados para representar as divisões principais e subordinadas de um esquema de classificação.

**Network** – (ver rede).

## O

**OPAC** – Acrónimo de Online Public Access Catalog. Catálogo em linha de acesso público.

**Online** – (ver em linha)

## P

**Palavra-chave** – Uma palavra significativa do título, abstract ou texto de um documento que é usado como descritor.

**Pesquisa** – Busca exaustiva e sistemática de material publicado sobre um dado assunto.

## R

**Rede** – Conjunto formado por entidades e as suas interconexões.

**Registo** – Uma unidade num ficheiro ou numa base de dados

**Registo de Autoridade de Assuntos** – Um registo de um cabeçalho que mostra a sua forma autorizada, cita as autoridades consultadas na determinação da escolha e forma de cabeçalho.

**Registo Bibliográfico** – A descrição de um item de informação registada que inclui todos os dados necessários à identificação única do item, incluindo os pontos de acesso.

**Registo Catalográfico** – Uma unidade básica num catálogo que contém dados catalográficos - descrição bibliográfica, cabeçalho de assuntos, e número de chamada - de um dado item.

**Rosto** (folha de rosto) – Página que apresenta a informação mais completa da publicação e das suas obras que compõem, e que contém, normalmente, o maior número de dados acerca do título, menção de responsabilidade e pé de imprensa.

## S

**Server** – (ver servidor).

**Serviço de Referência** – Responde às questões dos utilizadores quer pessoalmente, quer por telefone. Existem mesmo muitas bibliotecas que utilizam o correio electrónico.

**Servidor** – programa informático que recebe e satisfaz pedidos de outros programas no mesmo ou em outros computadores.

**Sistema operativo** – software de base de um computador destinado a controlar a execução de programas, a comunicação entre dispositivos e programas, assegurando as operações de entrada e saída, a atribuição de recursos aos diferentes processos, o acesso às bibliotecas de programas e aos ficheiros, assim como à compatibilidade de trabalhos.

**Software** – totalidade ou parte de programas, dos procedimentos, das regras e da documentação associada, pertencentes a um sistema de processamento de informação.

## T

**Tecnologias da Informação** – O conjunto de aparelhos mecânicos e electrónicos que constituem suporte de armazenagem, recuperação e gestão da informação e que vai desde as máquinas de escrever a fotocopiadoras.

**Termo** – Palavra ou frase usada num sentido determinado ou preciso para proporcionar acesso a um registo.

**Thesaurus** – Guia de uso dos termos mostrando as relações existentes entre eles com o objectivo de fornecer vocabulário normalizado e controlado e para armazenagem e recuperação da informação.

## U

**URL** – Deriva de Universal Resource Locator. Sistema normalizado de atribuições de nomes ou de endereçamento para documentos e média acessíveis através da Internet.

## W

**WAP** – (Wireless Application Protocol) protocolo que permite aos utilizadores de telemóveis e de outros dispositivos digitais sem fios, aceder aos serviços Internet (aceder a dados, correio electrónico e transmitir dados).

**Webmaster** – responsável pela manutenção de um sítio (site) web.

**World Wide Web** – A WWW ou Web é o ambiente gráfico que permite o acesso em hipertexto à informação existente na Internet.

## ANEXO E – MANIFESTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas: Secção de Bibliotecas Escolares e Centros de Recursos

### A Biblioteca Escolar no Ensino-Aprendizagem para todos

#### Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO

**A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.**

#### Missão da Biblioteca Escolar

A biblioteca escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tomarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO.

O pessoal da biblioteca apoia a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou electrónicas, presenciais ou remotas. Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino.

Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de literacia, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e

comunicação.

As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.

O acesso aos serviços e colecções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais.

#### Financiamento, legislação e redes

A biblioteca escolar é essencial a qualquer estratégia de longo prazo nos domínios da literacia, educação, informação e desenvolvimento económico, social e cultural. Sendo da responsabilidade das autoridades locais, regionais ou nacionais, a biblioteca escolar deve ser apoiada por legislação e políticas específicas. As bibliotecas escolares devem possuir meios adequados para assegurar a existência de pessoal com formação, materiais, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita.

A biblioteca escolar é um parceiro essencial das redes local, regional e nacional de bibliotecas e de informação.

Sempre que a biblioteca escolar partilhe equipamentos e/ou recursos com outro tipo de biblioteca, designadamente com a biblioteca pública, os objectivos únicos da biblioteca escolar devem ser reconhecidos e mantidos.

#### Objectivos da biblioteca escolar

A biblioteca escolar é parte integrante do processo educativo.

Os objectivos seguintes são essenciais ao desenvolvimento da literacia, das competências de informação, do ensino, da aprendizagem e da cultura e correspondem a serviços básicos da biblioteca escolar:

- Apoiar e promover os objectivos educativos delineados de acordo com as finalidades e curriculum da escola;
- Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, e também da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento;
- Apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio, usando de sensibilidade relativamente aos modos de comunicação de cada comunidade;
- Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- Organizar actividades que favoreçam a tomada de consciência cultural e social e a sensibilidade;
- Trabalhar com os estudantes, professores, administradores e pais de modo a alcançar as finalidades da escola;
- Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efectiva e responsável e à participação na democracia;
- Promover a leitura e os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e do meio.

A biblioteca escolar cumpre estas funções desenvolvendo políticas e serviços, seleccionando e adquirindo recursos, proporcionando acesso físico e intelectual a fontes de informação apropriadas, disponibilizando equipamentos educativos e dispondo de pessoal treinado.

## Pessoal

O bibliotecário escolar é o elemento do corpo docente profissionalmente habilitado, responsável pelo planeamento e gestão da biblioteca escolar. É apoiado por um equipa tão adequada quanto possível, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e em ligação com a biblioteca pública e outras.

O papel dos bibliotecários escolares varia consoante o orçamento, curriculum e metodologias de ensino das escolas, de acordo com o quadro legal e financeiro nacional. Em termos específicos, existem grandes áreas de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares desejarem desenvolver serviços efectivos nas bibliotecas escolares: gestão de recursos, gestão de bibliotecas e de informação e ensino.

Num ambiente cada vez mais integrado pelas redes de informação, os bibliotecários escolares devem possuir competências para planear e ensinar diferentes habilidades no tratamento da informação tanto a professores como a estudantes. Devem, por conseguinte, prosseguir a sua formação e desenvolvimento profissionais.

## Funcionamento e Gestão

Para garantir a eficácia e avaliação dos serviços:

- A política de serviços da biblioteca escolar deve ser formulada de modo a definir objectivos, prioridades e serviços em articulação com o curriculum escolar;
- A biblioteca escolar deve ser organizada e mantida de acordo com *standards* profissionais;
- Os serviços devem ser acessíveis a todos os membros da comunidade escolar e funcionar dentro do contexto da comunidade local;
- A cooperação com professores, gestores escolares experientes, administradores, pais, outros bibliotecários e profissionais de informação, e grupos da comunidade deve ser estimulada.

### Aplicação do Manifesto

Os governos, por intermédio dos seus ministros da educação, são convidados a desenvolver estratégias, políticas e planos que implementem os princípios deste Manifesto. Estes planos devem prever a divulgação do Manifesto nos programas de formação inicial e contínua de bibliotecários e de professores. Incentivam-se todos os decisores a nível local e nacional e a comunidade de bibliotecários em todo o mundo a aplicar os princípios deste Manifesto.

“O Manifesto foi preparado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas e aprovado pela UNESCO na sua Conferência Geral em Novembro de 1999”.

.....

**ANEXO F****Carta de direitos das Bibliotecas Escolares e outras Unidades Documentais nas Escolas Portuguesas**

DIREITO À VIDA	Não basta uma tabuleta na escola a dizer "Biblioteca"...
DIREITO A CRESCER	São necessárias condições materiais e humanas para haver esperança de vida
DIREITO À QUALIDADE	Onde caibam investimentos e projectos
DIREITO À DIGNIDADE	Ambições e exigências
DIREITO À IGUALDADE	Para que se sirva quem procura e se cative quem passa ao lado
DIREITO À LIBERDADE	Porque só os espaços sem censura e de acesso aberto podem criar cidadãos livres e autónomos
DIREITO À DIFERENÇA	Iguais e diferentes.

**Direito à vida**

É reconhecido o Direito à existência de Biblioteca ou Outra Unidade Documental em cada uma das escolas e centros educativos portugueses, independentemente da sua localização geográfica, data de fundação, nível, grau ou tipo de ensino.

**Direito a crescer**

É reconhecido o Direito a Crescer às Bibliotecas Escolares, Mediatecas Escolares, Centros de Documentação ou Centros de

Recursos Escolares, pelo que serão dotados de meios adequados ao desenvolvimento de projectos, incluindo recursos humanos, materiais e financeiros, de forma a que se possa ir construindo uma Rede Nacional de Leitura Escolar, a partir de redes Locais e em colaboração com as Bibliotecas e outras unidades documentais.

Pelo mesmo Direito a Crescer lhes facultarão as entidades competentes autonomia de aquisição de fundos documentais em diferentes suportes.

### **Direito à qualidade**

É reconhecido o Direito à qualidade, pelo que se desenvolverão políticas que promovam:

1. espaços, equipamentos e fundos documentais específicos e adequados;
2. gestão de pessoal consentânea:
  - a) criação e preenchimento de quadros de pessoal não docente qualificado afecto a este sector, nas Escolas e nos Centros Educativos do Pré-Escolar, Básico e Secundário;
  - b) formação Acrescida, Inicial e Contínua, de docentes, dirigida a este campo de trabalho.

### **Direito à dignidade**

É reconhecido o Direito à Dignidade das Bibliotecas Escolares, Mediatecas Escolares, Centros de Documentação ou centros de recursos Escolares, pelo que são explicitamente consideradas em todos os documentos legais e administrativos enquanto estruturas autónomas, integradas na gestão educativa local e regional, necessárias ao pleno desenvolvimento da aprendizagem e indispensáveis ao bom funcionamento da Comunidade Educativa. Deverão as entidades competentes desenvolver uma política de informação e sensibilização de forma a valorizar a imagem da Biblioteca Escolar e das suas congéneres, junto da opinião pública em geral e dos agentes educativos em particular, nomeadamente os órgãos de gestão

pedagógica das escolas e de administração do sistema educativo, a todos os níveis.

De forma a preservar a Dignidade, deverão ser banidas as práticas de censura dos fundos documentais e de humilhação do papel da Documentação nas Escolas.

### **Direito à igualdade**

Todas as unidades documentais escolares são consideradas iguais, não podendo ser discriminadas pela sua localização geográfica, pelo nível, grau ou tipo de ensino em que se integram, ou por outros motivos. Dever-lhes-ão, assim, ser garantidas condições de desenvolvimento em conformidade com este princípio, de modo a que em qualquer delas se possa atender às necessidades dos utilizadores e tratar a documentação e a informação em qualquer suporte com igual eficácia.

### **Direito à liberdade**

Fica consagrado o Direito à Liberdade, eliminando-se qualquer forma de censura, defendendo-se o livre acesso e a autonomia de utilização e produção de documentos e de informação como princípios orientadores.

### **Direito à diferença**

É reconhecido o Direito à Diferença. Cada biblioteca, mediateca, ou outra unidade documental escolar deve poder desenvolver-se com autonomia de acordo com projectos adaptados à sua realidade escolar e extra-escolar, garantindo-se normas técnicas mínimas de funcionamento e o princípio do primado do pedagógico sobre o administrativo.

In Cadernos BAD (2) 1996, p. 67-69



**ANEXO G****Carta de direitos do Aluno na Era da Informação**

Os nossos estudantes estão perante um futuro rico em informação onde a mudança será uma das raras constantes da sua vida. Para se adaptarem e desenvolverem plenamente o potencial de cada um, terão de ser capazes de aprender ao longo de toda a vida, e de tomar decisões de forma autónoma.

Acreditamos que todos os estudantes têm direito a poder:

- Dominar as competências necessárias ao acesso à informação, qualquer que seja o suporte em que se apresente (impresso, não impresso, electrónico);
- Compreender e dominar competências eficazes na pesquisa da informação e na sua apresentação;
- Desenvolver a sua capacidade de avaliar, seleccionar, sintetizar e utilizar informação proveniente de diversas fontes e diversos media;
- Utilizar os dados e a informação para alargar a sua base pessoal de conhecimentos;
- Explorar a utilização da informação, de forma criativa;
- Compreender a sua heranças cultural e a sua História, bem como a Cultura e a História de outras sociedades e grupos sociais;
- Melhorar a sua capacidade de auto-conhecimento, aprofundando o gosto e o prazer da leitura;
- Explorar valores e crenças dos outros lendo obras de todo o mundo;
- Pensar criativamente, e tomar decisões com base quer nas necessidades e nos valores de cada um, quer na evidência dos factos;
- Participar activamente nas decisões relativas à sua própria aprendizagem.

A informação é um componente vital no desenvolvimento do pensamento crítico e na tomada de decisões autónoma e, assim, o acesso a um corpus de informação disponível que não cessa de aumentar é vital para o desenvolvimento do potencial de cada aluno.

Acreditamos, por isso, que todos os alunos devem ter direito a:

- Ter acesso, para a sua aprendizagem, a um amplo conjunto de recursos (impressos, não impressos, electrónicos), de nível adequado;

- Explorar materiais que exprimam variedade de opiniões e de perspectivas;
- Escolher livremente o que lêem, visionam e ouvem, para os seus estudos ou para os seus tempos livres.

Documento aprovado pela Direcção da Associação Canadiana de Professores Bibliotecários, em 10/09/95, e divulgada pela IFLA (International Federation of School Librarianship)

*Trad. Maria José Vitorino/1996, a partir das versões em inglês (1995) e em francês (1996).*